

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

TAMIRES QUESADA FURTADO

**LITERATURA, VIDA PÚBLICA E MODERNIDADE:
UM ESTUDO SOBRE OTHON LOBO DA GAMA D'EÇA (1892-1965)**

**GUARULHOS
2015**

TAMIRES QUESADA FURTADO

**LITERATURA, VIDA PÚBLICA E MODERNIDADE:
UM ESTUDO SOBRE OTHON LOBO DA GAMA D'EÇA (1892-1965)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em História
Universidade Federal de São Paulo
Área de concentração: História e
Historiografia
Orientação: Dr. Fábio Franzini

**GUARULHOS
2015**

Furtado, Tamires Quesada.

Literatura, vida pública e modernidade : Um estudo sobre Othon Lobo da Gama d'Eça (1892-1965)/ Tamires Quesada Furtado. Guarulhos, 2015.

1 f.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.

Orientação: Dr. Fábio Franzini.

1. Florianópolis. 2. Modernidade. 3. Integralismo. 4. Literatura. 5. Othon Gama d'Eça. I. Dr. Fábio Franzini. II. Literatura, vida pública e modernidade : Um estudo sobre Othon Lobo da Gama d'Eça (1892-1965)

TAMIRES QUESADAFURTADO
LITERATURA, VIDA PÚBLICA E MODERNIDADE:
UM ESTUDO SOBRE OTHON LOBO DA GAMA D'EÇA (1892-1965)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em História
Universidade Federal de São Paulo
Área de concentração: História e
Historiografia

Aprovação: ____/____/____

Prof. Dr. Fábio Franzini
Universidade Federal de São Paulo

Prof^a. Dra. Maria Rita de Almeida Toledo
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Nelson Schapochnik
Universidade de São Paulo

Dedico aos meus pais e ao meu irmão, mais
uma vez e sempre.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmão, pelo apoio em todas as minhas decisões e pelo carinho, em tempos tão conturbados. Aos meus parentes, em especial, Álvaro, Neusa e Tatiana, pelo abrigo e companhia, em grande parte desta trajetória.

Ao professor Fábio, agradeço a paciência e dedicação ao longo da pesquisa e escrita deste trabalho. Aos professores da UNIFESP, em especial, às professoras Maria Rita Almeida de Toledo e Maria Luiza Ferreira de Oliveira, pela dedicação na leitura do projeto e pelas sugestões dadas, que nortearam esta pesquisa.

À CAPES e ao Programa de Pós Graduação em História da UNIFESP, pelo fomento e apoio a essa pesquisa.

Aos amigos do curso de mestrado Rafaela, Felipe, Michele, Fernando, Silvia, Rilton, Mário e Fred (in memoriam). Aos amigos de toda vida que, ao meu lado neste e em tantos outros momentos, trouxeram alegria – essa estrada seria mais difícil sem a presença deles.

Aos pesquisadores do GEINT (Grupo de estudos do Integralismo e outros movimentos nacionalistas) e Gustavo Tiengo Pontes, pelas informações de arquivos e fontes.

Aos funcionários do Arquivo Público de Rio Claro, do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, da Biblioteca da Academia Brasileira de Letras e do Arquivo da Academia Catarinense de Letras pela dedicação no atendimento aos pesquisadores.

Um agradecimento todo especial à Othon d'Eça e Maria Izabel Macdonald, netos de Othon d'Eça, que abriram as portas de suas casas para falarem sobre o avô e elucidarem tantas dúvidas em relação à trajetória de vida do protagonista desta pesquisa.



Ex-libris de Othon d'Eça.
(Desenho de Corrêa Dias)

RESUMO

A presente dissertação visa à análise da literatura, publicações e discursos de Othon da Gama Lobo D'Eça (1892-1965), escritor catarinense. O período refletido nas obras diz respeito a um processo de transformação urbana ocorrido na cidade de Florianópolis e interior do Estado de Santa Catarina, na primeira metade do século XX. Figura de destaque no cenário catarinense, Othon D'Eça foi escritor, membro da Academia Catarinense de Letras, Secretário de Segurança Pública do Estado, professor de Direito e político, tendo inclusive sido chefe provincial do Integralismo. Este trabalho visa a propor algumas interpretações sobre a produção intelectual do autor, articulando o contexto histórico, a biografia, publicações, anotações e discursos de Othon D'Eça, evidenciando alguns dos impasses da modernização em Florianópolis nas décadas de 1920 a 1950.

Palavras-chave: Florianópolis.Modernidade.Integralismo.Literatura.Othon Gama d'Eça.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the literature, the publications and the speeches of Othon Lobo Gama D' Eça's (1892-1965), a Santa Catarina writer. The period reflected in his work relates to an urban transformation process that occurred in the city of Florianópolis and in the state of Santa Catarina in the first half of the twentieth century. Leading figure in Santa Catarina's scenario, Othon D' Eça was a writer, a member of Santa Catarina's Academy of Letters, the secretary of State's Public Security, a law professor and a politician, having also been provincial head of Integralism. This work intends to propose some interpretations of the author's intellectual production, linking the historical context to Othon D'Eça's biography, publications, notes and speeches, showing some of the dilemmas of modernization in Florianópolis in the decades between 1920 and 1950.

Keywords: Florianópolis. Modernity. Integralism. Literature. Othon Gama d' Eça .

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- O Solar da família d'Eça.....	31
Figura 2 - Mapa da planta da cidade de Desterro, 1823	31
Figura 3 - Sobrados do centro de Florianópolis	32
Figura 4 - Mapa de Florianópolis com as transformações da década de 1920.....	35
Figura 5- Canal da Fonte da Bulha (canal da Avenida Hercílio Luz, anos 1920).....	44
Figura 6 – Presidente Konder saindo da escola de Barracão.....	77
Figura 7 – Congresso de Blumenau, 1935.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. FLORIANÓPOLIS NO INÍCIO DO SÉCULO: MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO PERIFÉRICAS	16
2. A MODERNIDADE CHEGA PARA OTHON D'EÇA	30
3. A GERAÇÃO DA ACADEMIA	51
4. O MODERNO E O ANTIMODERNO: OTHON D'EÇA E O INTEGRALISMO	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS “EU VOLTEI-ME PARA TRAZ E FIQUEI PARADO”	105
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Não se concebe ou se admite mais, nestes tempos contemporâneos da energia nuclear e em que os problemas humanos perderam o seu teor individualista ou de brilhante diletantismo, que se lance um livro à lassidão luxuosa de alguns fartos ou se façam medidas de corte a leitores de punhos de renda.

Othon d'Eça, 1958

O confronto entre os aspectos históricos e os textos literários de uma determinada época resultam em uma diversidade de informações que, de maneira isolada, uns e outros não poderiam apresentar. Sob essa luz, a literatura é capaz de mostrar aspectos que os documentos habitualmente usados pela historiografia deixam para trás. Segundo Nicolau Sevcenko, é preciso ver a produção literária como um “processo homólogo ao processo histórico, seguindo, defrontando ou negando-o, porém referindo-o sempre na sua faixa de encaminhamento próprio”. Atraído pela possibilidade além da realidade, o escritor revela a sua “liberdade condicional de criação” já que seus “temas, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo”.¹

O período histórico do início do século XX, do qual trata esta dissertação, também justifica o uso da literatura como fonte porque, ainda de acordo com Sevcenko, poucas vezes ela, literatura, esteve tão presa à “própria epiderme da história”. Exercida por “homens de ação” como engenheiros, médicos, advogados e políticos, em um momento de transformações urbanas e políticas tão importantes, “quem quer que se dispusesse a servir às letras era compelido à atuação cívica, já pela dupla imposição do tirocínio e da forma”.²

Assim, da mesma maneira que a efervescência política fazia então eclodir diversos projetos de sociedade, a literatura mostrou-se um campo em transformação e de disputas, cuja análise permite captar os interesses essenciais da classe dominante, seus anseios (e frustrações) perante a sociedade, os limites e empecilhos postos a seus projetos. Mais que espelho de uma determinada realidade, é possível apreender na obra literária, como Sevcenko propõe, o que não ocorreu, o vir a ser, “os planos que não se concretizaram”,³ ao passo que a crítica pode perfeitamente ser usada como termômetro desse confronto de intenções, projetos, desejos, práticas.

¹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**.

2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1983, p. 299; p. 19-21.

² Ibid., p.236-248.

³ Ibid., p.30.

Contra esse amplo pano de fundo, o objeto de estudo deste trabalho, Othon Lobo da Gama d'Eça, representou em Santa Catarina um desses homens de letras voltados à ação, preocupado com toda atmosfera resultante das importantes transformações do seu tempo:

–Não... não podia ser geral, abrangendo toda uma população, aquele abandono, aquela indiferença, aquele desdém com que se estava olhando o problema do pescador e do jornaleiro em nossa terra – pensava eu.

E, embora sem deixar de sentir um doce êxtase diante de paisagens em que se misturam o sol, o azul, o verde e os cheiros de maresia – comecei, então a me preocupar com o homem que ia à pesca, apesar de fatigado, doente e mal nutrido, porque os filhos careciam comer.

E vi o pescador assalariado, mourejando em redes alheias, ganhando a sua ração de peixe e dois mil e quinhentos por pescaria; o pescador que trabalha para si e para a mulher e os filhos e come quando o tempo é bom ou quando o Ludovino não lhe fecha a conta do caderno; o jornaleiro vivendo em terras dos outros, picados de maleita e que a Pinheira e Guarda nos mandavam no barco do Tijucano, com o vento sul, os porcos e a farinha do José dos Santos!

Isso tudo e mais as condições de vida amarga e dura que a todos atingem e com especialidade o pescador – de cuja vida a tormenta dispõe como uma coisa qualquer – impressionaram a minha sensibilidade, imprimiram aos meus sentimentos humanos e cristãos rumos diferentes. E senti dentro do meu espírito flamejarem algumas reações de revolta e de luta.⁴

Nascido em 1892, filho de Nuno Gama Lobo d'Eça e de Maria Luiza Crespo da Gama Lobo d'Eça, Othon foi criado pela tia, Maria Izabel da Gama Lobo d'Eça, inicialmente no Solar dos d'Eça, localizado na Praça da fundação da cidade. A formação no Ginásio Catarinense, ao lado de Altino Flores, José d'Acampora e Francisco Barreiros Filho, proporcionou relações pessoais que levaram às discussões literárias da década de 1910, sendo que ele foi o primeiro a propor a fundação de uma Academia Catarinensede Letras, em 1912, proposta que se concretizaria oito anos depois.

Entre tal idéia e sua materialização, Othon publicou seu primeiro livro, *Cinza e Bruma*, em 1918, pela Editora Apolo (RJ), considerado o marco inicial daquela que viria a ser conhecida como a “Geração da Academia” – a sua própria, evidentemente. A centralidade do autor também seria reconhecida, ao mesmo tempo em que se reforçaria, com sua consagração como presidente da instituição, cargo que ocuparia por 40 anos. Ao longo desse período, lançaria duas outras obras, ...*Aos espanhóis confinantes* (1929) e *Homens e Algas* (1957), e

⁴ D'EÇA, Othon. **Homens e Algas**. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992, p.18

publicaria em jornais e revistas os trabalhos *Vindita Braba* (1923) e *Nuestra Señora de Assunción* (1953).⁵

Ainda em 1920, começou a circular a revista *Terra*, dirigida por Othon d'Eça, Altino Flores e Ivo d'Aquino. No mesmo ano, mas fora do mundo literário, Othon assumiu cargo de oficial de gabinete do Secretário do Interior e Justiça, José Boiteux. Em 1921, é nomeado Promotor Público da comarca de Lages, e daí até 1924 foi chamado várias vezes para realizar serviço público na capital. Também é neste momento que cursa a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, concluída em 1923, mesmo ano em que se inicia a publicação da novela *Vindita Braba* no jornal *A República*, de Florianópolis, e que assume o cargo de suplente do Juiz de Direito na comarca de Campos Novos.

Em 1924, *Vindita Braba* é publicada na *Revista do Brasil*, por iniciativa de Monteiro Lobato, e Othon torna-se Juiz de Direito de Campos Novos. Dois anos depois, assume o cargo de Delegado Auxiliar de Polícia, na capital, e no ano seguinte torna-se Chefe de Polícia do Estado. Seu segundo livro, *...Aos espanhóis confinantes*, publicado pela Livraria Moderna, de Florianópolis, relata sua viagem pelo interior do estado em campanha política com o governador Adolpho Konder no decorrer de 1929, demonstrando assim seus vínculos cada vez mais fortes com a política estadual.

Em 1930, passou a fazer parte do Conselho Penitenciário, e em 1932 participou da criação da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Com o surgimento da Ação Integralista Brasileira, Othon se filia ao movimento e torna-se chefe provincial do integralismo em Santa Catarina. Em 1936, recebe da Faculdade de Direito de Santa Catarina o diploma de Docente Livre em Direito Público Internacional e assume, na mesma faculdade, a cadeira de Direito Comercial.

Na década de 1940, após breve ostracismo – motivado em larga medida por uma mudança no cenário político regional – retorna ao cargo de membro do Conselho Penitenciário, em 1945, e três anos depois assume o cargo de Secretário de Segurança Pública do Estado, o qual deixa em 1950 para se candidatar a Deputado Federal pelo Partido Social Democrático.⁶ Nessa época, colabora também com o jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, e no início dos anos 1950 passa a orientar a página semanal Prosa e Verso no jornal *O Estado*, de Florianópolis.

⁵ Em 1995, em comemoração ao centenário do nascimento do autor, todas essas obras foram publicadas/reeditadas pela Fundação Catarinense de Cultura.

⁶ *O Estado*, Florianópolis, 3 de outubro de 1950, pag. 4.

Em abril de 1953, recebe o diploma de Catedrático de Direito Romano da Faculdade de Direito de Santa Catarina; no mesmo ano, viaja ao Paraguai, experiência que deixa registrada no livro *Nuestra Señora de Asunción*. Em 1957, publica *Homens e Algas*, pela Imprensa Oficial do Estado, e dois anos depois seu conto *O pica-pau* integra a coleção *Histórias e paisagens do Brasil*, no volume Pinheirais e Marinhas.

Faleceu em 1965, em sua residência da Avenida Mauro Ramos, em Florianópolis. Nesse mesmo ano, a Faculdade de Direito de Santa Catarina lhe concede, *post-mortem*, o título de Professor Emérito. Foi casado com Ilda Pedreira Gama d'Eça e teve três filhos: Mirian d'Eça Neves, Siomara Gama d'Eça Morgenstern e Luiz Felipe da Gama Lobo d'Eça – este último, o arquiteto que desenvolveu o plano diretor da cidade de Florianópolis.⁷

Caminhando lado a lado com a literatura, os aspectos biográficos de Othon d'Eça demonstraram-se fundamentais para a interpretação de sua obra. Para a historiadora Angela de Castro Gomes, a (auto) compreensão do indivíduo moderno, visto como social e, portanto, suscetível a vivenciar inúmeras temporalidades sobrepostas – ainda mais quando percebido no contexto de transformações violentas advindas da modernidade capitalista –, é um desafio que muitas vezes busca uma certa estabilidade, linearidade ou mesmo a coerência biográfica, em especial quando expresso por meio das escritas de si;⁸ estas, no entanto, não deixam de ser ilusórias, uma vez que, no decurso de uma vida, são a fragmentação e a incompletude que geralmente dão o tom.⁹

Não é por acaso que François Dosse intitulou seu livro sobre historiografia e biografia como *O desafio biográfico*. Segundo este historiador, a biografia não depende só da arte, mas está baseada no verídico, nas fontes escritas e nos testemunhos: é assim que ela se afasta do romance. Por outro lado, descrever os sentimentos de um indivíduo não pode ser comprovado com as fontes, nem é (ou nem seria) tarefa da Ciência, ao passo que o romancista pode usar da fantasia para completar essas lacunas. É por esse motivo que Dosse considera o gênero biográfico impuro, híbrido.

⁷ As informações relacionadas aos cargos públicos ocupados estão disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, em pasta intitulada Fichas do Tesouro do Estado. As informações relacionadas à carreira literária estão presentes nas breves biografias reproduzidas em suas obras, nas edições comemorativas de seu centenário, pela editora da Fundação Catarinense de Cultura. As informações sobre a trajetória política encontram-se nos jornais pesquisados além dos documentos do Arquivo Público do Estado, documentos que encontram-se citados ao longo do trabalho, com suas respectivas localizações.

⁸ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *Escritas de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: _____ (org.). **Escrita de si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, p. 16-17.

⁹ Cf. BOURDIEU. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs). **Usos e Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 159-179.

De todo modo, o questionamento continua latente: como compreender um homem em seu tempo, especialmente quando seu tempo é permeado de violentas transformações e no qual persistem, simultaneamente, o velho e o novo, a tradição e a modernidade? Procurando uma resposta sobre a importância de uma análise histórico-biográfica de Gama D'Eça, essa questão parece ainda mais pertinente. Talvez seja essa vivência que o torna um sujeito cujas particularidades o diferem de outros; talvez seja esse o motivo que torna importante sua biografia; talvez os problemas enfrentados por esse escritor reflitam as promessas e as contradições de sua época.

A pesquisa em torno da figura de Othon Lobo da Gama d'Eça é, desta forma, guiada pela preocupação com o processo de modernização da cidade de Florianópolis, pela análise dos projetos políticos que envolvem esse problema e por uma busca da sensibilidade que norteava a produção cultural na primeira metade do século XX. Em suma, ela tem como objetivo central entender a visão de modernidade defendida pelo literato, pois, tomada a sua biografia como condutora da narrativa, espera-se tornar coesa ao menos a compreensão dessas diversas faces da modernidade.¹⁰

Cumprir notar que um primeiro esforço nesse sentido deu-se ainda durante a graduação, com meu envolvimento no grupo de pesquisa do Laboratório de Som e Imagem (LAPIS) do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina.¹¹ Dentre os objetivos do grupo estava realizar uma análise histórica do processo de urbanização da cidade, partindo de um problema atual: o condicionamento da ocupação geográfica da Ilha de Santa Catarina à especulação imobiliária, que estaria capitalizando traços da produção cultural para atrair investimentos e valorizar imóveis. Desta forma, a literatura mostrou-se fonte fundamental para compor o quadro da produção cultural do período tratado; como a obra de Othon d'Eça tratava da temática das transformações da modernidade, não foi difícil elegê-la como objeto de pesquisa, do que resultou também o meu trabalho de conclusão de curso, intitulado "Homens e algas: uma reflexão sobre a modernidade através de Othon d'Eça" (2006).

Permanecendo na temática das transformações urbanas, a presente dissertação ampliou o horizonte da pesquisa original, com vistas a abarcar o tema modernidade nas suas diversas

¹⁰ Cf. DOSSE, François. **O desafio biográfico. Escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2009, p. 55-80.

¹¹ A pesquisa tinha como objetivo final uma série de vídeos que trataria do problema da urbanização. O título da pesquisa é: "Protótipo de uma série de vídeos: Produção cultural e transformações urbanas em Florianópolis na segunda metade do século XX", financiado pelo FUNPESQUISA e executado no ano de 2004. O grupo, coordenado pelo professor Henrique Luiz Pereira Oliveira, envolvia professores, alunos e funcionários ligados ao LAPIS. Dentro dos objetivos do projeto estavam análises da produção cultural do período, envolvendo o cinema, a pintura, jornais, revistas, entre outros, e, no caso desta pesquisa, obras literárias.

faces, mas ainda guiada pela figura de Gama d'Eça. Como resultado, têm-se os quatro capítulos aqui apresentados. O primeiro deles, "Florianópolis no início do século: modernidade e modernização periféricas", tece um panorama da modernização da capital catarinense no início do século XX, evidenciando tanto as suas relações com a modernização brasileira quanto suas especificidades frente a tal processo.

O segundo capítulo, intitulado "A modernidade chega para Othon d'Eça", trata do cotidiano da cidade de Florianópolis, trazendo as observações do primeiro capítulo a uma perspectiva mais aproximada, na intenção de demonstrar como d'Eça se encaixa no contexto de modernização da cidade, ou seja, quais as transformações por ele presenciadas e experimentadas.

O terceiro capítulo, "A Geração da Academia", analisa o papel de d'Eça como crítico do modernismo. É evidente que a sua produção como literato revela projeções para uma idealização da sociedade que recai tanto em questões sociais, como veremos em seu livro *Homens e Algas*, por exemplo, quanto em questões políticas. Estas, por sua vez, são abordadas no quarto capítulo, "O moderno e o anti-moderno: Othon d'Eça e o integralismo", com o levantamento da atuação política do autor e a problematização de suas escolhas, principalmente sua relação com o Integralismo.

CAPÍTULO 1

FLORIANÓPOLIS NO INÍCIO DO SÉCULO:

MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO PERIFÉRICAS

E apenas apareciam as primeiras manchas de gaze nas montanhas, e, sobre o mar, a bruma estendia as moles carícias do Outono já próximo, no meu coração, onde bruxuleiam restos do Sangue godo da minha raça, as alegrias eclosavam, abriam-se em glicínias de sóis... e era como se dentro de mim continuasse aquele tempo que morria lá fora...¹²

Othon d'Eça, 1918

A modernidade e a modernização são temas clássicos da historiografia. A análise das diversas faces que compõem a modernidade permite construir um panorama da visão de mundo do homem moderno, a qual se encontra repleta de propostas de solução dos problemas do presente e de projetos para o futuro. A partir da segunda metade do século XIX, mais especificamente, todo um novo cenário se desenha, graças Segunda Revolução Industrial e o processo de expansão do mercado mundial a ela associado. Cada vez mais, o emprego da energia elétrica, o uso do motor à explosão e o telégrafo, a bioquímica, indústria química, avanços na microbiologia, entre outras inovações, estimularam a exploração de novos mercados e a aceleração do ritmo industrial, cujo resultado foi

um avanço acelerado sobre as sociedades tradicionais, de economia agrícola, que se viram dragadas rapidamente pelos ritmos mais dinâmicos da industrialização europeia, norte-americana e, em breve, japonesa. Não bastava, entretanto, às potências incorporar essas novas áreas às suas possessões territoriais; era necessário transformar o modo de vida das sociedades tradicionais, de modo a instilá-lhes os hábitos e práticas de produção e consumo conformes ao novo padrão da economia de base científico-tecnológica.¹³

Partindo dos países de economia central e irradiando seus modelos aos de economia periférica, as relações de exploração e de conquista da modernidade capitalista se alastram e violentamente impõem um modelo de existência baseado no consumo. Chegando assim ao Brasil, o Rio de Janeiro, como “sede do governo, centro cultural, maior porto, maior cidade e cartão de visita do país” tornou-se “eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes

¹² D'EÇA, Othon Gama. **Cinza e Bruma e Poemas Dispersos**. FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992, p. 29-30.

¹³ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (org). **História da vida privada no Brasil. Volume 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.12-13.

transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco de sua visibilidade e atuação no território brasileiro”.¹⁴

O direcionamento dessas reformas que se iniciam no Rio de Janeiro e posteriormente se espalham pelas principais cidades do país era de varrer desses locais tudo o que não correspondia à nova ordem, ou que nada lhe oferecesse. Assim, medidas violentas de reforma foram adotadas, inclusive para dar uma aparência “limpa”, higiênica, que atraísse investimentos; em contrapartida, a expulsão de seus moradores converteu-se em prática comum. Nos principais centros urbanos, principalmente no Rio de Janeiro, as mudanças foram alavancadas por um grande desenvolvimento econômico, com o crescimento da população em grande escala. Por outro lado, essas mudanças também foram pensadas pelas elites brasileiras para garantir um maior desenvolvimento, pois a visão que os europeus tinham do Brasil estava baseada nos relatos de epidemias, saques, desorganização e pobreza.¹⁵

No plano nacional, os investimentos do final do século XIX que visavam a construção de uma estrutura que possibilitasse a produção e transporte de bens para o mercado internacional estavam voltados para a região cafeeicultora do sudeste, da produção açucareira do nordeste e para a região amazônica, com a borracha. Basicamente, o estado de Santa Catarina estava à margem dos investimentos internacionais. Assim, em conformidade com a maioria dos estados Brasil afora, existiu um descompasso de Florianópolis em relação àquelas capitais, no que diz respeito ao processo que levou às reformas modernizantes.

Para melhor entendimento desse descompasso, tomaremos como ponto inicial da questão a ocupação efetiva das terras que hoje configuram a cidade de Florianópolis. A região da Ilha de Santa Catarina se configurou, no contexto das expedições marítimas européias do século XVI, como um ponto de parada importante para abastecimento, principalmente devido às condições geográficas do litoral, que permitiam o aporte seguro das embarcações. Além disso, Portugal objetivava avanço na ocupação do sul do Brasil, cuja consequência seria o controle do acesso ao Rio da Prata.¹⁶ Com a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, a ilha tornou-se ponto militar estratégico para a coroa portuguesa.

Povoada inicialmente por paulistas, militares e viajantes, náufragos e desertores, a região, que foi elevada à condição de Vila em 1738, recebeu, a partir de 1746, cerca de seis

¹⁴ SEVCENKO, 1998, p. 521.

¹⁵ Id., 1983, p. 28.

¹⁶ COSTA, Sandro da Silva. **Santa Catarina: História, Geografia, Meio Ambiente, Turismo e Atualidades**. Florianópolis: Postmix, 2011, p.37 e 57.

mil pessoas vindas das Ilhas de Açores e Madeira.¹⁷ Essa imigração causou grande impacto, pois a população, dobrando de tamanho, desenvolveu uma miscigenação que resultou em práticas culturais, sociais e econômicas diversificadas.¹⁸ Um dos motivos desta diversificação é o isolamento das vilas formadas pelos imigrantes em relação ao centro da capital, “havendo então um isolamento cultural relativo entre as freguesias e o centro”.¹⁹

Com o objetivo de povoar a região para servir de base e de fonte de abastecimento para os militares que garantiriam a defesa do sul do país, a ocupação deu-se através de um sistema de concessão de terras para lavradores livres. Porém, a submissão ao governo português os obrigava a ceder homens e alimentos para o contingente militar; segundo Henrique Oliveira, “a Coroa constantemente requisitava a produção dos lavradores para suprir as tropas de outras localidades, sem efetuar os devidos pagamentos”.²⁰ Além disso, a distribuição das terras e os privilégios concedidos não eram igualitários. O vice-rei Marquês de Lavradio atribuiu, em 1779, a má distribuição das terras como uma das causas da pobreza da ilha, considerando que as terras deveriam ser repartidas “com tal cuidado que os pobres não ficassem desacomodados”.²¹

O sistema de ordenamento dos moradores na capitania passou a ser um problema para os administradores. Muitos imigrantes possuíam cartas de sesmaria, requisitadas diretamente ao rei. Porém, a imprecisão das demarcações e o “excesso de pessoas que subitamente se encontravam nesta capitania”, fez com que se constituísse “um registro geral da posse na própria capitania, o qual decidiria sobre desavenças entre sesmeiros e introduziria um regime legal de concessão de terras”.²² Essa concessão, a sesmaria

¹⁷ Os paulistas referidos chegaram na região através das bandeiras de apresamento. O bandeirante vicentista Francisco Dias Velho teria fundado e batizado Nossa Senhora do Desterro em 1663, transferindo-se, mais tarde, para a região com sua família. A iniciativa de captura indígena foi estimulada pela crise causada pela ocupação dos Holandeses no litoral brasileiro e africano, dificultando a comercialização de escravos da África. Em relação aos militares, em 1737, o governo Português preocupou-se com a defesa da região sul do país, ameaçada pelos viajantes estrangeiros, enviando 63 militares para a Ilha. A região, antes habitada pelos poucos paulistas que chegaram com as bandeiras, servia como um porto para abastecimento dos navios que por ali passavam. Cf. CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2005

¹⁸ Ibid., p. 75-98.

¹⁹ TEIXEIRA, Luis Eduardo Fontoura. **Arquitetura e cidade: a modernidade (possível) em Florianópolis – (1930-1960)**. Tese doutorado, São Carlos, 2009, p.186.

²⁰ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira; COSTA, Gláucia Dias da; BOPPRÉ, Fernando Chiquio. **Protótipo para uma Série de Vídeos: Produção Cultural e Transformações Urbanas em Florianópolis na Segunda Metade Do Século XX**. Florianópolis, 2005.Mimeo., p. 53.

²¹ CABRAL, O. RR. Os açorianos, apud OLIVEIRA, 2005,p. 54

²² SOLOMON, Marlon. **O Saber do espaço: ensaio sobre a georafização do espaço em Santa Catarina no século XIX**. 2002. 209f. Tese (Pós graduação História Cultural) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002, p.120.

não é uma forma de localização das pessoas da mesma maneira que ela não é uma propriedade privada, e não apenas porque não há um regime jurídico que a defina como tal, mas por uma série de outras condições que tem a ver com a própria soberania. A sesmaria é uma concessão do soberano, que é concedida na medida em que o seu súdito se compromete a cultivá-la, gerando aumento de arrecadação e crescimento da fazenda real. (...)No entanto, o súdito jamais é o soberano de sua sesmaria: as árvores e madeiras nobres que nela se encontram, pertencem ao soberano, assim como os minérios que nela se possa vir a encontrar. Enquanto ele a cultivar, terá direito a sua concessão, caso contrário corre o risco de perdê-la.²³

As relações de riqueza e nobreza, como vemos, eram transplantadas para o Brasil.²⁴ Em alguns relatos, viajantes afirmaram que na ilha eram os brancos que se ocupavam do trabalho na lavoura, da mesma forma que faziam em suas pátrias; Saint-Hilaire, por exemplo, em 1820 notou que, “como sejam raros ali os negros, principalmente no campo, e a população seja pobre e muito numerosa, ninguém considera uma desonra cultivar a terra com suas próprias mãos, e em Desterro são os brancos que exercem todos os ofícios”.²⁵

Por determinação do rei, os colonos não deveriam escravizar os indígenas da região. Apesar dessa determinação, à medida que os colonos conseguiam recursos com a inserção no mercado colonial, iam adquirindo escravos, tanto indígenas quanto africanos.²⁶ Dentre os gêneros produzidos pelos açorianos na ilha, destaca-se a mandioca como principal produto agrícola da região.²⁷ Porém, diversos autores apontam que grande parte do excedente desta produção era apropriada pela coroa, o que teria desestimulado a agricultura local. A policultura associada à fertilidade da terra e a abundância do pescado (pesca artesanal) somaram-se para que a região não estivesse totalmente inclusa no sistema mercantil. Ou seja, a economia da ilha era diversificada e, apesar das pressões da monocultura que vigorava nas outras regiões do território, subsistiam outros modos de produção.

A invasão espanhola ocorrida em 1777 chamou a atenção da administração portuguesa em relação a Desterro. A historiografia aponta uma forte decadência da região, o que

²³ SOLOMON, 2002, p.122

²⁴ OLIVEIRA; COSTA; BOPPRÉ, 2005, p. 51-53.

²⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Trad. Regina Regis Junqueira, BeloHorizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1978, p. 174. *apud* OLIVEIRA; COSTA; BOPPRÉ, 2005, p. 22

²⁶ OLIVEIRA; COSTA; BOPPRÉ, op.cit.,p. 62-63.

²⁷ A pesca da baleia também é citada em algumas fontes. Era monopólio do governo português, que concedia a particulares o direito de exploração. A pesca estava direcionada para a obtenção de óleo, que servia para a iluminação pública e doméstica, além da fabricação de sabão e liga para a construção civil (CORRÊA, 2005, p. 118).

justificaria, inclusive, a invasão espanhola.²⁸ Após o reestabelecimento do domínio português – depois de 29 meses –, a causa da decadência da região foi atribuída pela administração portuguesa à ociosidade dos habitantes da Ilha. Percebe-se, porém, que o encargo de produzir alimentos para o abastecimento dos militares portugueses desagradava a população:

Seria necessário pensar a questão da “ociosidade” do ponto de vista dos moradores desta região. Pode-se conjecturar que, após a ocupação espanhola, uma forma de resistência ao domínio português tenha sido o desinteresse na produção de excedentes que pudessem ser requisitados pelo Estado para suprir os efetivos militares.²⁹

A situação de pobreza por que passavam os habitantes da Ilha de Santa Catarina era um problema, pois era preciso contar com um efetivo militar ativo para a defesa do sul após o insucesso na defesa quanto à invasão espanhola de 1777. Assim, a administração portuguesa passou a ser o alvo das críticas no fim do século XVIII, principalmente em relação à obrigatoriedade do serviço militar e a requisição das lavouras, além dos problemas estruturais como falta de estradas e serviços. Segundo Saint-Hilaire, além das queimadas, da repartição das terras (tornando-as reduzidas para o sustento das famílias) e das dificuldades de comunicação, “os colonos que ali se estabeleceram em diferentes épocas não receberam ajuda e a tirania do governo português pesou pó muito tempo sobre eles. Essas são as causas mais antigas da pobreza da região (...)”.³⁰ Dessa forma, o desenvolvimento da região deu-se de maneira lenta. Ligados à especulação com o comércio local e o transporte de gêneros, ou contrabandeando lucros da produção de farinha de mandioca, surge um setor ligado ao comércio, ainda no século XVIII.³¹

O século XIX foi marcado pela crescente distinção entre uma elite “nativa” que se formou no meio urbano, composta por esses comerciantes, funcionários civis e militares – dada a condição de Desterro como centro administrativo – e, do outro lado, a elite rural formada pela desigual distribuição das terras aos imigrantes. As funções urbanas foram ocupadas pelos habitantes que se desvinculavam da agricultura, trabalhando em obras públicas, na marinha, comércio ou ofícios mecânicos. O êxodo e o redirecionamento da

²⁸ Conta-se anedoticamente que ela foi efetivada sem nenhum tiro. Levanta-se a questão de não havia muita motivação desses habitantes para defender a Ilha, já que o descontentamento com o governo português era grande (OLIVEIRA; COSTA; BOPPRÉ, 2005, p.52).

²⁹ OLIVEIRA; COSTA; BOPPRÉ, op.cit., p. 59

³⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. Trad. Regina Regis Junqueira, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1978, p. 134 apud OLIVEIRA; COSTA; BOPPRÉ, p.60.

³¹ OLIVEIRA; COSTA; BOPPRÉ, op.cit., p. 61.

população para atividades urbanas foram intensos apenas após a terceira década do século XIX. A grande quantidade de brancos despossuídos concorria com o trabalho escravo na Ilha, e provocou consequências importantes na relação entre dominados, senhores e escravos.

Esse conjunto de transformações desencadeou, na segunda metade do século XIX, uma preocupação das camadas urbanas em legitimar sua condição. Respalgadas pelo saber médico-higienista em voga neste período, essas classes passaram a promover um discurso de saneamento e ordenamento da cidade, focados principalmente no perímetro urbano da capital. Sendo assim, Florianópolis entraria em um processo de significativas reformas a partir da metade do século XIX – inclusive no nome: a velha Nossa Senhora do Desterro duraria até 1894 –, desdobrado em duas fases importantes: as transformações da Primeira República, que tiveram o seu auge nas três primeiras décadas dos governos republicanos, e as que se iniciam na década de 1960, cujo marco foi o aterro da Baía Sul.³²

Em seu primeiro momento, a modernização de Florianópolis, apesar de seguir o modelo das grandes capitais nacionais, teve suas especificidades: a cidade não apresentou grande variação em relação ao contingente populacional e ao crescimento econômico nas três primeiras décadas do século XX. Tal aspecto, apresentado por Hermetes Reis Araújo, é fundamental ao entendimento das transformações então ocorridas. O trabalho deste historiador, intitulado muito apropriadamente *A invenção do litoral*, mostra que os elementos que explicavam as reformas urbanas das grandes cidades do país faltavam em Florianópolis. Na comparação com o Rio de Janeiro, que atraiu cerca de 158.888 imigrantes entre os anos de 1890 e 1920, em Florianópolis “desde o começo do século até o ano de 1920, o número de habitantes cresceu apenas algo em torno de 7.000 pessoas.”³³

Levanta-se justamente a questão de que as reformas foram “inventadas” com base nos anseios de uma elite local e por uma crescente diversificação social, consequência

³² Este projeto fazia parte do plano diretor da cidade, cujo responsável foi o filho de Othon Gama d’Eça, o urbanista Luis Felipe Gama d’Eça, em 1969. Nesta fase, em particular, ocorre um aumento populacional significativo, com a criação das universidades e instalação de indústrias, e o processo de verticalização do centro urbano e a incursão do turismo no interior da Ilha. Os arruamentos e a ocupação das áreas das chácaras com desmembramento de lotes também fazem parte do projeto de modernização, além da eletrificação, agricultura e investimentos em saúde e educação, parte do “Plano de Obras e Equipamentos” do governador de Santa Catarina, Irineu Bornhausen (1951-1955). Praticamente comandada pelo estado, o nacional-desenvolvimentismo de esfera federal demonstrou-se na cidade com o propósito de consolidar Florianópolis como a capital. Cf. CORRÊA, 2005, p.277-300, 334-359. Cf. PEREIRA, Elson Manoel. Qual planejamento urbano no contexto da sociedade da incerteza? Florianópolis e seus planos diretores. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 25, n.49, p. 103-121, jan/jun. 2010. Também TEIXEIRA, 2009, p.51.

³³ Dados do Rio de Janeiro conforme SEVCENKO, 1983, p. 51; Dados de Florianópolis de acordo com ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral : reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. 1989, 216f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 46.

principalmente do comércio, de suas funções como sede administrativa e por toda uma camada de funcionários do estado.³⁴ Também a imigração alemã, a partir do final do século XIX e início do XX, merece destaque no desenvolvimento da cidade.³⁵ Segundo Carlos Humberto Corrêa, antes de se estabelecerem em colônias no interior do Estado, esses imigrantes passavam um período em Desterro, enquanto as terras eram demarcadas. Muitas dessas famílias ficaram na capital e, para o historiador João Klug,

a presença dos alemães na região de Florianópolis contribuiu significativamente para a dinamização da economia desta microrregião. No início deste século [XX], a maior parte das iniciativas industriais e do comércio estavam em mãos de empresas familiares germânicas tais como Hackradt, Ebel, Wellmann, Bade, Hoepcke, Moellmann, Kribadt, etc. O mesmo pode ser dito com referencia a profissionais liberais, na área por exemplo da medicina, farmácia, arquitetura (...)³⁶

Na virada do século, Santa Catarina era um estado fragmentado, principalmente pela dificuldade de acesso ao interior devido a falta de estradas, pelas diferenças culturais próprias do processo de imigração e ocupação e pelo descompasso econômico das diversas regiões de Santa Catarina. Essa configuração passou a ser problema central para os governantes locais da recém-criada República, pois dificultava o desenvolvimento econômico do estado como um todo. Diversas propostas surgiram para tentar solucionar o problema; a Ponte da Independência, denominada atualmente de Ponte Hercílio Luz é um exemplo: por mais que a oposição considerasse a obra um projeto faraônico, o governador Hercílio Luz defendeu, em 1920, a sua construção, para ligar a capital ao continente:

A ponte sobre o estreito, velha aspiração dos catarinenses, e cujo decreto hoje assinarei, não é uma obra de vaidade que pareça preferência pela Ilha e Capital, em detrimento das demais zonas do Estado. É uma obra, reconhecidamente, de interesse geral e que, por ocasião de nosso centenário (da independência), afirmará praticamente a união e a integridade de nosso território, e das nossas aspirações, evitando que a cabeça mutilada continue fora do corpo.³⁷

³⁴ ARAÚJO, 1989, p.10-12.

³⁵ Além dos alemães, se estabeleceram na capital muitas famílias italianas, gregas, sírias e libanesas.

³⁶ KLUG, João. Imigração e luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã em Desterro. Florianópolis: Papa livro, 1994, p.72 apud CORREA, 2005, p.236-37.

³⁷ República, Florianópolis, 28 de setembro de 1920 apud ZANELATTO, João Henrique. **Região, etnicidade e Política: O integralismo e as lutas pelo poder político no Sul Catarinense na década de 1930**. Porto Alegre. Tese de doutorado PUC- RS, 2007, p. 282.

Os problemas relacionados à demarcação das fronteiras, como o Contestado,³⁸ também foram causados pela dificuldade de transitar pelo território catarinense. No mesmo sentido, a busca por uma identidade também fazia parte dos esforços para constituir uma unidade para a região.³⁹ Essa diversidade foi também o que possibilitou a classificação do estado como “mosaico cultural”. Além da questão econômica e cultural, todo esse contexto de ocupação e desenvolvimento de Santa Catarina trouxe consequências importantes na trajetória política, particularmente em relação ao Integralismo e sua expansão pelo estado, como veremos no terceiro capítulo.

Santa Catarina também encontrou-se envolvida nas discussões raciais do início do século passado. Influenciados pelo racismo científico e pelo darwinismo social, intelectuais passaram a questionar qual seria o mal que assolava os brasileiros e que os impedia de progredir. Para estes, o atraso do Brasil estava relacionado à raça, ou melhor, à mestiçagem sobre a qual foi formada a nação. Acreditavam que, assim como o progresso brasileiro estava atrasado em relação aos outros países devido ao perfil agrário e que tendia a se industrializar, o homem brasileiro estava atrasado, pois ainda era miscigenado, e tenderia a branquear. O progresso da nação dependia, portanto, da regeneração do homem, baseado na eugenia.

Embora não houvesse um consenso na época de que a raça ou a cultura seria responsável pela “doença” do brasileiro, a busca pelo homem ideal para o progresso da nação deu-se de forma pretensamente racional. Através de métodos empiricamente comprovados, os higienistas trataram de procurar alternativas para “curar” o Brasil. A racionalidade do projeto de nação se encontrava tanto na ideologia que o justificava como nos métodos utilizados e no próprio conteúdo implementado. Neste último caso, tratava-se também de varrer todos os velhos costumes, principalmente aqueles ligados à tradição religiosa e supersticiosa da cura e inserir práticas ligadas à ciência.⁴⁰

Para muitos destacados intelectuais de então, como Oliveira Vianna, conhecer a fundo as diferenças culturais e geográficas poderiam elucidar questões como o profundo “atraso” econômico em que nos encontrávamos em relação aos países centrais. Neste momento, as

³⁸ “A experiência dos sertanejos do Contestado teve como foco a luta em oposição ao Coronelismo, à concentração fundiária, à exploração de empresas estrangeiras e a construção de comunidades autônomas em relação ao Estado e ao Clero”. O conflito ocorreu na região disputada entre Paraná e Santa Catarina, por esse carrega o nome de Contestado. MACHADO, Paulo Pinheiro. **Guerra do Contestado – 100 anos (1912/16 – 2012)**. Cpdoc-FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/contestado/ecos/paulo-pinheiro-machado>>. Acesso em 15 jan. 2015.

³⁹ ZANELATO, 2007, p. 282-284.

⁴⁰ Cf. DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura. Política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Unesp, 2006.

diferenças entre as regiões seriam reflexo da natureza, do meio e da raça, algo que não deixou de repercutir em Santa Catarina:

É o momento em que são absorvidos todos os determinismos científicos, as teorias sobre o clima, o solo e a mestiçagem. É o momento também, que se introduz no Brasil um saber sociológico que, como ciência legítima, poderia diagnosticar os obstáculos que impediam o Brasil de ser uma nação aos moldes dos países civilizados. Esta “sociologia positiva” que pode ser percebida em Sílvio Romero e mais tarde em Oliveira Vianna, entre outros, está colocada na mesma discursividade e servirá de instrumento aos primeiros trabalhos que procuram explicar Santa Catarina como um organismo social.⁴¹

Em Florianópolis, o estudo de Lourival Câmara, assistente chefe do Departamento Estadual de Estatística do Estado de Santa Catarina, se assemelha ao de Oliveira Vianna em relação ao método.⁴² Ao escrever *Estrangeiros em Santa Catarina*, em 1940, Câmara identificou

três zonas antropogeográficas: a da beira oceânica, a da colonização propriamente dita (compreendendo os vales dos principais rios) e a dos campos (abrangendo a região fisiográfica serrana do centro. Cada qual com sua norma, seu indivíduo específico: o praiano, o colono, o serrano(...). O homem das nossas praias é bem a reprodução degenerada do açoreano que fracassou no litoral catarinense, à época do povoamento.⁴³

Revelada “como uma das primeiras tentativas de explicar Santa Catarina como um organismo social que deveria ter as suas partes, os seus tipos, as suas regiões explicitadas para serem mais bem entendidas”,⁴⁴ Câmara acrescenta em sua obra que, “devido ao fracasso açoriano no litoral, este fundo hereditário acabou degenerando-se provocando alterações morfológicas – agravada pelo cruzamento com negros bântus - e, em consequência, psicológicas”.⁴⁵ Com as palavras do historiador catarinense Oswaldo Cabral, Câmara acrescenta: “os habitantes parecem esperar do céu favores e desgraças, num fatalismo maometano, recebendo ambos com a indiferença dos vencidos”.⁴⁶

⁴¹ GARCIA JUNIOR, Edgar. **Práticas Regionalizadoras e o Mosaico Cultural Catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2002, p.21

⁴² GARCIA, 2002, p.21

⁴³ CAMARA, Lourival. *Estrangeiros em Santa Catarina*. Separata da **Revista de Imigração e Colonização**, ano 1, número 4, outubro de 1940, p.12.

⁴⁴ GARCIA, op. cit., p. 24.

⁴⁵ CÂMARA, op.cit., p. 12.

⁴⁶ Ibid, p.12

A questão da disputa pela identidade do catarinense é também política, como podemos perceber ao final da Primeira República, com as disputas entre representantes dos imigrantes alemães estabelecidos no interior e os luso-brasileiros, de origem majoritariamente açoriana, da capital. O grande conflito e a exaltação dos aspectos culturais destes últimos visavam a minimizar a questão do fracasso econômico do litoral em relação ao restante do Estado. Um exemplo dessa discrepância é a região de Blumenau, que se ligou primeiramente a São Paulo através de estradas e conquistou um grande desenvolvimento econômico. As dificuldades geográficas dificultavam o acesso à capital. Com a crise de 1929 e o subsequente processo de substituição das exportações, a industrialização se expande além do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, principalmente para a região sul do país. As barreiras alfandegárias interestaduais foram quebradas, um projeto de rodovias realizado e Blumenau, na década de 1930, já se constituía como um polo industrial, inclusive exportador. Esse sucesso econômico da região do Vale do Itajaí, povoada por imigrantes alemães, foi, segundo Marcos Juvêncio de Moraes, o contraponto responsável pela degradação da imagem do açoriano no Estado e da elevação do alemão a sinônimo de progresso.⁴⁷

Nesse sentido, a imprensa passou a ser um importante suporte para a expansão dessas ideias. Veículo da “opinião pública” e da literatura vigente, a imprensa de Florianópolis funcionou como porta-voz dessa nova elite, inspirada principalmente pelo “centro irradiador do novo estado de espírito nacional deflagrado com a república”, o Rio de Janeiro.⁴⁸ Dentro destes ideais políticos e culturais, o papel da imprensa é fundamental como pulverizador dessas novas formas de pensar e agir. Os discursos produzidos incorporavam em si, “toda sorte de hierarquias e enquadramentos de valor intrínsecos às estruturas sociais de que emanavam”.⁴⁹ Segundo Felipe Matos, a data da fundação das outras imprensas nas demais capitais brasileiras demonstra que, ao contrário do que a historiografia apontava, Santa Catarina não estava tão atrasada em relação aos impressos.⁵⁰

Com a modernização da cidade e a força do modelo positivista no qual foram pautadas as transformações dela decorrentes,⁵¹ novas concepções de sociedade foram apresentadas. Segundo Hermetes Reis Araújo, as elites florianopolitanas, “no seu confronto com essa

⁴⁷ MORAES, Marcos Juvêncio de. A construção da identidade catarinense e a formação do litoral açoriano. In: **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.2, n.1, dezembro-2010, p. 26.

⁴⁸ ARAÚJO, 1989, p.134.

⁴⁹ SEVCENKO, 1983, p.20.

⁵⁰ MATOS, Felipe. **Sob os auspícios da Livraria Rosa: Redutos literários e circulação de cultura letrada em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em História), Florianópolis, UFSC, 2008, p. 20-21.

⁵¹ Neste modelo, o uso da ciência, refletido na presença maciça de engenheiros, sociólogos cientistas e administradores, teria condições de garantir a ordem e o progresso do país.

realidade que as incomodava de perto, tentaram criar uma outra mais próxima dos seus ideais, mesmo que ela se limitasse ao reduzido espaço do centro urbano da capital”.⁵² A produção da imagem do descendente açoriano como indolente e fatalista faz parte da tentativa de diferenciação das classes dominantes em relação às comunidades tradicionais, na qual a maioria conservava, como forma de sobrevivência à pesca e à agricultura. Portanto, durante a primeira metade do século XX, os habitantes do litoral foram referidos pela produção cultural assim orientada como matutos, caboclos ou “amarelos do litoral”:

As origens desse marasmo e dessa mordidez generalizada que identificavam no presente os escritores foram buscá-las nos confins de um passado que configuraram como o momento de uma queda, uma espécie de fatalidade que teria sido a chegada dos imigrantes açorianos ao litoral de Santa Catarina onde o seu destino, segundo opinião corrente entre os intelectuais da “geração da academia, foi o abandono e a degenerescência.”⁵³

As referências à colonização açoriana buscavam explicar o atraso da região e as causas da debilidade econômica da cidade. Elas eram esparsas e não objetivavam a definição de uma comunidade até a década de 1940, mas o pós-guerra e a crescente valorização dos traços regionais na construção da nacionalidade foram importantes para a ressignificação desta questão. Além disso, os imigrantes italianos e alemães do Estado de Santa Catarina ficaram negativamente associados ao nazifascismo. Fatores como esses foram importantes para a associação da origem catarinense ao povo português.

A valorização e a recuperação da tradição, que fora poupada pela modernização, tornaram-se essenciais para a construção de uma percepção das comunidades tradicionais, agora de maneira positiva. A explicação da estagnação econômica da região continuava sendo atribuída à colonização, porém novas vias foram abertas para pensar a questão. Como exemplo, temos a visão do historiador Oswaldo Cabral, que relativizou o fracasso econômico dos açorianos em Florianópolis afirmando, em primeiro lugar, o seu alto nível intelectual e cultural, bem como a capacidade de absorção de elementos de outras culturas, mantendo intactos seus hábitos. Para Cabral, o açoriano era muito mais pastor do que agricultor:

Daí ter o forte, o capaz, abandonado a terra, para vencer e sobrepor-se ao meio. O tímido permaneceu nela. Permaneceu e fracassou. O que destinou a outras atividades o seu labor, a sua capacidade, o seu vigor físico, moral e intelectual,

⁵² ARAÚJO, 1983, p. 56.

⁵³ Ibid., p. 150-51.

estava fadado a impor-se na sociedade. O temeroso condenou-se a ficar na mandioca, no peixe, e nas fruteiras do fundo do quintal, vencido, contentando-se com o pouco que obtinha das suas reduzidas atividades.⁵⁴

Passou-se a ressaltar os pontos positivos da colonização açoriana e relativizar os fracassos. Nesta comparação, Cabral critica o modelo norte-americano como norteador das ações modernizantes:

Conceitos tão simples como vitória e fracasso são menos claros do que parecem: não podem ser deduzidos da comparação precipitada entre grupos distintos. Na realidade, é do confronto das atividades do grupo que descende de açorianos, com as do que provém de alemães, que nasce a injúria feita aos nossos conterrâneos.

Esta exposição, se compreendida, mostrar-vos-á que a gente açoriana perdura na geração que vive. O açoriano venceu entre nós, porque a vitória de um grupo social não se mede pela aceitação passiva de instrumentos técnicos de outros grupos, mas na sobrevivência de padrões que o caracterizam.

O conflito entre cidade e campo é demasiadamente chocante entre nós. As atividades urbanas integram-nos facilmente nas exigências culturais cujo padrão máximo é a vida norte-americana, inclinando-nos a ver fracassos ou vitórias na medida desse padrão.

O campo, porém, mantém-se em sua tradição, e sua evolução não se faz a custa de todos os seus hábitos e instituições, mas na fusão destes com os novos elementos, que absorve.⁵⁵

Por meio deste panorama de modernização da cidade é possível perceber como as transformações técnicas acabaram por trazer uma nova experiência aos seus habitantes; encaixando em tal panorama as palavras de Oswaldo Cabral – bem como a vida e a obra de Othon d'Eça, como faremos adiante –, percebemos também como a crítica às atividades urbanas e a valorização da tradição, principalmente a açoriana, no caso, pode indicar uma forma de resistência à modernidade. No confronto com a instabilidade que as transformações modernizantes oferecem, o homem moderno procura no passado a possibilidade de ordenação do presente: seria o efeito “escada rolante”, criado pelo historiador Raymond Williams. Em uma “retrospectiva idealista”, escritores também se utilizam da literatura para criticar a nova ordem capitalista, caracterizando uma visível crise de valores:

O radicalismo retrospectivo, contrário à crueldade e à estreiteza da nova ordem fundamentada no dinheiro, é muitas vezes utilizado como crítica do capitalismo

⁵⁴ CABRAL, O. R. “O significado do açoriano no panorama social de Santa Catarina”. In: *Atualidades*, nº 12, dez, 1948, p. 36 apud OLIVEIRA; COSTA; BOPPRÉ, 2005, p.75.

⁵⁵ “Inauguração da Exposição Histórica, Geográfica e Folclórica”, in *Atualidades*, nº 12, Florianópolis, dez, 1948, p. 9. apud OLIVEIRA; COSTA; BOPPRÉ, 2005, p.75.

atual: é usado para expressar sentimentos humanitários, na maioria das vezes associados a um mundo que, por ser pré-capitalista, é irrecuperável. Assim, uma crítica social necessária é desviada para um mundo passado, menos perigoso: um mundo de livros e recordações, no qual o estudioso pode ser profissionalmente humanitário, mas pertence isolado ou indiferente ao mundo que vive. E – o que é mais importante – esse tipo de crítica do capitalismo envolve valores sociais que, se chegam a se tornar ativos, imediatamente acorrem em defesa de certos tipos de ordem, certas hierarquias sociais e estabilidades morais, que têm sabor feudal mas também uma aplicação contemporânea mais relevante e mais perigosa. Algumas dessas virtudes “rurais”, nos movimentos intelectuais do século XX, saem do campo e vão tornar-se valores de uma posição explicitamente reacionária: em defesa dos padrões tradicionais de propriedade, ou no ataque à democracia em nome do sangue e da terra.⁵⁶

Há que se notar ainda que a especificidade de Florianópolis reside na condição de periferia da periferia da modernização, ao considerarmos como eixo irradiador os países europeus. Frente às transformações das principais capitais brasileiras, que possuíam suas próprias exigências e urgências, Florianópolis vai seguir a reboque dos anseios de uma elite que, à medida que entra em contato com os referenciais modernos, não quer “ficar para trás”. Por isso, construir uma experiência escrita que permita dar sentido ao presente através da estabilidade que o passado proporciona condiz com a sensibilidade que permeou esse período. A concretude dessa sensibilidade, que propõe criticar o presente demonstrando as intensas consequências dessas transformações, foi questionada por Sandro da Silveira Costa, ao escrever que as transformações da cidade foram relativamente pequenas quando comparadas às demais capitais do país;⁵⁷ o acesso às notícias e o contato com a crítica dessas reformas, porém, seriam responsáveis pela transferência dessa sensibilidade aos florianopolitanos. A imprensa, a literatura e a história apresentaram-se, assim, como instrumento de acesso à modernidade, transplantada para Florianópolis antes mesmo da modernização, resultando em relatos que aparentam ter amplitude maior do que os dados apresentados – tal como ocorreu em Porto Alegre, por exemplo, conforme demonstrado por Sandra Jatahy Pesavento:

mesmo que o processo de remodelação urbana em curso não se aproximasse, em termos de escala, do das metrópoles reais que suportavam o conceito, a população afetada pelas demolições vivenciava a situação como pertinente ao acesso à modernidade. Em suma, os porto-alegrenses sentiam a sua cidade como metrópole e

⁵⁶ WILLAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.66.

⁵⁷ COSTA, 2011, p.195-8.

a representavam como tal em crônicas de jornais, poesias, imagens e discursos variados.⁵⁸

Em consonância com todo esse panorama de transformação periférica, encontramos a trajetória política, literária e profissional de Othon Gama d'Eça. No próximo capítulo, veremos essas reformas de forma mais específica, bem como Othon d'Eça se insere nestas transformações e como a sua sensibilidade passa a ser retratada em sua literatura.

⁵⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 279-290. Para ilustrar a limitação concreta de Florianópolis frente à modernização, se tomarmos como base o crescimento populacional, os dados do IBGE indicam que de 1900 a 1920 a população do Distrito Federal passou de 691.565 a 1.157.873, enquanto a capital catarinense foi de 32.229 a 41.338 habitantes, variação relativamente pequena mesmo em relação às demais capitais brasileiras; em relação à rede viária, o Estado de Santa Catarina contava com 522.244 quilômetros de ferrovia federal em 1912, enquanto a soma das ferrovias estaduais e federais do estado do Rio de Janeiro somavam 2.562.568 km; por fim, outro índice interessante é a porcentagem do valor das mercadorias exportadas de 1908 a 1912: 12, 71% da Capital Federal, em oposição aos 0,39% de Santa Catarina. Cf. **Anuário Estatístico do Brasil**. IBGE, v. 1, p. 260-261; idem, v. 2, p. XXII e p. XXXIII.

CAPÍTULO 2

A MODERNIDADE CHEGA PARA OTHON D'EÇA

– O senhor gracieja... Mas, falando sério, não lhe parece que fica feio o coroarem o morro de túmulos em vez de o coroarem de edifícios? Não é um desperdício de lugar pitoresco? Não é? Edificassem ali prédios públicos, casas apalacetadas, depois uma ladeira como no Rio, na Glória... Déssem aquillo aos vivos, não aos mortos!... Não acha o senhor?

–Não! Com franqueza, não acho! Olhe. Aos mortos dá-se tudo, talvez porque não precisam de nada (...) Descanse. Aqueles mortos e aquelles túmulos, ali não ficarão eternamente. Os nossos netos, talvez os nossos netos, talvez os nossos filhos, já conseguirão erguer as suas moradias, e dormir, vivos, por sobre aquellas carcassas enterradas...

Um cemitério não é eterno. Nem os mortos acordarão se os martelos do trabalho soarem naquelle alto, edificando, levantando, calçando... O somno da morte é mais longo que o da vida. Também mais fundo, mais ferrado...

Barreiros Filho, 1917

Ao mesmo tempo que a cidade de Nossa Senhora do Desterro era assolada pelos sons incansáveis dos martelos aos quais Barreiros Filho se refere, nascia o futuro escritor, político e funcionário público Othon da Gama Lobo d'Eça, em 3 de agosto de 1892. Até 1912, com 20 anos de idade – momento em que dá os primeiros passos em direção à vida literária –, Othon d'Eça viveu em um casarão, o “Solar dos d'Eça” na Praça da Fundação. Hoje chamada de Praça XV de Novembro, o local, além de abrigar a figueira símbolo da cidade, situa-se bem no centro florianopolitano, ponto irradiador de todas as transformações urbanas tratadas no capítulo anterior.⁵⁹ O casarão se localizava ao lado da Igreja Matriz,⁶⁰ como mostra a pintura abaixo:⁶¹

⁵⁹ A figueira é uma árvore atualmente localizada no centro da praça XV. Ponto turístico da cidade, a árvore, que ocupa com seus grandes galhos quase a extensão da praça, originalmente estava localizada em um grande morro, no qual era vista de vários pontos da cidade. O time de futebol Figueirense teve origem no bairro onde a árvore se localizava. Foi transferida para a praça em 1891.

⁶⁰ Vendido e demolido, o casarão hoje dá lugar a uma agência do Banco do Brasil.

⁶¹ A pintura foi feita pelo artista Almir Tirelli, famoso também por tecer grandes murais de tapeçaria. A data da obra é desconhecida.

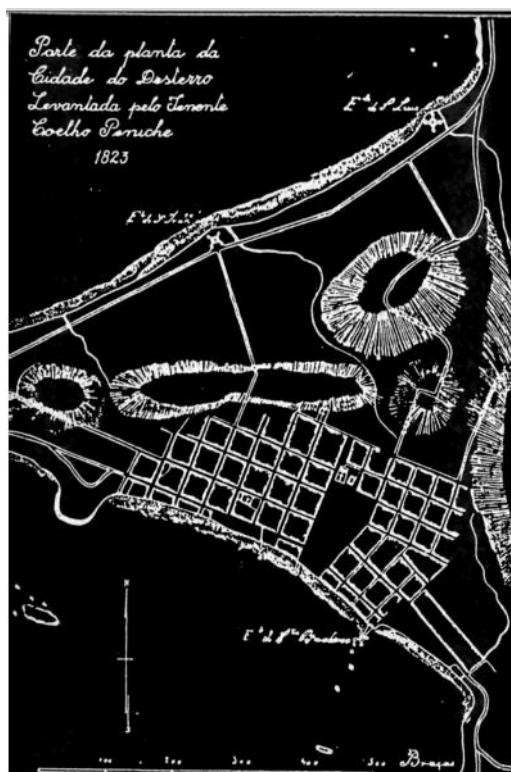
Figura 1- O Solar da família d'Eça.



Fonte: Acervo da família d'Eça (reprodução).

Ao observarmos o mapa a seguir, de 1823, percebemos a referida praça no espaço vazio entre as ruas, assumindo lugar crucial na malha urbana:

Figura 2 - Mapa da planta da cidade de Desterro, 1823



Fonte: TEIXEIRA, 2009, p. 187 (reprodução)

A área de maior concentração de ruas é o atual centro da cidade. Existe a presença de limites naturais que impediam a expansão do centro, formado principalmente pelo Morro da Cruz. Acima, em direção à Baía Norte, chamada também de praia de fora (onde hoje se localiza a avenida Beira Mar Norte), eram localizadas chácaras, com “edificações espaçosas, confortáveis, com ventilação e iluminação direta em todos os ambientes, e possuíam amplos jardins, pomar e quintais”, as quais foram também “as primeiras edificações a romper com o padrão edilício da antiga cidade colonial peninsular”.⁶² Em relação à distribuição geográfica das classes sociais,

a península teria uma divisão clara: a leste da praça, na segunda metade do século XIX ficavam a maioria dos cortiços, habitados pelas camadas mais pobres. (...) em direção às encostas do Morro [da Cruz] . Também a leste, na Rua Augusta (atual João Pinto) ficavam algumas casas de comércio, dirigidas a artigos náuticos e ferragens. Era o bairro dos soldados, da marujada, das meretrizes e dos basfond da época. O pouco valor da área era enfatizado pela presença das águas pantanosas e fétidas dos detritos ali lançados.⁶³

A oeste da praça, as casas eram melhores: “sobrados de pavimento térreo comercial e com a residência do proprietário no segundo pavimento” , construções típicas de praticamente todo o Brasil, como podemos observar na imagem abaixo.⁶⁴ Era nessa região, assim, que as transformações urbanas apareciam com maior evidência.⁶⁵

Figura 3 - Sobrados do centro de Florianópolis



Fonte: **Fotos Antigas de Florianópolis**. Disponível em: <http://fotosantigasflorianopolis.blogspot.com.br/> Acesso em 21 jan. 2014.

⁶² TEIXEIRA, 2009, p. 188.

⁶³ Ibid, p. 190.

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ A construção que se inicia no primeiro plano da imagem é do Mercado Público (atual), portanto, a foto remete ao ano de 1896 – 1899.

A primeira das grandes transformações urbanas vivenciadas por Gama d'Eça, foi a mudança do nome da cidade, em 1894. Se sua pouca idade não permite afirmar que tenha sentido de alguma forma tal mudança, ela sem dúvida teve impacto sobre a família: como se sabe, a “cidade de Floriano” é uma homenagem àquele que sufocou de modo sangrento a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, cujo desfecho levou à morte o tio-avô de Othon, o Barão de Batovi, fuzilado a mando de Moreira César, interventor do Estado, em nome da República recém criada.

Depois deste triste evento, Florianópolis foi passando por reformas, na perspectiva de iniciar um novo período na história da cidade com a afirmação de um novo regime político. Após a proclamação da República, um marco importante na mudança da paisagem do centro da capital é a reforma do Palácio do Governo (atual Palácio Cruz e Souza), em 1895. Também localizado na atual Praça XV, a reforma do palácio, segundo Teixeira, foi “o primeiro ato republicano a marcar o novo tempo”. Essa “atualização arquitetônica do palácio seria estratégica, pois, além de sua situação urbana privilegiada – na praça fundadora –, qualquer inovação feita sob a égide da República seria sinal dos novos tempos”.⁶⁶

Logo após essa reforma, várias outras foram se apresentando. Os códigos de posturas municipais dos anos 1889, 1896 e 1898 abordam temas como: “alinhamento e nivelamento das ruas; conservação de estradas e caminhos, higiene e saúde pública: saneamento; condutores e trânsito de carros, carroças e animais etc”.⁶⁷ Para Sandro da Silveira Costa, as preocupações dos legisladores, políticos e engenheiros retratadas nestes códigos de conduta refletem a preocupação de “oferecer-se à capital do Estado um conjunto de leis e regulamentações urbanas que assinalassem a passagem para o novo regime político, tentando apagar os elementos que lembravam o período ‘imperial’ e ‘atrasado’ da cidade.”⁶⁸

Nesta perspectiva, Othon viu a cidade caminhar para a modernização, por meio da implementação de várias obras modernizantes. Podemos citar algumas delas, como a criação de uma rede de esgoto, entre 1902 e 1906, ou a inauguração da estação de esgoto, em 1910, cuja arquitetura remete a uma tentativa de “romantização da Idade Média” e, portanto, passou a ser chamada pela população de Castelinho. Neste mesmo ano, 1910, foi inaugurada a primeira adutora de água tratada, e por volta deste período começaram os aterros na área central, ampliando a área do cais. Em 1914, foi inaugurado um forno para a queima de

⁶⁶ TEIXEIRA, 2009, p.194.

⁶⁷ COSTA, 2011,p.174

⁶⁸ Ibid, p. 176

lixo.⁶⁹ Othon d'Eça assistiu também à chegada da rede de energia elétrica (1910) e a iluminação pública, substituindo “os fúnebres lampiões à querosene, esmagados pela conquista da ciência”.⁷⁰ Ruas foram calçadas, praças receberam seus jardins, novos edifícios públicos foram construídos. Em 1919, Florianópolis recebeu “os serviços da Fundação Rockefeller para o saneamento do litoral catarinense e da ilha onde situa-se a capital”,⁷¹ mesmo ano em que tiveram início as obras da Avenida Hercílio Luz, chamada a princípio – muito emblematicamente – de Avenida do Saneamento.

Segundo Fontoura, “a vida econômica da capital não era expressiva” durante a década de 1910, pois havia em Florianópolis apenas 606 casas de comércio.⁷² Nestas casas, os produtos estavam voltados para a subsistência; por isso mesmo, o alemão Carl Hoepcke se destacou ao implementar fábrica de pregos, rendas, bordados, um estaleiro e a “Empresa Nacional de Navegação Hoepcke”, com quatro embarcações, “responsável por muito tempo pela ligação da capital com os portos de Santos e do Rio de Janeiro”.⁷³ Nas palavras de Teixeira,

O cais Rita Maria (também de propriedade da Empresa Hoepcke), naquela época era dos lugares mais fervilhantes de vida urbana em Florianópolis. Embarques, desembarques, notícias e mercadorias faziam a conexão da capital com o restante do mundo.⁷⁴

A década de 1920 já se inicia, assim, com uma paisagem bastante modificada do centro. No mapa a seguir, cujas reformas de então foram sobrepostas ao mapa atual, podemos visualizar as transformações aqui referidas:

⁶⁹ TEIXEIRA, 2009, p.196.

⁷⁰ ARAÚJO, 1989, p. 19.

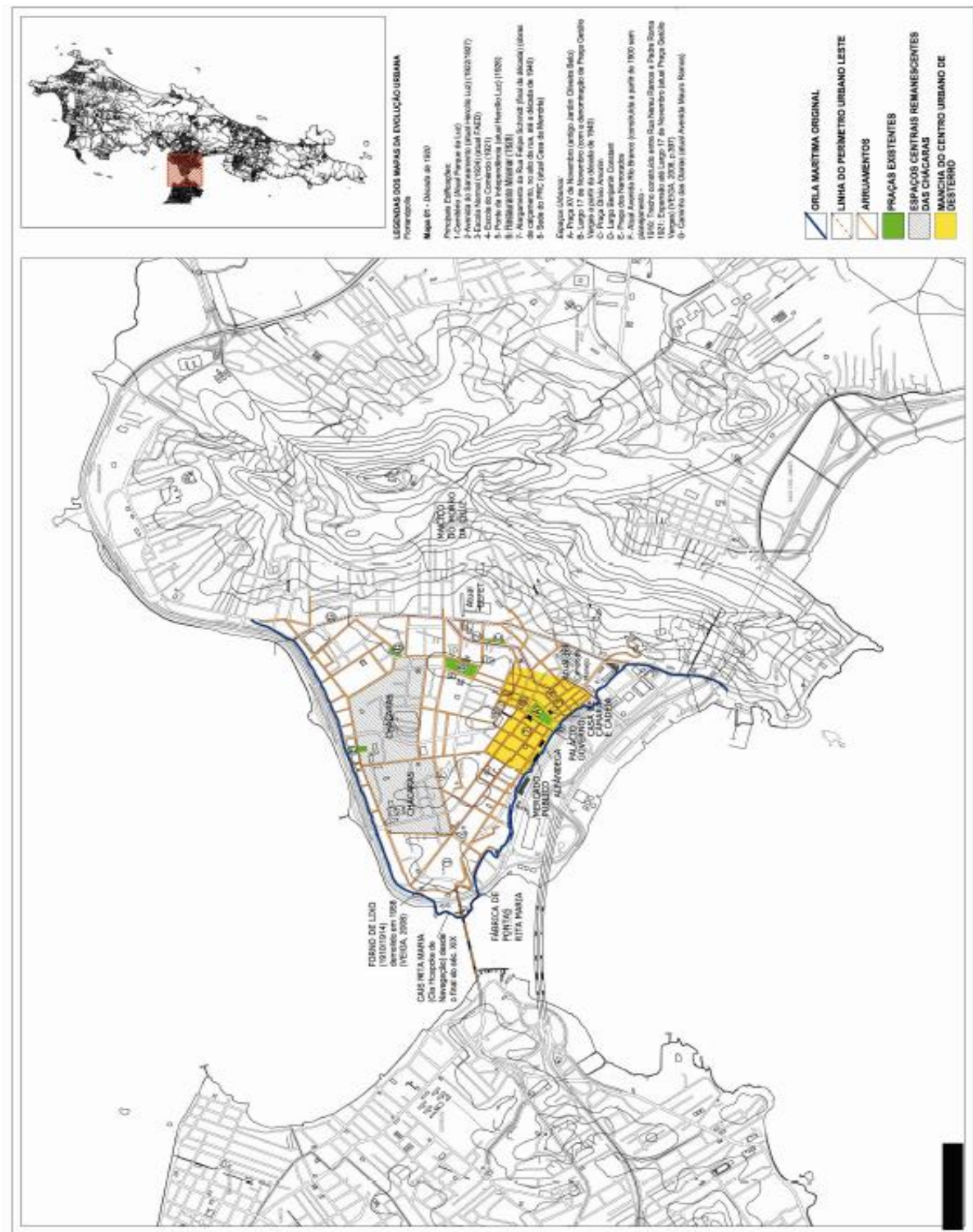
⁷¹ Ibid, p. 17.

⁷² TEIXEIRA, op. cit., p. 197.

⁷³ Os anúncios das empresas de Hoepcke aparecem de maneira frequente nos jornais e revistas analisados, destaque à Revista *Terra*, cujo diretor era Othon d'Eça, como veremos no próximo capítulo.

⁷⁴ TEIXEIRA, op. Cit., p. 197.

Figura 4 - Mapa de Florianópolis com as transformações da década de 1920.



Fonte: TEIXEIRA, 2009, p.207.

A avenida do Saneamento, número 2 no mapa, tinha como objetivo cercar o centro urbano da região das encostas do Morro da Cruz. Agindo como uma espécie de “cordão

sanitário”, a avenida separava o centro das áreas que, como vimos, abrigava a população mais pobre da cidade.

As reformas modernizantes, como podemos notar, concentraram-se no centro da cidade. As outras regiões da Ilha eram ocupadas pela lavoura e por comunidades que vivam da pesca. O isolamento destas regiões teve como consequência a formação de grupos sociais que conseguiram manter modo de vida e produção tradicionais, ou seja, ainda não transformados pela modernidade. Significativamente, essa diferença em lidar com a natureza, com o trabalho e com as pessoas entre as diversas regiões da Ilha seria tema da literatura de d’Eça. Em *Vindita Braba*, por exemplo, a aproximação da urbanização trazia um certo espanto para os moradores do interior da Ilha, pois, como vimos, o acesso às vilas era restringido pelas barreiras naturais, como as grandes montanhas e a falta de vias terrestres. O contato entre ambos os mundos, assim, não era um fato corriqueiro, o que foi trabalhado por d’Eça em *Vindita Braba*; ao colocar uma personagem “arcaica” no centro urbano, em plena procissão religiosa do Senhor dos Passos,⁷⁵ seu retrato é de espanto e confusão:

A cidade é um mundo de grandona e hai muita biboca pra esconder quem tenha culpas no escrivão. Da derradeira vez que fui correr os Passos – continuava ela-, inda em vida do finado, quebrei uma rua por mode cercar a procissão. E quando dei por mim, Ave Maria!, nem sabia aonde estava. Era um bandão de ruas a se crizarem daqui prali, dali praqui e a gente a piscurar um rumbro – mais tonta da cabeça que uma coruja na luz do sol.⁷⁶

Vindita Braba aborda as nuances das diferenças culturais entre as diversas regiões da Ilha. Escrita em 1923, a novela foi publicada pela primeira vez no mesmo ano no jornal *A república*, de Florianópolis. Em outubro do ano seguinte, a obra foi publicada na *Revista do Brasil*, por iniciativa de Monteiro Lobato, entre os textos “Pau Brasil”, de Oswald Andrade e “A história Literária do Rio Grande do Sul”, de Cyro Nobre.⁷⁷ A *Revista do Brasil* foi, “no seu gênero, a publicação de maior longevidade da República Velha, tendo se convertido em um fórum privilegiado no qual as questões nacionais eram debatidas sob os mais variados pontos de vista”, e eram os escritores de maior projeção no cenário literário e artístico que

⁷⁵ A Procissão do Senhor dos Passos é realizada desde 1765, em Florianópolis e é a mais antiga e maior celebração religiosa do estado. Foi tombada pelo Conselho Estadual como Patrimônio Imaterial de Santa Catarina.

⁷⁶ D’Eça, Othon Gama. **Vindita Brava**. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992, p.42.

⁷⁷ **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro: Volume XXVI, Número 106, Ano IX, Outubro, 1924.

comumente escreviam em suas páginas.⁷⁸ Ter o seu texto ali publicado pode ser considerado um grande reconhecimento à obra de Othon d'Eça e, ao mesmo tempo, evidência de que o autor se encontrava em sintonia com o espírito da época e em relação ao modernismo.

Vindita Braba traça seu enredo em torno de uma família de nativos da Ilha de Santa Catarina formada por Izidro, o pai, Dona Chica, a mãe, e Constança, filha do casal. Izidro garantia o sustento da família através da pesca:

E alembra-se do Izidro moço, encalhando na praia a canoa cheia de peixes cor de prata, com as calças regaçadas e a gandola de baeta azul (...) ou entones, nas tardes de tainha farta, que era mesmo alegre como um dia de festa, com a água do mar até a cinta, arrastando, com a outros, a rede que ela cruzara, malha a malha, e lhe dera, por São João, nas vésperas do casório.⁷⁹

As lembranças acima são de Dona Chica durante a sequência de tragédias que ocorreram com a família após deixarem a praia dos Ingleses “por mode Constança, já crescidinha, que pegara a tosse comprida”.⁸⁰ Mudaram-se para o bairro da Trindade (onde atualmente se localiza a Universidade Federal de Santa Catarina), que na década de 1920 “era farta de sumos e dava cada repolho, louvado!”, além das plantações de laranja.⁸¹

Saindo da praia e tomando a região de sítios como nova residência, a família transforma também suas atividades. Izidro passa a trabalhar na lavoura, deixando a pesca; Constança vai estudar em um colégio de freiras e recebe a visita de seus pais uma vez por mês. A saída de Constança traz infelicidade ao casal e transformações no seu comportamento.

Por toda aquela fieira de gentes, das Três Pontes ao Saco dos Limões, raras as bocas que não haviamguspido em riba da Constança – desfeitas e debiques.

Criada fora do sitio, nas bandas dos graúdos, não era rapariga topadiça em fontes ou fandangos, que bastantes fidúcias tinha ela, a princesa, para andar assim batendo a língua ou gastando os borzeguins.

Manhãzinha, mal se ouvia na estrada a chieira dos carros de bois, já estava agarrada aos livros que nem uma doutora ou, entones, batendo os bilros, mais branca de pó de cheiro que uma cômica da cidade.⁸²

⁷⁸ LUCA, Tania Regina de. **Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p.50-60.

⁷⁹ Ibid.,p. 59.

⁸⁰ D'EÇA, 1992b loc, p. 42.

⁸¹ Observando o mapa anterior, na perspectiva de quem está no centro da cidade, a região da Trindade se localiza atrás do Morro da Cruz. A praia dos ingleses está localizada no Norte da Ilha, bem distante, portanto, do Centro e da Trindade. Há 155 anos é promovida na paróquia da Trindade a Festa da Santíssima Trindade, também conhecida como Festa da Laranja.

⁸² D'EÇA, op. cit., p.31.

O boato mais grave, implícito no enredo, de que Constância teria um caso amoroso, foi espalhado por Miguelinho, filho da Dona Damásia, a beberona. Na intenção de limpar a honra da família, Izidro mata Miguelinho. Na mesma noite, ao chegar em casa, o pai percebe que sua filha havia fugido com o “mestre régio, que atentou a rapariga com falinhas e promessas”.⁸³ Nesse momento, Izidro percebe o que ocorreu e adoece.

Exceto por sua esposa, Dona Chica, que notou sangue na sua roupa no dia do assassinato, ninguém mais suspeitava de Izidro, que sempre apresentou ótima conduta. O enredo da novela gira em torno da solução do assassinato, que desde o início o leitor sabe quem é, e da expectativa em relação à recuperação de Izidro. A morte de Izidro e a ruína da família é a vindita braba, a vingança premeditada da natureza sobre o homem, quando a “constância” é interrompida.

Alguns elementos importantes são ressaltados por d’Eça, como questões políticas representadas pelo “Coronel Delcides da Trindade”, que era um “chefe político de grande estimação, que dava remédios de mopatia e cantava nas missas de importância vestido de balandrau”. O coronel era o mais “ouvido e perguntado sabichões daquelas bandas” e “ninguém cortava letras mais bem cortadas nos papéis do governo, nem botava mais saber nos remédios pras sezões ou pras ligeiras que atizanam as tripas”:

E, por estes e outros mereceres, carregava um poder de votantes, todinhos agarrados às suas costas desde os tempos da república, que ainda o Coronel era homem de arranjar perdões de impostos ou de espantar os pestes dos meirinhos, que às vezes batem sitio como urubus ao cheiro de carniça. No tempo da revolta, mal o Custódio e mais os homens do navio arribaram nos Ratones, ajuntou, o valeroso, compadres e amigos, e vai conselhos desta banda, e vai opiniões daquela outra, e foi como a buzina na praia à hora do peixe fresco.

E não houve taquari, nem bidoque, nem vara de porteira sem proveitos, pois mais haverá um homem de bater o translomango que deixar, ao pé das unhas de qualquer lambiza ou maragato, as arcas e os engenhos.⁸⁴

Elementos das tradições festivas da região, como a já citada Festa do Senhor dos Passos e as festas da Trindade, “quando as raparigas namoram e os rapazes, por vinditas, atizanam nos leilões os raios da cidade, à sombra das barraquinhas de folhagens”, também são

⁸³ D’EÇA, 1992b, p.42

⁸⁴ Trata-se da Revolta da Armada. Segundo o glossário do próprio livro, Lambisas é o nome pejorativo com que forma batizados os legalistas de 1893 e Maragatos, os membros do partido federalista do Rio Grande do Sul. D’EÇA, op. cit., p. 39-40; 76.

retratados.⁸⁵ A descrição dos personagens destacam aquelas características que d'Eça tanto estima, como notamos nesta descrição de Izidro:

E não era ele pra merecer aquelas desgraceiras.

Homem bom até ali, pois desde o dia que viera, com a família, e mais os trastes, pras bancas da Trindade, nunca as suas mãos se trancaram para os pobres ou a sua boca se abriu pra debiques e vitanças que atizanam os mais.

Que tivesse percisão e se achegasse a ele, levava pra sua casa o cruzado da farinha.

De principio, o Coronel, com ciúmes do povo, não botara no velho olhares de boas tenções.

Mas, ao depois, até lhe gavava o proceder e andava de falas com os graúdos por mode fazer o Izidro juiz de paz.⁸⁶

Com um vocabulário local, que indica um grande trabalho de pesquisa e também de experimentação estilística, à moda modernista, d'Eça descreve os acontecimentos e os personagens, dando ênfase inclusive à paisagem, fortemente marcada pelas plantações de laranjeiras e café.

Não desci aos desenhos miúdos e curtos que, às vezes revelam muito menos do que as pinceladas largas e fortes. Para dar uma impressão de realidade intensa e viva, não coloquei o velho linguajar ilhéu, como se fora uma seca e enfaixada múmia, num sarcófago enfeitado dos ricos e austeros florões da morfologia. Preferi dependurá-lo da boca de seus personagens que existiram, vivendo num ambiente que era a sua atmosfera e na qual, por isso mesmo, eles pudessem ter, como convinha, uma poderosa palpitação de atualidade.

Divulgá-lo sob esse critério pareceu-me mais acertado e útil: levaria aos doutos um material para estudos de história e crítica filológica e àqueles espíritos leves que preferem os enredos – um pouco de distração e de interesse.⁸⁷

A obra inclui um glossário no final, que d'Eça afirma ter sido conselho de Monteiro Lobato. Em um prefácio para futura edição de *Vindita Braba*, Othon d'Eça apresenta o livro como um documentário, reafirmando sempre o realismo de suas obras. Os personagens presentes em *Vindita Brava* existiram, segundo d'Eça, assim como os personagens de *Homens e Algas*, livro publicado em 1957, sobre o qual falaremos mais adiante. Para Celestino Sachet, com a publicação de *Vindita Braba* a literatura catarinense abriu-se para a presença de um

⁸⁵ Ibid, p. 66

⁸⁶ D'EÇA, 1992b, p. 67

⁸⁷ D'EÇA, Como um prefácio. In: _____ 1992b, p.12.

regionalismo açoriano que volta às origens insulares: homens e sítios, profundamente enraizados no inconsciente coletivo da terra, proclamado pela voz dos traços culturais e linguísticos de uma pequena comunidade rural, no interior da Ilha de Santa Catarina, fotografada nos anos da primeira década dos noventa.⁸⁸

Como visto, a migração da família da praia dos Ingleses para o sítio na Trindade e a ida de Constança para o colégio são responsáveis pelos trágicos acontecimentos. Nas palavras de Celestino Sachet, “a dupla ruptura com a Família e com o Sítio atrai a maldição para Constança, para o pai e, ao final, para a mãe”.⁸⁹ Notamos com a descrição da mudança da família a profunda diferença do modo de produção e sociabilidade que vigorava em Florianópolis; hoje em regiões tão próximas, na década de 1910 elas apresentavam fronteiras culturais e geográficas imensas. A mudança da atividade pesqueira de Izidro na praia para o trabalho na lavoura no sítio provocou o rompimento da tradição; o sítio, mais próximo da cidade, aproximou a família da modernidade, causando a sua ruína.

Para Sachet, a recorrência de expressões de caráter religioso como “excomungado”, “arrenegado”, “louvado”, entre outras,

deixa a entender que o texto está sendo contado por “um coro de tragédia grega”, voz da terra, o qual reconhecendo o perigo da presença da cidade no sítio, exorciza o exemplo de Constança e reconta o castigo preparado a todo aquele que rompe com o pacto com a permanência no sítio.⁹⁰

Ao mesmo tempo em que a vida urbana ameaçava a tradição, d’Eça vivenciava esse encontro não apenas como espectador, mas como agente das transformações.⁹¹ No mesmo ano em que *Vindita Braba* é publicada, Othon recebe o diploma da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e, estranhamente, no mesmo período em que parecia estar cursando a faculdade, ocupava o cargo de Promotor Público da Comarca da Capital de Santa Catarina, em outubro de 1919. Em 1920, assumiu o cargo de Oficial de Gabinete da Secretaria de Interior e Justiça. No ano seguinte é nomeado promotor público da Comarca de Lages e, em 1923, assume o cargo de juiz de Direito, nesta mesma Comarca. No ano de 1927, d’Eça ocupava o cargo de Chefe de Polícia do estado e relatava a necessidade de uma “regulamentação do

⁸⁸ Ibid., p.19.

⁸⁹ D’EÇA, 1992b, p.22.

⁹⁰ Ibid., p.24

⁹¹ As informações sobre os cargos ocupados por d’Eça, suas respectivas datas de admissão e demissão, bem como o salário recebido estão disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, nos cadernos do Tesouro do Estado. Neste mesmo período é criada a Academia Catarinense de Letras e a Revista *Terra*. A trajetória literária de d’Eça será tratada no capítulo três desta dissertação.

meretrício na capital” e que se procedesse a um controle dos mendigos pela polícia por meio de uma ficha individual e “intransferível”.⁹² Além dessas determinações, d’Eça proibiu o trânsito de pessoas conduzindo malas ou outros volumes à mão ou à cabeça nos passeios e calçadas. Também proibiu nas ruas da capital jogos como o “fute-bola, diávolo, peteca, amarelinha e boca”.⁹³

Espelho do Rio de Janeiro, onde já vigoravam medidas que visavam à remodelação da cidade aos modos europeus, com o combate à vadiagem, à preguiça, ao seresteiro, com a proibição de festas populares e dos camdomblés, entre tantas outras coerções, Florianópolis passava assim também a apresentar a perspectiva de uma nova cidade. Tal como a Capital Federal, a capital catarinense praticaria uma rigorosa política de exclusão dos grupos populares da área central da cidade.⁹⁴ E, obviamente, tanto lá quanto cá as “classes perigosas” eram definidas de cima para baixo, a partir da suposição de que a pobreza de um indivíduo era suficiente para torná-lo um “malfeitor em potencial” – base para a atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras, a qual “age a partir do pressuposto da suspeição generalizada”, tornando alguns “mais suspeitos do que outros”.⁹⁵

Entretanto, segundo Araújo, não era apenas da polícia que vinham os esforços para o controle das condutas na capital: os jornais e os próprios moradores expressaram seus anseios de eliminar as práticas que acreditavam incompatíveis com a cidade.⁹⁶ Como exemplo, podemos citar o relato de uma queixa de moradores publicada no jornal *Folha Nova*, de Florianópolis, também em 1927, a qual considerava “inadmissível que em pleno coração da cidade se erga o pano à tragédia sifilítica de uma vida malsinada, num espetáculo degradante para quem tem família não tem amor ao lar”. Em relação aos mendigos, as manifestações seguiam no mesmo sentido:

a polícia teve um gesto louvável . Segundado a ação justa da benemérita Associação Irmão Joaquim, proibiu a mendicidade pelas ruas de nossa capital .
Reprimiu um abuso que degenerava em fonte de vício (...)
Nem aos domingos, dias consagrados de descanso, cessava a prática imoral(...)
Este tristíssimo espetáculo depunha muito contra a nossa cultura.⁹⁷

⁹² ARAÚJO, 1989, p.54.

⁹³ Ibid, p.54

⁹⁴ SEVCENKO, 1983, p.32-4.

⁹⁵ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.23

⁹⁶ ARAÚJO, 1989, p. 54-55.

⁹⁷ “Abelhas mestras e fradiqueiros de sangue azul”. **Folha Nova**, Florianópolis, 26 ago. 1927, p. 3. “A mocidade”. In: **Revista Olho**, 06 ago. 1916 apud ARAÚJO, 1989, p. 56.

O Jornal *A Republica*, porta-voz dos grupos políticos dominantes da Primeira República, no dia 1º de fevereiro de 1920 publicou o seguinte texto:

Florianópolis, a mais formosa Ilha do Atlântico está, atualmente, sofrendo a influência benéfica da administração progressista, modelar do eminente catarinense Sr. Dr. Hercilio Luz, que vai executando no seu governo um vasto programa de melhoramentos indispensáveis. Míster se tornava saneá-la, embeleza-la de acordo com o adiantamento moral, material, intelectual de Santa Catarina, cujo grau de prosperidade era constantemente assinalado e conhecido, através das manifestações da imprensa de todo o País. Com uma feição rotineira, colonial, com suas ruas estreitas, com inúmeros casebres a enfeiar-lhe a estética, Florianópolis impressionava mal ao forasteiro. O beco Irmão Joaquim com os seus cortiços margeando o canal da Fonte da Bulha [...] era um verdadeiro foco de miasmas e um conhecido antro de vadiagem. Os casebres não tinham instalação de esgotos. Quilômetros acima, rumando o leito da Fonte da Bulha, a mesma prática das moradias pobres, sem noção [...] dos bons ensinamentos da higiene. A situação exigia uma vontade disciplinada que executasse um grandioso plano de melhoramento da cidade, extinguindo males inveterados.⁹⁸

É notável como os discursos higienistas proferidos no Rio de Janeiro ecoam na capital catarinense e seus pressupostos passam a ser como uma ideologia: “um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao ‘verdadeiro’, à ‘civilização’, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano”.⁹⁹ As reformas, que se pretendiam neutras nos discursos higienistas e nas decisões administrativas, escolhiam muito bem os seus beneficiários: as transformações urbanas não precisavam ter grandes compromissos com a melhoria das condições de vida de uma massa enorme de pessoas.¹⁰⁰ O isolamento da área central de Florianópolis e a restrição das medidas de saneamento a esta são reflexo de tal “neutralidade”.

Toda a ênfase nas transformações do início do século XX são, para Hermetes Reis Araújo, derivadas de dois fatores principais. O primeiro é a maior interferência do Estado no cotidiano dos moradores da Ilha. Para dar um exemplo dessa mudança, podemos analisar os dados de 1920 da Diretoria de Higiene, que indicava que 90% da população litorânea estava infectada com a ancilostomíase, conhecida popularmente como amarelão, além da malária, que aparecia como um outro grande problema. Relatadas por antigos viajantes, essas doenças

⁹⁸ A remodelação de Florianópolis. In: **Republica**, 1 de fevereiro de 1920, p. 1 apud COSTA, 2011, p. 181.

⁹⁹ CHALHOUB, 1996, p.35.

¹⁰⁰ CHALHOUB, 1996, p.58.

se manifestavam na cidade desde o século XVII, mas apenas no XX passam a ser abordadas pelos poderes públicos. De modo geral, segundo Sevcenko, não houve um aumento nas epidemias ou uma menor atenção ao saneamento; o que ocorreu de fato foi que “as antigas relações que a sociedade entretinha com a doença se modernizaram”. As causas desta modernização, no caso brasileiro, têm origem numa política mais ampla do governo republicano que, desde a virada do século, havia considerado o combate às doenças uma questão social urgente.

O segundo fator apontado por Araújo está ligado às formas de ação do poder público, que, ao manifestar-se “através de uma crescente diferenciação social”, identificou “uma ‘insuficiência de civilização’ nos costumes locais e reclassificou os espaços e os indivíduos passíveis de abrigar aquelas doenças como um novo tipo de ameaça, uma ameaça iminente para a cidade e seus habitantes”.¹⁰¹ Por conta disso, o saneamento da capital foi realizado muitas vezes de maneira violenta, como por ocasião da própria construção da Avenida do Saneamento, quando os casebres e cortiços que margeavam o canal da Bulha foram destruídos e seus habitantes expulsos:¹⁰²

Em 1919 tiveram início as obras da primeira avenida da capital, a Avenida Hercílio Luz – cuja denominação inicialmente prevista era a de “Avenida do Saneamento” – que, quando concluída, impôs uma significativa modificação na paisagem urbana de Florianópolis e representou também um momento de inflexão no já corrente processo de demolição dos ajuntamentos das pequenas casas de “porta e janela” – os “cortiços” – existentes na região central, herança ainda intacta da arquitetura colonial açoriana, na época predominante no casario miúdo da cidade.¹⁰³

¹⁰¹ ARAÚJO, Hermetes Reis. Fronteiras internas: urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. In: BRANCHER, Ana (org) **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 102-113.

¹⁰² ARAÚJO, 1989, p. 25-27.

¹⁰³ ARAÚJO, 1989, p. 18

Figura 5- Canal da Fonte da Bulha (canal da Avenida Hercílio Luz, anos 1920).



Fonte: **Florianópolis ontem e hoje**. Disponível em:

<<http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>> Acesso em 21 jan. 2014.

A Avenida Hercílio Luz foi construída de maneira a definir uma espécie de fronteira entre a área central e as “encostas dos morros, dos caminhos que penetravam para o interior da ilha” de Florianópolis, ligando a Baía Sul à Baía Norte. Ao observarmos a avenida na figura 4, percebemos nitidamente essa proposta de delimitação de fronteira. As obras foram iniciadas em 1919 e ela foi oficialmente inaugurada em 1922, conferindo um aspecto novo à cidade. Para Araújo, “ela representou, igualmente, um dos momentos de maior intensificação no ímpeto de reformar, retificar e demolir tudo aquilo que ainda restava da antiga paisagem de Nossa Senhora do Desterro”. Ainda de acordo com este mesmo autor, nos discursos veiculados à época, a avenida foi considerada “a pedra angular do saneamento da nossa terra”.¹⁰⁴

Essas práticas modernizadoras e saneadoras implicavam também a retirada maciça de toda a população habitante dessas áreas, como foi o caso do antigo bairro da Pedreira. Ali, “junto a outras intervenções, construiu-se um novo e suntuoso edifício de austeras linhas neoclássicas, destinado a abrigar a Escola Normal”.¹⁰⁵ A especificidade do novo edifício decerto não era nada gratuita, uma vez que, acompanhando as transformações que ocorriam no país, as Escolas Normais gradativamente se adaptaram aos projetos das elites locais; tornaram-se lugares importantes de debate sobre a educação e “acabaram por impor normas

¹⁰⁴ ARAÚJO, 1989, p. 20.

¹⁰⁵ Ibid, p. 22.

não só ao ensino elementar, mas também ao ensino secundário ou mesmo superior”.¹⁰⁶ Além disso, a própria instituição escolar em si já era mais um dos símbolos do progresso, ao qual se atribuía papel fundamental na adaptação das classes populares à nova ordem, principalmente à disciplina e instrução necessária aos trabalhadores.

Empurradas pelas medidas de saneamento, a população pobre foi deixada de lado, segundo Othon d’Eça. Na analogia que permeia seu livro *Homens e Algas*, essas pessoas não corresponderiam mais ao meio urbano que então se construía: assim como algas dispensadas pelo mar, essa população estaria sendo deixada de lado pela modernização:

Dormem misturados aos rebotalhos das redes e aos detritos úmidos das vagas, ligados no mesmo destino e confundidos nas mesmas causas – homens e algas cuspidos todos numa praia, sob o sol dourado e vivo: as algas pelo mar e os homens pela miséria.¹⁰⁷

Na década de 1930, as reformas continuam a transformar a cidade. Para o arquiteto Luiz Eduardo Fontoura Teixeira, as “atualizações construtivas” propostas pela elite, embora traduzidas “em vieses da modernidade, eram ainda calcadas na tradição e manutenção de práticas conservadoras”. A tese de Teixeira divide o processo de modernização da cidade em dois momentos. O primeiro já na década de 1930, com Vargas, o segundo na década de 1960. A questão é relevante, pois, diferentemente de outros autores citados, Teixeira considera as reformas de 1930 como de efetiva modernização,¹⁰⁸ o que pode confirmar a hipótese já apontada de que as transformações urbanas não sustentavam a concretude que pretendiam – ou seja, em Florianópolis, a experiência da modernidade era sentida antes mesmo da modernização.

Por volta de 1938, d’Eça inicia a escrita de *Homens e Algas* em sua casa de veraneio, na praia de Coqueiros. Localizada na parte continental de Florianópolis, Coqueiros e toda a região da extensão ao sul do Estreito foi utilizada, a partir de 1910, como local de sociabilidade da elite da capital. Anteriormente, o mar era visto apenas como local de trabalho dos pescadores; teria sido o “hábito de procurar a praia e o mar como local de lazer e de férias que levou a expansão urbana para o interior da ilha, assim como na parte continental”. A partir da construção da ponte da Independência (Hercilio Luz), as praias do continente

¹⁰⁶ KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 35-62, set/dez. 1998.

¹⁰⁷ D’EÇA, Othon. **Homens e Algas**. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992. p.42.

¹⁰⁸ TEIXEIRA, 2009, p.183-4.

passaram a ser ponto de encontro da elite.¹⁰⁹

Sob o tema “Vidas Insossas”, no mesmo livro *Homens e Algas*, d’Eça escreveu sobre a vida de um pescador de Coqueiros cujo apelido, que dá nome ao conto, é “Pica-pau”. Trata-se de um pescador que foi despejado com a mulher e filhos. Sem terem para onde ir, “recolheu-os pela tarde o José Rainho, um pescador tão pobre como o Pica-pau, tocado por aquela doce fraternidade que vive apenas nos corações dos simples”.¹¹⁰

Além dos valores nobres atribuídos por d’Eça aos pescadores, fica clara a tentativa de relatar a situação dessa população; no caso, Pica-pau, antes jornaleiro, era um pescador que adoeceu após comer um baiacu e, depois disso, não consegue mais emprego. Para garantir a sobrevivência,

a mulher [esposa de Pica-pau] saía aos sábados para a cidade, descalça, os cabelos misturados, uma perna inchada de trapos imundos, com pingos de sangue velho.

– Antes disso do que fazer como a Josefa, cruzes, que não tem vergonha dos vizinhos... É com qualquer um!

Trazia, então, algum dinheiro, pó de café, farinha, pão para uma semana.¹¹¹

Um dia, ela voltou chorando, porque “a polícia não queria pobres na cidade, mesmo na porta das igrejas”.¹¹² A polícia, “tomando em consideração as reclamações constantemente feitas contra atos degradantes, praticados pelas decaídas, ordenou-lhes a sua mudança daquela rua”.¹¹³ Pelo viés da literatura, aqui se tem claro uma medida direta tomada pelo Estado no sentido de extinguir práticas que não mais condizem com a moral e com os valores das elites dirigentes, pretensamente “modernas”. Mesmo arrumando emprego num matadouro, o pescador ficou sem a casa que morou por três anos. A situação de Pica-pau, segundo d’Eça, “não importava ao José Ramalho, que precisava das marinhas para as vender a um inglês... – Ora, o Pica-pau! Era só o que faltava. Num lugar lindo daqueles”.¹¹⁴

Como vemos, a especulação imobiliária dava o toque final no impacto das transformações sobre as camadas menos favorecidas da cidade. No mesmo sentido, na tentativa de diferenciação social dessa nova elite em relação aos habitantes do litoral, foi

¹⁰⁹ PALMA, Gisele Bochi. **A colcha de retalhos do espaço urbano: sociabilidades, transformações e revitalização na criação da Beira-mar continental – Florianópolis (1926-2008)**. 2010. 132f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010, p.31.

¹¹⁰ D’EÇA, 1995d, p. 89.

¹¹¹ Ibid., p. 91.

¹¹² Ibid., p. 92.

¹¹³ “Saneamento moral”, **Jornal República**, 25 jan. 1919, p.3 apud ARAÚJO, 1989, p. 55-56.

¹¹⁴ Ibid, p. 94.

criada nas primeiras décadas do século XX uma imagem pejorativa das camadas menos abastadas. De maneira parecida com o que houve em São Paulo em relação aos chamados “caipiras”, por exemplo, à figura do pescador também foram atribuídos adjetivos como indolente, fatalista, atrasado ou incapaz.

A literatura, o jornalismo, a historiografia e a crítica literária dos primeiros decênios deste século em Florianópolis, constituem um campo privilegiado onde é possível perceber a produção de alguns elementos que foram articulados para veicular uma caracterização negativista – e que se pretendeu científica – do habitante local, produzindo uma imagem de “decadência” racial e cultural, da qual seria portador o homem do litoral de Santa Catarina, descendente das primeiras levadas de açorianos chegadas em meados do século XVIII.¹¹⁵

O Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, é um bom exemplo literário dessa forma de pensamento que então vigorava no país. Lobato, na década de 1920, defendia a visão de que os problemas brasileiros poderiam ser resolvidos se adotássemos o modelo norte-americano de modernização e a eugenia; mais ainda, o personagem Jeca, “parasita, preguiçoso, bêbado e idiota, ao entrar em contato com a Ciência (remédios e higiene), fica curado”.¹¹⁶ No entanto, a publicação de *Vindita Braba* de d’Eça na *Revista do Brasil*¹¹⁷ – dirigida por Lobato, lembremos – teve complicações porque d’Eça e Lobato tinham perspectivas diferentes acerca da superação do “atraso”, o que não é de se estranhar, já que na transição entre o modo de vida rural para o urbano, existem tanto as formas de inserção de novas condutas quanto formas conscientes de resistência das tradições locais. Sobre estas, Thompson afirma que

ao invés de destruir as tradições locais, é possível que nos primeiros anos da revolução industrial, tenha ocorrido um crescimento da autoconsciência e do orgulho provincianos. (...) Tratava-se de uma resistência consciente ao desaparecimento de um antigo modo de vida, frequentemente associada a um radicalismo político.¹¹⁸

No período de transição para a modernidade existe a visível oposição entre uma sociedade de costumes e a nova sociedade, contratual, capitalista, que provocou a ruptura, a

¹¹⁵ ARAÚJO, 1989, p. 132-3.

¹¹⁶ DONADEL, Beatriz D’; FLORES, e Maria Bernadete Ramos. Lições de Modernidade: americanismo, eugenia e antifeminismo na literatura de Monteiro Lobato. In: SOUZA, Rogério Luiz de; KLANOVICS, Jô. (orgs). **Anais do X Encontro Estadual de História** – ANPUH/SC, III Reunião Nacional do GT Estudos de Gênero e II Jornada Nacional de História do Trabalho realizados em Florianópolis de 30/08 a 02/09 de 2004. p. 195-198.

¹¹⁷ A publicação da novela na revista teria sido, como afirma Celestino Sachet, “meio à força”. (D’EÇA, *Vindita Braba*, p.19)

¹¹⁸ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 299-300.

quebra da tradição. Os autores contemporâneos a estas transformações, portanto, perceberam a cultura tradicional de maneiras diferentes; no caso aqui tratado, Othon d'Eça via as comunidades tradicionais como detentoras de uma preciosa cultura ameaçada pela modernização, enquanto Monteiro Lobato ocupava, naquele contexto, o lugar do próprio modernizador, que critica a condição de existência do homem caipira e vê na extinção de muitos de seus hábitos o caminho para o progresso do Brasil.

A preocupação de Othon d'Eça com as tradições da Ilha continuaria a se refletir em sua produção literária, bem como fora dela: já na década de 1940, como presidente da Academia Catarinense de Letras e Secretário de Segurança Pública, dividiu o seu tempo entre defender-se de pesadas críticas ao seu desempenho como chefe de polícia e ajudar na organização do Primeiro Congresso de História Catarinense.¹¹⁹ O evento buscou divulgar e valorizar a identidade local, direcionando-a à cultura açoriana. Nas palavras de d'Eça neste mesmo congresso, identificamos tal resgate e a sua ressignificação:

Não estamos a exaltar o ímpeto avassalador de uma conquista, nem as maravilhas de uma civilização tentacular, feitas dos ruídos trepidantes das máquinas e das angústias profundas das massas. (...) Mostramos apenas, aos olhos de uma era desvairada pela ambição e pelo dinheiro, uns homens destemidos e bravos, em cujos os corações simples e bons a esperança e o sonho haviam criado novos ritmos de ternura e de fé. O que importa, para nós, é a virtude indomável do povoador, do ilhéu magnífico que soube vencer a vaga incerta, os desvairamentos das calmarias e da sede, os maus presságios das velhas superstições marítimas para criar, na terra escolhida, esses núcleos humanos que ainda hoje mantém, por um milagre da tradição e da língua, o espírito da pátria ancestral, a ternura, o fatalismo e o amor da gente portuguesa.¹²⁰

O Congresso foi realizado no ano em que comemorou-se o bicentenário da colonização açoriana e madeirense em Santa Catarina, e a ressignificação por ele promovida foi importante também para provocar o interesse pelo estudo da história e da cultura local. O otimismo de Nereu Ramos – na época, presidente do Senado – em relação ao Congresso demonstra também a crítica aos estudos que até então haviam sido produzidos no estado:

Esse Congresso marcará uma nova época na vida intelectual de Santa Catarina, atraindo a atenção não só de grandes intelectuais de outros estados, como revelando valores e fecundando iniciativas que poderão resultar, mais tarde, numa rica floração

¹¹⁹ O ano de 1948 foi de constante ataque à Othon d'Eça, no jornal *Diário da Tarde*, principalmente após o episódio da festa de carnaval no qual a polícia teria agido de maneira violenta contra os foliões em um clube da capital, como veremos nos próximos capítulos.

¹²⁰ Discurso de D'Eça aos membros do Primeiro Congresso de História Catarinense em 1948, apud OLIVEIRA; COSTA; BOPPRÉ, 2005, p.92.

de estudos sob moldes mais sérios, mais rígidos, mais bem orientados. Digo isso porque o que temos feito até aqui, em um ou outro setor da nossa cultura literária, histórica e social, não passam de improvisões, de obras fragmentárias e às vezes puramente de circunstância.¹²¹

Organizado sob o patrocínio do governo federal, do Estado, do Município e também da Assembleia Legislativa, o evento abrigou, em fevereiro de 1948, publicações, conferências e a inauguração de um obelisco comemorativo no Jardim Oliveira Belo. Nesta primeira fase do Congresso, ainda houve o concerto da Orquestra Sinfônica da Sociedade de Cultura Musical de Santa Catarina, realizado no Teatro Álvaro de Carvalho. Nos salões do clube Doze de Agosto ocorreram conferências e a Catedral Metropolitana abrigou “peças oratórias, alusivas às comemorações”.¹²² Houve “exposição não só de figurinhas de barro, mas também da *poterie* fabricada pelos descendentes dos açorianos aqui [Florianópolis] radicados”, organizada por d’Eça dentro do referido Congresso.¹²³ No mês de outubro do mesmo ano, as atividades foram direcionadas ao congresso de História, mais especificamente.

Manuel da Paiva Boléo, professor da Universidade de Coimbra, após a participação no congresso, compreendeu o empenho das autoridades brasileiras para que neste estivesse presente um representante português. Para Boléo, o que estava em jogo era o enfrentamento da cultura luso-brasileira com a alemã e o congresso teria como objetivo, embora não expresse, de mostrar a brasilidade de Santa Catarina.¹²⁴ No entanto, a questão da identificação das comunidades ditas descendentes de açorianos com a cultura dos colonizadores foi posteriormente questionada por Maria Bernadete Flores, que, com base nas entrevistas que realizou de 1988 a 1990 no interior da Ilha de Santa Catarina, concluiu que “nem todos que identificamos como descendentes de açorianos ou portadores de uma cultura açoriana, guardam na memória suas origens e nem se reconhecem como tal.” E acrescenta:

Logo, a participação naquele processo de recuperação de uma lembrança perdida, nos idos 1948, não era um movimento total. Um grupo de homens, uma “plêiade de homens ilustres”, enfrentou o desafio da construção de uma identidade histórico-cultural. Para isso, foi necessário um movimento de resgate de memória histórica. “Os nossos arquivos estão aí semi-virgens”, reclamava Cabral e conclamava a todos que reunissem “a poesia esparsa que se canta no Espírito Santo, nos desafios, nas chama-ritas (assim que se escreve nos Açores), nos pão-por-Deus”.

¹²¹ **Diário da Tarde**, Florianópolis, 28 de julho de 1948, p. 4.

¹²² **Diário da Tarde**, Florianópolis, 11 de fevereiro de 1948, p. 2.

¹²³ **Diário da Tarde**, Florianópolis, 28 de julho de 1948, p.4.

¹²⁴ FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A farra do boi: Palavras, sentidos ficções**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, p.114-15

Pedia que se “reunissem os potes de melado, as panelas de barro, os boiões e os alguidares. Que colecionassem todas essas tradições”. E advertia: “ou será preciso que venha gente de fora, descobrir no cascalho da nossa tradição o ouro das belezas que ele encerra?”¹²⁵

Inserida nas discussões em voga no período, o congresso foi marco importante na tentativa de construção de uma identidade catarinense. Também construída por uma elite bem definida, como afirma Flores, os estudos históricos reforçaram esse traço açoriano da colonização do estado. A literatura, em especial a de Othon d’Eça, também participa desta construção identitária através da sua temática, cujo enredo gira em torno do retrato do ilhéu.

O próximo capítulo, assim, revelará outra face da modernidade para a qual d’Eça teve importante papel: a construção e defesa de uma estética literária específica no Estado de Santa Catarina.

¹²⁵ FLORES, Maria Bernadete, 1997,p.120

CAPÍTULO 3

A GERAÇÃO DA ACADEMIA

Todas as coisas, mesmo as mais primitivas, guardam em si as vibrações do espírito que as gerou.

E embora o tempo, no seu vai-vem destruidor, lhes modifique as linhas e contornos, fica, no entanto, imperecível e serena a essência interior, por onde se pode reconstruir a imagem inicial.

Assim as escolas literárias, mau grado as ondulações das correntes estéticas que as fecundam e lhes dão, muitas vezes, brilhos novos, conservam, até expatriadas, o espírito do seu ambiente e refletem o temperamento dos povos que as criaram.

Por isso não é difícil, entre nós, reconhecer nesse humorismo que nos corteja, à rua, ou nos acena do palco e da anedota, as costeletas loiras do inglês; o sarro do cachimbo simbólico ou o perfume do sabonete tradicional.

Othon d'Eça, 1923

Desde o seu despontar, em fins dos anos 1910, a “Geração da Academia” centralizou a produção literária de Florianópolis, posição que ocupou durante décadas. Nada mais natural, assim, que reverberasse, de diferentes formas, o processo de transformação urbana e a experiência da modernidade que então se impunham; afinal, como diz Beatriz Sarlo,

a nova paisagem urbana, a modernização dos meios de comunicação, o impacto desses processos nos hábitos são o marco e o ponto de resistência em torno dos quais se articulam as respostas produzidas pelos intelectuais. No decorrer de pouquíssimos anos, estes têm de processar, inclusive na própria biografia, mudanças que afetam relações tradicionais, modos de produzir e difundir cultura, estilos de comportamento, modalidades de consagração, funcionamento de instituições.¹²⁶

A Geração da Academia resultou da admiração de jovens catarinenses pelo grupo “Ideia Nova”, que reunia os escritores que marcaram as discussões literárias em Santa Catarina em fins do século XIX, contrapondo o Romantismo ao Realismo.¹²⁷ A história do Ideia Nova tem como ponto de partida a decisão do então presidente da província, Francisco Luiz da Gama Rosa, membro do Partido Liberal, de realizar, por volta de 1883, uma espécie de renovação na

¹²⁶ SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930**. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 53

¹²⁷ Temos, anteriormente ao surgimento do grupo Ideia Nova, outros pontos de discórdia na “batalha literária”, importantes no cenário cultural, como as que envolveram a Sociedade Amor às Letras, de 1870. Cf. FLORES, Altino. **Textos Críticos**. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2006.

política catarinense. A partir daí, cercou-se, “gradativamente, dos jovens mais promissores de Desterro, e os nomeando para substituírem antigos e experientes funcionários públicos”:¹²⁸

A partir de agosto de 1883, [Gama Rosa] rodeou-se desses rapazes inteligentes e começou a recomendar-lhes leituras de maior substância, num pouco do evolucionismo inglês, e outro tanto do monismo alemão. Exaltaram-se os cérebros moços. Gama Rosa deliciou-se com a facilidade do entusiasmo da “ideia nova”. Assim se batizava o grupo. O presidente tratou de aproveitar a inteligência de alguns deles.¹²⁹

Dentre esses “jovens promissores”, foi nomeado para oficial de gabinete da presidência Virgílio Várzea. Professor considerado o grande defensor da ficção realista no Estado de Santa Catarina,¹³⁰ Várzea viajou durante dois anos por diversos países e, em 1884, com dezenove anos, assumiu o cargo de Promotor em São José sem mesmo ter o diploma exigido. A oposição conservadora, logicamente, criticou a nomeação de Várzea e de Manoel dos Santos Lostada, que substituiu Várzea no gabinete. Para os conservadores, “o menino Lostada é, só no conceito de S. Ex., outra mentalidade, porque, bem como Várzea, faz alguns versinhos, coisa muito mezinha aos filhos desta província”.¹³¹ Já em relação a outro membro do grupo e amigo íntimo de Várzea, Cruz e Sousa, a oposição pouco se preocupava com seus dotes literários propriamente; segundo Altino Flores, o poeta:

Foi mais tarde nomeado promotor público de Laguna; porém julgou-se moralmente impossibilitado de assumir o cargo diante da resistência dos corrilhos políticos daquela comarca, que alegavam não tolerar em semelhante porto um “filho de escravo”. Era a maneira mais branda de chamá-lo “negro”.¹³²

¹²⁸ CORRÊA, Carlos Humberto. **História da Cultura Catarinense. Volume 1: O Estado e as Ideias.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p. 49

¹²⁹ FLORES, Altino, 2006, p.209.

¹³⁰ JUNKES, Lauro. **A literatura de Santa Catarina: Síntese informativa.** Florianópolis: Ed. Autor/UFSC 1992, p. 18.

¹³¹ **Correio da Tarde.** Desterro, 4 de março de 1884, p.3apud CORRÊA, 1997, p. 20.

¹³² O poeta Cruz e Sousa (1861-1898), jornalista em Desterro, passou a viver no Rio de Janeiro a partir de 1890. Passando por dificuldades financeiras e de saúde dos familiares, Cruz e Sousa inicia o Simbolismo no Brasil, em 1893 (JUNKES, 1992,p.21-22). Em Santa Catarina, como afirma Altino Flores, o poeta não teve a repercussão merecida. Na opinião do mesmo crítico, afetada por conceitos em voga no período, “Cruz e Sousa não podia ser um grande poeta, ou, antes, um grande sonetista se precedia, como ele amarguradamente confessa, ‘de uma raça que a ditadora ciência d’hipóteses negou em absoluto para as funções do Entendimento, e, principalmente, do entendimento artístico da palavra escrita!’ Verdade é que o sentimento não tem cor, a não ser tropologicamente falando. Mas a sensibilidade tem a sua tabua de valores, que a psicologia das raças descrimina e pela qual está provado que a estesia do africano é diminuta e, embora se refine tanto quanto possa, nunca atingirá o limite médio em que oscila a da raça branca. ‘Isto , diz Ernesto Haeckel, isto é verdade especialmente para sensações complexas que chamamos estéticas e que são fonte de arte e de poesia’.EBüncher pergunta: ‘Quem não conhece a inferioridade intelectual inata dos negros?’(A

Nas diversas dissoluções e reeleições da Assembleia durante o Segundo Reinado, a força de liberais e conservadores era tema constante na imprensa; por conseguinte, esta publicava os autores conforme o grupo específico a que se ligavam. Na época de Gama Rosa, a oposição era maioria e dispunha dos jornais para combater a administração da província.

O Correio da Tarde publicava folhetins de Horácio Nunes Pires, poesia de Santos Lostada, Carlos de Faria, Francisco de Salles Brasil e Luiz Delfino, contos do Visconde de Taunay e outros românticos literários e membros do Partido Conservador. Os nomes conhecidos e respeitados do pensamento e da literatura internacional eram Alexandre Herculano, Antonio Feliciano de Castilho, Latino Coelho, Victor Hugo, Lamartine, Vistor Cousin, Francóis René Chateaubriand, João Batista de Almeida Garret e outros.¹³³

Quando Gama Rosa assume o poder em Santa Catarina, já lhe precedia a fama de intelectual e conhecedor das novas correntes literárias européias. De acordo com Corrêa, “foi conhecido como um dos precursores da Sociologia no Brasil, de acordo como a criou Augusto Comte, embora não concordando com suas teses positivistas”. A despeito disso, em seus saraus no palácio do governo, o que ele e seus companheiros tratavam era, segundo Celestino Sachet, “um pouco difuso e atrapalhado: embalharavam doutrinas; misturam nomes; confundem Naturalismo com Parnasianismo. E, se numa noite elogiam o positivismo, na outra criticam Comte”.¹³⁴ De todo modo, por mais que as teorias e a estética do grupo parecessem confusas, Nestor Victor, escritor contemporâneo, afirma que o governo de Gama Rosa foi marcado mais pela sua atuação intelectual, como um “Sócrates entre esses moços, dando-lhes orientação filosófica, científica e estética” do que pela sua atuação administrativa.¹³⁵

Particularmente no caso do Ideia Nova, o soneto escrito por Virgílio Varzea e publicado em 1884 no jornal *A regeneração* é considerado o manifesto do grupo. Dedicado a Santos Lostada, o poema anuncia as transformações literárias trazidas pelos “novos”:

Alerta, meu amigo! – E vamos batalhar
à luz da Idéia Nova: à linha da vanguarda!

citação de Cruz e Sousa refere-se ao livro *Evocações*, a de Ernesto Haeckel ao livro *Maravilhas da vida*, cap. XVII). FLORES, Altino. 2006, p. 236-237 e p. 209.

¹³³ CORRÊA, 1997, p. 55

¹³⁴ Ibid., p.56

¹³⁵ Nestor Victor foi um crítico literário e professor paranaense, lecionou no Rio de Janeiro e em Paris. Foi incentivador do modernismo e escreveu uma biografia de Cruz e Souza, entre outras obras. CORRÊA, 1997, p. 60

O forte alexandrino façamos rebrilhar,
Valentes derrubemos a douda e Velha Guarda

Alerta! Que já oiço o toque do clarim,
Alegre, tão vermelho como é uma alvorada!
E tenho minhas armas mais brancas que o marfim
E o pulso inda mais rijo que a folha d'uma espada.

Batamos fortemente o velho romantismo.
Que o séc'lo é puramente Evolucionismo
De Hartmann, de Spencer, Zola e Letourneau.

Batamos rijamente os tontos pessimistas,
Que o séc'lo é de Gigantes, d'assombro e conquistas
E não de Augusto Comte, de Dumas ou Hugo.¹³⁶

Os intelectuais românticos e conservadores, por sua vez, não aceitavam as tendências trazidas pelo “Ideia Nova” e por Gama Rosa, e a resposta ao grupo vinha no jornal *Correio da Tarde*:

Ultimamente o Chico das Rosas [um entre outros apelidos atribuídos à Francisco Gama Rosa pela oposição], arvorado em sacarrolha, tem por aí desengarrado uma porção de mentalidades, que, juntas a ele em perfeita e inteira união, trabalham para estragar a mais formosa e a mais opulenta língua – o português, dando todos de si provas da mais crassa ignorância...¹³⁷

Lançado o movimento Realista em Santa Catarina, o grupo Ideia Nova inaugura as contendas entre os diversos escritores da Província. Este primeiro confronto literário, que opôs os “Novos” e os “Velhos”, foi liderado por Virgílio Várzea e Eduardo Nunes Pires. Este, filho de Feliciano Nunes Pires – ex-presidente de província em 1831 –, era irmão de Gustavo e Horácio, ambos importantes nomes da poesia e ficção romântica local.¹³⁸ Eduardo Nunes Pires carregava um “classicismo retardatário”, que lhe rendia aprovações com louvores na época de aluno do Liceu, ainda que “a mocidade embirrava com suas citações ciceronianas e, sobretudo com seus sonetos na língua do Lácio”. Os discípulos da escola naturalista não o

¹³⁶ A Regeneração. Desterro, 10 de janeiro de 1884 apud CORRÊA, 1997, p.58.

¹³⁷ CORRÊA, op. cit., p.58. Entre os intelectuais adeptos ao Romantismo estavam, na poesia, José Cândido de Lacerda Coutinho, Delminda Silveira, Marcelino Antônio Dutra, Juvêncio Martins da Costa, Júlia Maria da Costa, os irmãos Nunes Pires (Gustavo, Eduardo e Horácio) José Elisário da Silva da Quintanilha e João Silveira de Souza. Na ficção Narrativa destacavam-se Horácio Nunes Pires, J. C. Lacerda Coutinho, Jovita Duarte Silva, Duarte Paranhos Schutel e Arcipreste Paiva. No teatro, Horácio Nunes Pires, Álvaro de Carvalho, José Cândido de Lacerda Coutinho e Ignácio Bastos. JUNKES, 1992, p. 18.

¹³⁸ JUNKES. 1992, p.15.

suportavam; talvez por isso, as discussões saíram do plano intelectual e caíram em agressões físicas. Nas palavras de Altino Flores:

Várzea, mais arrojado, no dia 3 de janeiro de 84, escreve contra ele (Nunes Pires), pela *Regeneração*, quatro palavras (trioletes), simplesmente assinaladas por “X”. Eduardo Pires queimou-se. Durante todo o dia, procurou Virgílio, para tirar um desforço pessoal. Finalmente, às 5 horas da tarde, no antigo arrabalde do Mato Grosso, onde hoje está a praça Getúlio Vargas, encontrou-o. Num repelão, cresceu para ele e, sacando do bolso, o jornal dos “trioletes” mordentes, tentou socá-lo, como bucha, pela goela do juvenil sequaz da “ideia nova”. Foi esse o desfecho da rude troca de picuinhas entre os “velhos” e os “novos”. Os jornais continuaram, por dias a discutir o caso. Pela *Regeneração*, vimos a saber que Virgílio Varzea tinha, então 19 anos e era “franzino”, ao passo que Eduardo Pires tinha 40 “ou mais” e era do tipo vigoroso.¹³⁹

Este evento rendeu muitas publicações na imprensa, veiculadas principalmente por *A regeneração* e pelo *Jornal do Comércio*. Os jornais narravam os insultos e descreviam as agressões entre os literatos. Em uma edição do *Jornal do Comércio*, com o título de “publicações a pedido”, Eduardo Nunes Pires, sob pseudônimo de Anaxágoras, devolve publicamente os insultos ao chamado “Insigne poeta V...”:

...Lanças mão de uns triolés nauseabundos, cheios de bestuntidades, que causam náuseas. Cultiva a tua inteligência. Recorre aos dicionários para procurar termos tétricos (homericamente falando), para não te tornares mais ignaro do que és. Podes crer que não te desejo mal; para prova, aceita meus parabéns:

Aceita meus parabéns
Pelos tapas que levaste...
Foi assim tão caladinho.
Que nem ao menos... choraste!”¹⁴⁰

Várzea responde à publicação de Pires no jornal *A Regeneração*, o qual, além de publicar seu poema,¹⁴¹ tenta esclarecer ao leitor os motivos do conflito. Este teria começado

¹³⁹ Podemos notar o quanto agressivo forma os versos de Várzea: Ó idiota emproado/Com pretensões a talento,/ Tu tens o crânio Castrado,/ Ó idiota emproado./ És literato atrasado/ E poeta bolorento,/ Ó idiota emproado/ Com preterições a talento./ Largaste somente asneiras/ No álbum do Biquibi:/ Minhoca das esterqueiras,/ Largaste somente asneiras. Ri-me das linhas-porqueiras/ Ali traçadas por ti./ Largaste somente asneiras/ No álbum do Biguibi./ Na minha moderna escola/ Tu não tens ingresso, não!/ Não entra a tua cachola/ Na minha moderna escola. / Já tens estragada a bola,/ Por isso que és toleirão; / Na minha moderna escola / Tu não tens ingresso, não! Eu não te julgo na altura/ De poderes criticar./ Por seres cavalgada/ Eu não te julgo na altura./ Precisas de ferradura,/ És da raça cavalgar./ Eu não te julgo na altura/ De poderes criticar. FLORES, Altino, 2006, p. 226-7 e p.210.

¹⁴⁰ FLORES, Altino, p.228.

com um insulto vindo de Eduardo, sendo que “nenhuma satisfação deu o Sr Virgílio ao seu agressor; muito pelo contrário, repeliu-o vantajosamente, sendo para notar que o agredido é uma criança de dezenove anos e franzino, ao passo que o provocador tem quarenta anos ou mais e está, quanto ao organismo, em estado de completo desenvolvimento e vigor(...)”.¹⁴²

Reflexões a respeito do episódio foram publicadas posteriormente, principalmente porque, segundo Altino Flores, o conflito causou uma impressão negativa junto ao público. O *Jornal do Comércio* lança, por exemplo, um editorial cujo tema é o “papel desempenhado pela imprensa no seio da sociedade”, reconhecendo que o desconhecimento do conceito da imprensa como “fanal da opinião esclarecida” pode disseminar “ruins paixões”.¹⁴³

Após este “surto” – não apenas literário, pois chegou ao nível da agressão física –, as discussões passaram por anos de “marasmo”. Nos anos de 1910 é que algum debate volta a ganhar corpo, com um novo quadro de literatos, mas que continuavam a defender o realismo do Grupo “Ideia Nova”. Segundo Corrêa:

Além de Várzea, Lostada e Cruz e Sousa (...) aderiram Araújo Figueiredo e Horácio de Carvalho. Mais tarde, continuariam o grupo, de acordo com o depoimento de Virgílio Várzea, os escritores Diniz Júnior, Altino Caldeira, Alfredo Luz, Romeu Ulísea, Renato Flores, José Collaço e Joaquim Gama D’Eça [sic]. Nesta relação, talvez Virgílio Várzea tenha confundido prenomes, nomes e sobrenomes de diversas pessoas, pois muitos não são identificados dentre os literatos catarinenses. O Altino seria o Flores; o Renato, o Barbosa, e o Gama D’Eça, naturalmente, haveria de ser o Othon.¹⁴⁴

Sobre este período, Altino Flores escreveu, em 1916, no jornal *O Dia*:

Santos Lostada viveu numa época em que realmente havia literatura em nosso Estado.

Cruz e Sousa, Virgílio Várzea e muitos outros estavam então na brecha: o seu lutar era uma perene vitória. Santos Lostada entrou nessa luta, onde representou importante e indiscutível papel. Depois, Cruz e Sousa e Várzea foram-se para o Rio. O autor de *O Brigue flibusteiro* teve nas rodas literárias cariocas, e depois no resto do País a consagração a que fazia jus. Esqueceu-se dele a terra do seu nascimento, e ele paga-se nobremente, altivamente, desse injusto olvido – olvidando a seus conterrâneos e idealizando só à sua ilha querida com as páginas mais vibrantes e

¹⁴¹ Na tua cara barbada/ Chupaste duma criança!/ Levaste só bordoadas/ Na tua cara barbada./ E como bem amassada/ Ficou-te a esguia pança! Na tua cara barbada (...) . FLORES, Altino, p. 229.

¹⁴² Ibid., p. 229.

¹⁴³ Ibid., p.230.

¹⁴⁴ CORRÊA, 1997, p.57-8

emocionantes que ainda se escreveram no seu gênero. Quanto ao povo, literariamente falando, “é bom para se passar por longe e atirar-lhe pedras”.

Cruz e Sousa morreu. E então? Foi preciso que um aranaense [*sic*] – Nestor Vítor – recolhesse e enfaixasse em volumes as páginas do desgraçado artista, para que as não levasse a fria e arrebatadora rajada do esquecimento...

Dir-se-ia que o catarinense detesta os que lhe educam o sentir e o pensar! E vem daí o desânimo, o desconsolo, cuja sombra magoada envolveu o coração deste que, há muito, num banco do Oliveira Belo, e depois duma palestra que sobremaneira nos ilustrou, me dizia amargamente:

–“Qual! O nosso Estado está morto para as letras!...”

Entraram de cair as primeiras gotas dum aguaceiro: – o céu parecia chorar sobre a falência da nossa intelectualidade.¹⁴⁵

A ida de escritores e estudantes para o Rio de Janeiro parece ser algo comum no período. Nomes como Cruz e Sousa, Othon d’Eça, José Boiteux, Laércio Caldeira, estudaram ou trabalharam na capital, já que Florianópolis não apresentava faculdades –o curso de Direito, inclusive, seria depois criado por esse mesmo grupo de jovens, em 1932.¹⁴⁶ Um exemplo que pode indicar essa recorrência à Capital Federal é o fato de a casa do senador Esteves Júnior ser chamada de “Consulado Catarinense”. Além de residência e papelaria, a casa reunia os catarinenses que viajavam ao Rio, quando não os hospedava. Na loja, localizada na Rua do Hospício, discutia-se, além de literatura, os rumos que a República estava tomando.¹⁴⁷

Para entender a relação entre literatura e política, ampliaremos o panorama literário ao plano nacional a partir do final do século XIX, momento em que os chamados “mosqueteiros intelectuais” da Geração de 1870 usavam a tinta e o papel como espada, tornando o engajamento “condição ética ao homem de letras”.¹⁴⁸ Em combate ao romantismo, essa geração tinha

afinidade profunda com a irradiação insólita das energias econômicas e culturais que procediam da Europa em escala crescente ao longo dos três últimos decênios do

¹⁴⁵ FLORES, Altino, 2006, p. 163-164.

¹⁴⁶ A Faculdade de Direito de Santa Catarina foi criada com apoio financeiro de d’Eça. Segundo Luis Henrique da Silveira, ex governador do Estado de Santa Catarina, D’Eça “era um dos 37 Bacharéis em Direito domiciliados em Florianópolis que, no dia 2 de fevereiro de 1932, receberam convite da Comissão Especial que pretendia instituir o ensino jurídico em Santa Catarina. Foi um de seus fundadores e, posteriormente, um de seus mais importantes mestres. No local, o primeiro andar de um prédio (ainda existente) localizado na Rua Felipe Schmidt, no 2, esquina com a Praça 15 de Novembro, em Florianópolis, foi aposta uma placa solene: ‘Faculdade de Direito de Santa Catarina’. [...] Gama D’Eça, junto com outros beneméritos, além de custear o espaço físico, doou ações do Banco de Crédito Popular e Agrícola, viabilizando os primeiros tempos da então nascente faculdade”. Correio do Contestado, Florianópolis, 01 de agosto de 2009 apud Macdonald, Isabel. **Meu avô Othon**. 23 ago. 2009. Disponível em: <http://belmacdonald.blogspot.com.br/2009/08/meu-avo-othon.html>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

¹⁴⁷ CORREA, 1997, p.75

¹⁴⁸ SEVCENKO, 1983, p.78-9

século XIX, bem como sua adesão à luta política pela redefinição, em função de uma perspectiva urbana das estruturas fundamentais do país, com a decorrente abertura à plena integração e participação de grupos sociais adventícios. E mais, eles tendiam a considerar-se não só como agentes dessa corrente transformadora, mas como a própria condição precípua do seu desencadeamento e realização.¹⁴⁹

O que estava no projeto desses intelectuais era a construção da nação e a remodelação do Estado. Considerando-se responsáveis pelos rumos da nação, agiram de diferentes maneiras diante dos grandes problemas que assolavam a república recém-criada: de um lado, buscavam transformar a sensação de inferioridade que havia no Brasil em relação à Europa, ou aos EUA, em um certo otimismo em relação ao futuro; de outro, combatendo as idealizações românticas, promoveram um profundo estudo dos problemas nacionais, tentando determinar, inclusive, um tipo étnico que representasse a nacionalidade brasileira, podendo servir de eixo para ordenar as diversas reflexões sobre a realidade nacional.¹⁵⁰

Os elementos nostálgicos da obra de d'Eça o colocam ao lado dos literatos que percebiam a incerteza do mundo que então se construía. Segundo Beatriz Sarlo, quando ocorrem mudanças rápidas na sociedade, sentimentos de incerteza passam a integrar os discursos da época; se coincidem com a infância ou adolescência, tais mudanças afetam, além dos atores e as práticas que já se constituíram, “os resíduos conservados pela memória”:

Tal configuração ideológico-cultural emerge de uma “estrutura de sentimentos” particular, que associa reações e experiências de mudança: nostalgia, transformação, recordação, lamento são formas e atitudes que uma sociedade – ou um setor dela – adota perante um passado cujo desaparecimento é vivido como irremediável. A idealização organiza essas reações; idealiza uma ordem passada a que se atribuem traços de uma sociedade mais integrada, orgânica, justa e solidária.¹⁵¹

É nesse ambiente de mudanças que é dada voz a uma elite intelectual formada por bacharéis, funcionários, comerciantes e políticos letrados, que passaram a se posicionar contra um “romantismo tardio e renitente que ainda marcava uma forte presença em Florianópolis”.¹⁵² Othon d'Eça, José Boiteux, Altino Flores, Ivo D'Aquino e os demais

¹⁴⁹ Ibid., p. 80.

¹⁵⁰ Ibid., p. 78-85.

¹⁵¹ SARLO, 2010, p.59 – 60.

¹⁵² Segundo Lauro Junkes, a formação da literatura em Santa Catarina se inicia a partir da fundação do primeiro jornal catarinense, *O Catharinense*, por Jerônimo Coelho, no ano de 1831. O primeiro texto literário teria sido o poema *Assembleia das Aves*, de Marcelino Antônio Dutra, no ano de 1847. JUNKES, Lauro. **Santa Catarina: escritores e academias**. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2007, p. 141; ARAÚJO, 1989, p 144.

integrantes da futura Academia Catarinense de Letras representam este grupo após o Ideia Nova, que não possuiu força suficiente para firmar o estilo no Estado. Procurando sacudir o “marasmo” em que se encontrava a literatura em Santa Catarina, o grupo – através da imprensa, principalmente – publicou uma série de textos, contos e poesias, além de diversas críticas à condição da cidade e à própria literatura vigente no período. O marco do surgimento dessa “renovação das letras” foi atribuído, pelos próprios literatos da Academia, à publicação do livro *Cinza e Bruma*, de Othon D’Eça, em 1917.

Cinza e Bruma é um livro de poemas que seguem a tendência decadentista-simbolista, ou penumbista. Os poemas tratam de temas como a saudade, a melancolia, o sonho, penumbra. É considerado um livro triste, voltado ao passado.¹⁵³ Segundo Lauro Junkes, tem uma grande influencia de Baudelaire e Flaubert, além do “platonismo cruzesouseano do ‘Cárcere das Almas’”¹⁵⁴. O último poema do livro, intitulado Prosa Enferma, ilustra essa aproximação:

A realidade é uma caveira com os olhos ainda cheios de terra...
 A ilusão- a Esperança desvendando-nos recantos ignorados...
 O homem, sem o sopro da Divina Quimera – é a estátua bárbara de lodo na
 infundável manhã do seu primeiro dia...
 Só o fantasma dos Sentidos integra-o na Vida, descorporizando-o!
 Há por aí muita gente com aspectos de Feliz porque se aproxima dos moluscos e
 dos protozoários.
 No entanto muito mais feliz é o zangão.
 Este, ao menos, resignado no seu destino, sonha com a rainha e pensa na gloriosa
 manhã da escalada para o Amor!...
 Iludido com a Vitória, ele sente-se, por isso, o trimegisto da colmeia.
 No mundo tudo deve ser aparências... Sombras... tecidos de gaze ao vento.
 O fogo de Prometeu é o símbolo da Ilusão.
 A realidade, o Abutre – conúbio monstruoso da Morte com Satã!...
 A vingança do Monte Caucasos foi o horror sentido pelos deuses diante do que
 eram.
 A Miragem do Olimpo roubou-a o filho de Titã na cama fragilíssima...
 E o calvário veio depois...
 A vida tem duas faces.
 Uma para o Sol e outra para a Sombra...
 Através da face que está perto da Luz vê-se a caveira...
 A ilusão, na Sombra, ri-se dessa pobre beleza e transparente... sepulcro de vidro
 cheio de ossos lívidos e arrumados...
 A Verdade tem as sete voltas do Estígio dissimuladas em letras...

¹⁵³ JUNKES, Lauro. Desterro: das brumas às cantigas ilhoas. In: D’EÇA, Othon. **Cinza e Bruma e poemas dispersos**. FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992, p. 14

¹⁵⁴ Ibid., p. 16

Ai! do que se deixa enganar pela sua harmonia de Água-Viva...
 Não viverá até o instante de morrer!
 Ninguém deve abrir o coração para o que é...
 Os Felizes, os Triunfadores, são aqueles que passam pela existência na quadriga
 doirada da Quimera, bebendo o perfume lavado das alturas, na vertigem
 deslumbrante da Ascensão!
 Eles chama-se Poetas... Loucos... Magos... Visionários... e o número de suas
 Vitórias nunca chegará a ser contado!...
 Porque não se contarão nunca as estrelas da Via-Láctea... »¹⁵⁵

Para Junkes, os poemas de *Cinza e Bruma* refletem “a busca pelo belo essencial, mesmo no banal simplório, mas não puramente material”. Nesse sentido, “mantinham o ódio à vulgaridade burguesa e material”, apresentando também “notas de satanismo e de apaziguamento na morfina e no absinto”.¹⁵⁶ Talvez por conta de tais aspectos, Altino Flores escreveu em 1948 que “o nosso maior lírico, porém, é Othon d’Eça. Suas estrofes têm espontaneidade e comovem. Como prosador, devemos-lhe *Cinza e Bruma*, cheio de imperfeições, mas, também, digno de estima e que, ao aparecer ocasionou polêmicas tempestuosas – sinal de que algum valor tinha (...)”.¹⁵⁷

As polêmicas às quais Flores se refere foram publicadas nos jornais de Florianópolis, Laguna e até do Rio de Janeiro. Esta última foi escrita por João Ribeiro, chamado “o maior dos críticos brasileiros” por Ivo d’Aquino, ao transcrever os comentários publicados no Rio de Janeiro para o diário *O Dia*, de Florianópolis. Na análise de Lauro Junkes,

A apreciação ressalta, inicialmente que o livro ‘pertence ao gênero um pouco odioso dos ‘poemas em prosa’, passa a discorrer sobre generalidades, para observar depois que ‘não queremos dizer com essa reflexão que o livro ‘Livro de Saudades’ deixe de conter paginas emotivas, eloquentes e sinceras e até belos pensamentos, mau grado os neologismos ousados... ‘transcreve a seguir ‘uma bela amostra da prosa (*sic!*) do Sr. Othon d’Eça’, para concluir sem profundidade que ‘se o Sr, Othon é o poeta que, como dizíamos, não logrou fazer versos medidos no ritmo corriqueiro, sobram-lhe em demasia a nobre agilidade e destreza dos cavalos que montam o Pégaso.

No mesmo jornal *O Dia*, dirigido pelo também escritor e crítico literário Ivo d’Aquino, a crítica ressaltou o conteúdo triste do livro e se apresentou mais rígido ao afirmar que “Othon é um simbolista, transportado ao último limite do idealismo”. Afirmou que no livro há

¹⁵⁵ D’EÇA, 1992a, p. 55-56

¹⁵⁶ JUNKES, Lauro. **Desterro: das brumas às cantigas ilhoas**. In: *Ibib.*, p. 15

¹⁵⁷ FLORES, Altino, 2006, p. 223

“figuras estranhas, evocações veladas por um misticismo quintessenciado, incompreensível e forçado em diversas passagens”, e que teria criado “termos bizarros” em diversas ocasiões.¹⁵⁸

A grande análise, porém, foi feita por Altino Flores, em 1922. Ocupando cinco páginas do quinzenário *Santelmo*, de Laguna, Flores nota a capacidade natural de d’Eça e a importância da publicação de um livro em relação ao jornalismo, pois “só o livro fixa o renome de um autor”. Dessa forma, Flores descreve o amigo escritor: “Excessivamente apaixonado por tudo que é novo, flamante, original, deixa-se levar, sem resistência, pela primeira corrente estética que apareça, desde que ela venha preconizada por algum nome de certa importância...”¹⁵⁹

Uma importante informação neste depoimento é o contexto da sua escrita e publicação: “assim, no Rio de Janeiro, deixou-se embriagar pela ‘opiada e nevoenta poesia de Rodenbach, Samain e Viélé Griffin. Criou ali o seu lugar, fez a sua profissão-de-fé pública...’ E nesse contexto escreveu *Cinza e Bruma*”.¹⁶⁰ Na análise de Flores, d’Eça teria já se desiludido com os homens, “mas sem ter conseguido odiá-los”. O tema constante no livro, Florianópolis, é que lhe desperta as lembranças e, conseqüentemente, efeitos emocionais. Apesar desta crítica ter sido publicada quatro anos após a edição do livro, Flores escreve:

Hoje, quero crer, o Sr. Othon d’Eça não escreveria *Cinza e Bruma*. A vida submeteu-o a experiências que, sem matarem a sede do ideal, têm, além disso, a utilidade de nos dar uma noção mais positiva acerca dos homens e das coisas, noção essa que nos leva a desnublar os símbolos para neles descobrirmos a realidade imanente. Demais, tendo evoluído a sua cultura literária, é possível e mesmo provável que ele tenha radicado mais no seu espírito a crença, confidencialmente esboçada, de que as verdadeiras obras-de-arte não são apenas a concretização da vida mental do autor, através da forma genérica que melhor a traduza, porém, ainda, o expoente de uma raça e de uma época...¹⁶¹

Cinza e Bruma é, portanto, um marco na formação do grupo, que se consolidará com a criação da revista *Terra* em 1921 e, no ano seguinte, o surgimento da Academia Catarinense de Letras. No caso de *Terra*, dirigida por d’Eça e Altino Flores, ela representou uma das primeiras expressões desta geração. Segundo Carlos Humberto Corrêa, “nenhuma outra publicação refletiu tanto o pensamento dominante da intelectualidade florianopolitana de uma

¹⁵⁸ O Dia, Florianópolis, 19 mai. 1918 apud JUNKES, Lauro. **Desterro: das brumas às cantigas ilhoas**. In: D’EÇA, 1992a, p.16.

¹⁵⁹ Santelmo, Laguna, 1992 apud JUNKES, Lauro. **Desterro: das brumas às cantigas ilhoas**. In: D’EÇA, 1992a., p. 17

¹⁶⁰ Id, p.17-18.

¹⁶¹ JUNKES, op. Cit, p.18.

época, quanto esta publicação em pouco mais de vinte números”.¹⁶² É impossível desvincular as questões que envolvem a interpretação e o comentário sobre a revista e a análise das “condições técnicas ou sociais de sua publicação e apropriação”,¹⁶³ uma vez que, como estrutura de sociabilidade,¹⁶⁴ as revistas são essenciais para a análise do movimento das ideias. Jean François Sirinelli, ao tratar da história dos intelectuais, propõe que a chave da compreensão do meio intelectual está na análise das estruturas de sociabilidade, que variam, naturalmente, com o tempo.¹⁶⁵

O grupo da geração da academia tornou-se a maior expressão da literatura do estado na década de 1920, mesmo sem conseguir publicar muitos livros. Hermetes Araújo considera que a dificuldade de publicação estava relacionada à falta de editoras, de produção de obras e ao pequeno mercado cultural;¹⁶⁶ por esse motivo, a geração da Academia tinha como principal meio de divulgação os jornais e as revistas. Para Felipe Matos, o problema está relacionado a uma perspectiva que acabava excluindo os escritores “menores” do centro das publicações. Ou seja, as publicações passavam pelo filtro de Othon D’Eça e Altino Flores, na intenção de incorporar à Academia ou às publicações desta somente o que passava pelos seus julgamentos - embora do ponto de vista destes a dificuldade estivesse em encontrar bons escritores para compor uma Academia.¹⁶⁷

Seja como for, em razão da centralização dada pela direção da instituição, surgiu em 1925 o Centro Catharinense de Letras, formado pelas “minorias intelectuais” em busca de maior espaço e prestígio, pelo que se contrapunham aos “verdadeiros intelectuais” da Academia Catarinense de Letras. O desentendimento entre os literatos se iniciou com a afirmação de Altino Flores na revista *Terra* de que havia na cidade poucos bons escritores e obras; aqueles que não se encaixavam nessa definição não passavam de

¹⁶² CORRÊA, Carlos Humberto P. **Lições de Política e Cultura: A Academia Catarinense de Letras, sua criação e as relações com o poder**. Florianópolis: Edições A.C.L., 1996, p.304.

¹⁶³ CHARTIER, Roger. **Literatura e cultura escrita: estabilidade das obras, mobilidade dos textos, pluralidade das leituras..** (Apresentação de Conferência), Brasil/Português; Local: CCH/UEM; Cidade: Maringá-PR; Evento: 2º CIELLI – Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários, Pag. 5.

¹⁶⁴ Segundo Sirinelli, “as revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que subndem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão”. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais in: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, p.248-249.

¹⁶⁵ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais in: RÉMOND, 1996, p.248-249.

¹⁶⁶ ARAÚJO, 1989, p.154.

¹⁶⁷ **Terra**, Florianópolis, 24 out. 1920, p. 17 e. 7.

uma ciganaria literária de quinta classe, composta por fabricantes de maciças brochuras ou linfáticos folhetos vis, onde os pronomes andam como gatos em saco e os conceitos lembram monólogos idiotas em corredores de manicômios.¹⁶⁸

Questões políticas também fomentaram o racha entre os intelectuais. Por essa época, o governador Hercílio Luz morre, dando forças à oposição, que financiou a formação do Centro Catharinense de Letras. Para Felipe Matos,

o episódio ilustra o reconhecimento do “homem de letras” como portador de status e distinção. Era necessário ganhar visibilidade, ou como bem percebeu Pedro Bertolino ao comentar a querela que deu início do Centro Catharinense de Letras, foi uma luta por espaço, por demarcação de territórios que promovia agrupamentos intelectuais, transcendendo às instituições. Denota a emergência de novos grupos sociais em espaços anteriormente destinados apenas a uma pequena elite cultural que se fazia valer de suas redes de sociabilidades e amizades relacionais - vivenciada nos clubes, partidos políticos, jornais, na vida social –para ocupar as instâncias de consagração criadas por ela mesma.¹⁶⁹

Essas redes de sociabilidade tornam-se fundamentais para perceber as relações e apoio dos grupos literários. O Ginásio Catarinense, por exemplo, foi frequentado por Othon d’Eça, Altino Flores, José d’Acampora e Francisco Barreiros Filho, e as relações pessoais que se iniciam no colégio levaram às discussões literárias da década de 1910. Othon d’Eça foi o primeiro a ter a ideia de fundar uma Academia Catarinense de Letras, em 1917; porém, quem trouxe a força política fundamental para a criação da Academia foi José Boiteux. Este possivelmente pode ser considerado como o maior organizador de entidades culturais de Santa Catarina, pois foi responsável pelo Instituto Histórico e Geográfico (1896), a Sociedade (Academia) Catarinense de Letras (1920) e a Faculdade de Direito (1932).¹⁷⁰ Segundo Correa, as instituições criadas por Boiteux funcionavam apenas com a sua presença: apesar de sua pequena atuação na presidência dessas instituições, quando ele se afastava delas, elas paravam. Secretário de governo de Hercílio Luz, José Boiteux foi um dos que, em fins do século XIX, moraram na casa de Esteves Junior, no “Consulado Catarinense” no Rio de Janeiro, onde as idéias positivistas estavam em voga:

A luta do catarinense pela abolição da escravatura e pela proclamação da República é justificada pelo ideólogo comteano paranaense [Esteves Junior] como a

¹⁶⁸ **Terra**, Florianópolis, 24 out. 1920, p. 17 e. 7d.

¹⁶⁹ MATOS, 2008, p. 40-41.

¹⁷⁰ JUNKES, 1992, p. 27.

conciliação da concentração pessoal do poder político, isto é, a ditadura positivista com a liberdade, liberdade espiritual com a separação da Igreja do Estado, liberdade de imprensa, de reunião e de profissão, de ensino, e a exigência de um regime de descentralização política e administrativa com autonomia dos estados. Estas ideias foram sempre o centro das preocupações de Esteves Junior as quais seguiu por toda vida e repassou a seus discípulos, entre os quais José Boiteux.¹⁷¹

O então governador Hercílio Luz também partilhou dos preceitos positivistas, estudando Engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e na Bélgica. A parceria entre Boiteux e Luz indica o sentido das transformações culturais, políticas e sociais do Estado. José Boiteux adquiriu, com o apoio do governador, o jornal *O Estado*, um dos mais importantes de Santa Catarina, passando a dirigi-lo a partir de 1894. O jornal tornou-se o porta-voz oficial do Partido Republicano Catarinense e serviu como instrumento de campanha para as eleições de Hercílio Luz.¹⁷²

Outra rede de sociabilidade que merece destaque neste período é aquela que surge a partir do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). Apoiado pelo Partido Republicano, a instituição reproduzia as disputas políticas internas nas suas publicações. Muitos ataques se apresentavam através de pseudônimos, inclusive. O IHGSC fomentou o retorno do jornal literário *O Argo*, que havia começado com Altino Flores e José d'Acampora. Com o apoio do instituto e a força política fundamental de Vidal Ramos, novos nomes contribuíram para o jornal, como Henrique Fontes, Laércio Caldeira de Andrada, os irmãos Boiteux (Lucas, Henrique e José) e Heitor Luz.

Havia ainda um outro grupo de escritores e jornalistas desta época que tinha como referência a Igreja Presbiteriana e o jornal *O Atalaia* como porta-voz. Alguns escritores da Academia Catarinense de Letras e do IHGSC participavam de eventos deste grupo. Laércio Caldeira de Andrada – membro da Academia e futuro político da Ação Integralista Brasileira – foi um dos fundadores e diretor, em 1928, do Ginásio José Basílico, propondo um ensino laico, em oposição ao Ginásio Catarinense. O colégio foi fechado três anos depois. O grupo de jovens da Igreja Presbiteriana fundou a “Classe Atalaia”, organizando um empresa de publicidade que produziria o jornal *O Atalaia*, com o primeiro número publicado em 1924 e ultimo em 1927. Um dos membros e fundadores deste grupo foi João Teixeira da Rosa Júnior,

¹⁷¹ CORREA, 1997, p. 77.

¹⁷² Ibid, p.88, 77 e 79.

formado no Ginásio José Basílico e, mais tarde, criador da livraria Rosa, importante reduto literário de Florianópolis a partir de 1945.¹⁷³

Nota-se que os participantes dessas redes coincidem, ora se afastando, ora se aproximando. De uma forma ou de outra, a produção cultural catarinense encontrava-se fortemente influenciada por esses grupos. As questões políticas, portanto, envolviam seus membros e as produções realizadas pelas instituições culturais refletiam as preferências políticas em voga neste meio. A discussão a respeito da estética literária adotada pela Geração da Academia passa também pela abordagem de escolhas políticas, como podemos notar ao analisarmos o conteúdo das publicações, como as obras de D'Eça e Altino Flores, por exemplo. Ao mesmo tempo, a análise dos grupos literários catarinenses e suas respectivas estéticas adotadas permitem entender como a literatura se desenvolveu em relação à modernidade em Florianópolis.

A *modernidade periférica*,¹⁷⁴ tanto na economia quanto na produção cultural, merece um estudo aprofundado de suas especificidades. Ao acolher modelos que lhe pareciam coerentes, ao rejeitar estéticas que não lhe agradavam pelo próprio cunho político que representavam, ao abordar elementos específicos de uma região em transformação – que contava com a diversidade cultural advinda com a imigração, principalmente a açoriana –, a Geração da Academia, e D'Eça em especial, traduz a experiência desse tipo específico de modernidade. Vista do ponto de vista interno, ela se torna passível de entendimento através de suas coerências e incoerências.

Nesse sentido, as revistas, jornais e os debates recorrentes em tais instrumentos de intervenção no novo cenário, assim como o processo de autonomia do intelectual ocorrido nos anos 1920 e 30, apresentam-se como respostas dos intelectuais frente às transformações mencionadas:

Os intelectuais já ocupam um espaço próprio, onde os conflitos sociais surgem regulados, refratados, deslocados, figurados. A arte define um sistema de fundamentos: “o novo” como valor hegemônico, ou “a revolução” que se converte em garantia do futuro e reordenadora simbólica das relações presentes. A própria cidade é objeto do debate ideológico-estético: sua modernização é celebrada e denunciada, busca-se no passado um espaço perdido ou se encontra, na dimensão internacional, uma cena mais espetacular.¹⁷⁵

¹⁷³ MATOS, 2008, p. 30-31.

¹⁷⁴ Cf. SARLO, 2010.

¹⁷⁵ SARLO, 2010, p.56.

A estética literária adotada pela Geração da Academia e consolidada na década de 20 já se discutia Brasil afora, sendo que São Paulo abrigaria, em 1922, um evento marcante – a Semana de Arte Moderna. O fato, contudo, não causou muita repercussão em Florianópolis: apenas algumas notas foram escritas na imprensa e os literatos não apoiaram de forma alguma o movimento. Em um artigo intitulado “Quando e como vimos Graça Aranha”, publicado em 1973 no jornal *O Estado*, Altino Flores relembra como foi que os literatos catarinenses receberam a Semana de Arte Moderna em Florianópolis:

Em janeiro de 1924, estive Graça Aranha em Florianópolis. (...) Othon d’Eça e eu, ao mesmo tempo acicatados pela curiosidade e sofreados pela timidez, resolvemos afinal visitá-lo no velho hotel assombrado em que se hospedara, na Praça Quinze de Novembro(...). Nós sabíamos da sua arrojada participação na superaplaudida e ultrapateada “Semana de Arte Moderna”, de 1922, em São Paulo, entre cujos promotores fora acolhido, por alguns com sincero agrado e desvanecimento, por outros com desconfiança, e, mesmo indisfarçável antipatia. Embora provincianos, não ignorávamos os ecos desses rumores provindos dos desvairamentos da Paulicéia; mas, por discrição, combinamos não aludir a eles na palestra com o discutíssimo homem de letras; no entanto, foi ele quem se referiu àquele fragoroso sismo cultural, proclamando-o oportuno, necessário, corajoso, triunfante. (...) ¹⁷⁶

Em 1938, no discurso de recepção ao historiador Oswaldo Cabral à Academia Catarinense de Letras, d’Eça demonstra o seu desagrado às novas tendências literárias. Para ele, “exaltados” deveriam ser os homens de letras, como Cabral, “que ainda não deixaram resvalar na mediocridade engalanada e na grosseria com embófiás realistas”, pois a “paisagem literária” daquele momento no Brasil era “monótona, frívola e postiça”:

Estamos anemiados por uma grande infecção de incultura.

Sente-se em todos os quadrantes de nossa vida intelectual, neste momento, a ausência de seguros, precisos e renovantes valores mentais, a falta daquele sentimento de equilíbrio e de forma, daquele interesse pelas coisas perfeitas e que esculpiu lapidarmente, os frisos da civilização mediterrânea de onde provimos.

No campo da arquitetura estamos substituindo a harmonia e a graça das linhas curvas pelos blocos yankesados de cimento armado; na música, amontoando notas que se repelem, que se desencentram, numa dissonante cacofonia, pretendem os “novos” realizar a chamada MUSICA DE MASSAS, que recorda os guinchos, os apitos e as sirenes das fábricas, das usinas e das destilarias, os rumores da turba folgando; na pintura, substituindo os infalíveis nus e ar indefectíveis DAMES A LA ROSE, é a pasta colorida como as portas de tinturarias, o borrão de cenas e figuras que parecem boiar nas águas agitadas de um delírio de febre; no verso, o desalinho

¹⁷⁶ FLORES, Altino, 2006, p. 316.

dos vocábulos tirados à sorte dos dicionários e jogados sem nexos, sem gramática, sem forma e sem ritmo; e na literatura, num desdém mongólico pelo som, pela pureza e concisão da frase, pela observação real e flagrante de todos os aspectos de nossa vida, os novos escritores procuram imitar aquela cenografia pornográfica que, na Rússia foi posta a serviço do bolchevismo e na cruel brutalização do proletariado.¹⁷⁷

Percebemos que, apesar das influências serem parecidas, as questões políticas e o poder concentrado nas mãos – ou “penas” – da elite política traçam um caminho diferente para a literatura do Estado. O início de uma consolidação da arte moderna em Florianópolis aconteceria apenas em 1947, com a formação do Círculo de Arte Moderna, posteriormente denominado Grupo Sul, tendo como membros Aníbal Nunes Pires, Antônio Paladino, Ody Fraga, Salim Miguel, Eglê Malheiros e, mais tarde, Elio Baustaedt, Walmor Cardoso da Silva, Archibaldo Cabral Neves, Pedro Taulois, Hamilton Ferreira e Cláudio Bousfield Vieira. O casal Eglê Malheiros e Salim Miguel explica a origem desse novo agrupamento:

Eglê: Para compreender a gênese do Grupo Sul, é preciso lembrar que naquela época o Partido Comunista era legal, e a sede ficava na Praça XV, entre a farmácia Catarinense da esquina e outra. Tinha uma sacada grande. O Comitê Municipal era um ponto que congregava as pessoas, não necessariamente pela ideologia, mas porque ali era possível se reunir, conversar livremente, ler jornal do Rio, etc.

Salim: Na Revista [Revista Sul] não havia preocupação partidária. Havia a preocupação com os textos, com a qualidade do que se estava publicando.

Eglê: Mas ninguém publicaria um texto bem escrito fascista, não é?

Salim: Por exemplo, um texto de Plínio Salgado não se publicaria, podia estar muito bem escrito.

Eglê: Então, eu era a única do partido, mas quase todos eram simpatizantes, frequentavam o Comitê Municipal e lá é que se resolveu organizar a Folha da Juventude (...)¹⁷⁸.

A fama de comunistas que os integrantes do Grupo Sul carregavam contribuiu para que as críticas ao que é “novo” (ou, neste caso, “novíssimo”), se intensificassem. A primeira publicação do que viria a ser o Grupo Sul foi o jornal *Folha da Juventude*. Os 4 justos (Aldo J. Sagaz, Antônio Paladino, Bousfield e Salim Miguel) lançam também, em 1947, o *Cicuta*, o “boletim de menor tiragem do mundo”, tratando do proletariado e atacando a igreja e o clero

¹⁷⁷ D’Eça, Othon. **Discurso do Sr. Othon**. Disponível no arquivo da Academia Catarinense de letras. Pasta Othon d’Eça.

¹⁷⁸ BRUCHARD, Dorothée. **Memória do Editor: com Salim Miguel e Eglê Malheiros**. Florianópolis: Escritório do Livro, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002, p. 21-22.

em uma “sátira inconseqüente”.¹⁷⁹ Com a formação do Círculo de Arte Moderna, criaram peças de teatro com a intenção de arrecadar fundos para a publicação de uma revista, objetivo que é alcançado no ano seguinte com a *Revista Sul*.¹⁸⁰

O Grupo Sul se reunia na casa de Salim Miguel, localizada na Praça XV. Também se reuniam, como lembra Eglê Malheiros, em “cafés, em bares, debaixo da figueira... Só que mulher, naquela época, não podia sair de noite, assim, para esses lugares. Para você ver como era Florianópolis”.¹⁸¹ Assim, algumas reuniões eram realizadas na casa da mãe dela mesma, Malheiros.

Essas ações de um modernismo que apresentavam influências marxistas ganharam forma em Santa Catarina no período em que *Homens e Algas*, de Othon d’Eça, foi publicado pela primeira vez, 1957. Ainda na Academia, Othon apontou um certo desagrado ao romance *Rede*, de Salim Miguel, publicado dois anos antes:

Não se pode negar, porém que o Sr. Salim Miguel estabeleceu com o seu livro, uma nova era do romance em Santa Catarina. Pode ser esse livro, como é um tanto longo, extenso, mesmo cansativo, pode a sua linguagem, o seu tom, escapar ao sentido altivo do realismo ou da verdade, destina-se a falta de uma documentação, fato como ele é na sua essência objetiva e não como se apresenta na imaginação do sr. Salim Miguel. Não é obra de análise, nem de síntese social, porque, justamente lhe falta características e as condições essenciais aos trabalhos da sua espécie e gênero. Na verdade, nem tudo em REDE resulta de uma permanente, viva e demorada observação dos fatos e do ambiente em que elas se realizaram.

Há uma predominância da ficção sobre a realidade. Mas, apesar de tudo isso, REDE é um trabalho de mérito incontestável, uma inegável contribuição de Santa Catarina ao romance brasileiro.

Aliás, este é o defeito de toda a obra intencional, planejada, dirigida no rumo de conclusões inevitáveis porque foram preparadas.¹⁸²

Segundo Edgar Garcia, *Rede* retrata o espaço litorâneo como fatalista e submisso, onde os pescadores sofrem a exploração dos patrões e são vítimas da tecnologia capitalista. A diferença em relação à visão expressa em *Homens e Algas* é que em *Rede* há um “esforço coletivo para a mudança social”, vindas dos próprios pescadores, o que Garcia chama de

¹⁷⁹ SABINO, Lina Leal. **Grupo Sul: O modernismo em Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p.20

¹⁸⁰ GARCIA JUNIOR, Edgar. **Tempo Narrado: Romances e modernidade em Santa Catarina**. 2008. 200f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2008, p.91.

¹⁸¹ BRUCHARD, 2002, p.23

¹⁸² Anotação de Othon D’Eça disponível no Arquivo da Academia Catarinense de Letras, pasta Othon d’Eça.

“transferência revolucionária”.¹⁸³ Em suas palavras, “o seu romance configura-se em uma trama linear, onde se desenrola o processo de conscientização dos pescadores e a superação da sua condição de explorados pelas engrenagens capitalistas. ‘É isso que interessa no romance!’ afirma Salim Miguel”.¹⁸⁴ Ou seja, apesar de serem parecidas quanto ao tema, as obras se distanciam pelo papel atribuído aos pescadores em relação à modernização pelos dois autores. Em *Homens e Algas*, o fatalismo que Othon atribui aos pescadores não permitiria um esforço coletivo para transformar as suas condições – a trajetória política do autor é capaz de nos mostrar a aversão à luta de classes; já em *Rede*, a tendência “revolucionária” de Salim Miguel permite aos personagens pescadores essa iniciativa.¹⁸⁵

O modernismo dos membros do Grupo Sul propunha a transformação da produção literária, e seus manifestos expressaram, tanto quanto suas obras, o caráter da ruptura que marcaram os anos 1940 e 50. Em “Aos leitores de Camões”, Salim Miguel e Eglê Malheiros delinearam os traços dessa renovação literária:

Prezados senhores leitores de Camões:

Esta carta é quase uma declaração de princípios. Os pontos de vista de um novo pertencente a um movimento de renovação, falando aos velhos. Muitos dirão estar o carro andando diante dos bois. Outros acharão nossa atitude uma grande petulância, mas estamos convictos que muitas coisas temos de dizer aos velhos. Aos leitores de Camões, de Dante, de Camilo, etc... nós estamos muito distantes destes escritores. Estamos, até divorciados deles. Têm, para nós, significação histórica, vigor literário dentro do seu tempo, mas o nosso tempo e os nossos rumos são outros. Temos muito a fazer. É preciso trabalhar incessantemente, por isso, não há tempo para ler Camões.(...).

Quando viemos ao mundo, acidente do qual somos inocentes, o Brasil atravessava um período crítico. Nascemos sob os sobressaltos de revoluções.¹⁸⁶

O casal enumera as transformações ocorridas no período, desde a aviação, o fascismo, a revolução de 1930, até o Estado Novo e a

implantação da ditadura absoluta e onipotente de Getúlio. Escola secundária. Recebemos aí os requintes de uma educação fascista. Retratos de Getúlio, Livros sobre Getúlio. Conferências sobre Getúlio. Filmes sobre Getúlio. Getúlio e mais Getúlio. Deus estava sendo ofuscado, tinha um concorrente. Foi no período getuliano que se iniciou nossa formação mental e intelectual. Tudo tentou contra

¹⁸³ GARCIA, JUNIOR, Edgar. O nacional-popular no romance regionalista catarinense das décadas de 1950 e 1960. In: **X Encontro Estadual de História: Trabalho, Cultura e Poder**. 01 setembro de 2004. Palestra.

¹⁸⁴ GARCIA JUNIOR, 2008, p.93.

¹⁸⁵ Id.

¹⁸⁶ **Diário da Tarde**, Florianópolis, 29 de janeiro de 1948. p. 2.

nós. Todos solapavam nossas primeiras manifestações democráticas. Registramos aqui o nosso desagrado para com muitos professores que tivemos. Capitularam à ditadura e em nada nos auxiliaram na nossa busca à democracia e aos novos princípios. Os que pertencem ao movimento de renovação são aqueles que se libertaram sozinhos da mistificação da ditadura.

Criticando, depois, a Academia Brasileira de Letras, seus acadêmicos e o próprio academicismo, propõem uma arte crítica, pois se colocam pertencentes a outro tempo, “da era do rádio, do automóvel, do avião, do cinema, da penicilina, da estreptomicina, da bomba atômica etc...”. Defendem-se, porém, da acusação de serem “incultos”:

Temos novas concepções de vida. Novas concepções de estética e novas concepções de escrever. Somos sinceros as nossas convicções, por um princípio de sinceridade conosco mesmo. Somos rigorosos porque não temos tempo para fazer “bufa”. Temos muito o que fazer. Não temos tempo para ler Camões, nem os clássicos, porque temos que ler os escritores de novas eras e novos tempos, os escritores do nosso tempo. Não resmunguem sermos nós incultos, porque não o somos e temos consciência disso. Mas nosso tempo é precioso. Nossa luta árdua e nossa vida curta, mais curta que a dos senhores.¹⁸⁷

Nem todos convenciam-se disso. O jornalista João Frainer, por exemplo, responde dizendo que, “modernamente, a falta de vigor intelectual encontrou um desvio para atingir as alturas, e inventou o modernismo (...) prosa inspirada no linguajar das favelas, nos solecismos das massas. A razão? Apenas uma maneira de desculpar a própria preguiça, a própria incapacidade, a própria ignorância”.¹⁸⁸

Nota-se, assim, que o debate entre a Geração da Academia e os modernistas do Grupo Sul retomou a antiga efervescência das discussões do campo literário. É inegável a força transformadora que envolve os modernistas, em oposição ao conservadorismo dos “acadêmicos”; justamente por isso, é importante destacar que, segundo depoimentos dos literatos das duas gerações, d’Eça manteve uma relação muito respeitosa e amigável com os novos escritores, apesar das críticas que lhes dirigia. A declaração de Eglê Malheiros, publicada na orelha do livro *Nuestra Señora de L’Asunción*, ilustra essa questão:

Fui aluna do professor Gama d’Eça na Faculdade de Direito e, apesar da importância da cadeira por ele ministrada, não foi o Direito Romano a principal

¹⁸⁷ **Diário da Tarde**, Florianópolis, 29 de janeiro de 1948, p. 2.

¹⁸⁸ O jornalista João Frainer era responsável, ao lado de Waldyr Grisard pela redação do Diário Oficial do Estado. **O Estado**, Florianópolis, 3 de fevereiro de 1948.

lição que dele recebi. Nas provas escritas eu expunha claramente minhas posições ideológicas e políticas, ao discutir as questões formuladas. Considerava, como considero até hoje, que a fidelidade às próprias ideias é a condição primeira para uma vida autêntica. Recebia minhas provas todas comentadas e contestadas pelo examinador, porém com a nota máxima. Ali, estava concretamente o corolário valioso: fidelidade às próprias ideias e respeito às **ideias alheias**. Conflitantes no plano político, a aluna comunista e o professor que fôra integralista praticavam a mútua tolerância.¹⁸⁹

O neto de Othon d'Eça também afirmou que o avô fazia um “meio de campo” entre as gerações, pois “radical mesmo era o Altino Flores”.¹⁹⁰ Mesmo assim, a Geração da Academia continuou a defender a estética pré-modernista, e um dos motivos do afastamento entre a estética dos dois grupos talvez possa ser explicado pelo

contato direto com Uruguai, Argentina e outros países hispânicos, [que] fez com que o Grupo Sul tivesse acesso, em primeira mão, à nova narrativa que ia se estabelecendo, sobretudo nas obras de Borges, Onetti e Rulfo, o que pode ter tido um impacto na prosa de ficção, que é onde mais se destaca a qualidade estética dos textos produzidos pelo Grupo. Por outro lado, a forte presença da cultura açoriana na Ilha de Santa Catarina talvez explique o interesse constante pela literatura de Portugal e dos países africanos de expressão portuguesa. Essa atitude contrasta com a posição dominante do modernismo brasileiro, de rejeição à cultura lusitana e adoção das novas normas internacionais, sobretudo francesas.¹⁹¹

Qualquer que seja a razão precisa, o conservadorismo das elites de Florianópolis, representadas também pela Geração da Academia, se opôs às propostas modernistas. A perspectiva da transformação, ou da revolução, que permeou os grupos modernistas impulsionou uma literatura voltada para o futuro. O contraponto se encontra nos acadêmicos, que se apoiavam no passado para a ordenação do presente. Isto não deixa de ser significativo, à medida que a modernidade parece colocar um ponto de ruptura em que as divergências ideológicas projetam o futuro de maneiras opostas. Enquanto a geração de d'Eça se esforçou a criar uma identidade cultural – pois o que ainda os preocupava era a questão da nação – em meio a um ambiente que parecia estar desmoronando, os modernistas, inspirados e apoiados nos intelectuais de esquerda, “encontram nos feitos do proletariado russo um vetor que não conduz ao passado, e sim ao futuro”.¹⁹² A militância estética dos movimentos modernistas se

¹⁸⁹ MALHEIROS, Eglê. [orelha]. In: D'EÇA, 1992e.

¹⁹⁰ D'EÇA, Othon (neto). Entrevista concedida a Tamires Quesada Furtado. Florianópolis, 21 de fevereiro de 2014.

¹⁹¹ BRUCHARD, 2002, p.14.

¹⁹² SARLO, 2010, p.222.

cruzam com a militância política, como, de resto, não deixara de acontecer com seus opositores.

Ao analisarmos a segunda contenda dos escritores catarinenses, percebemos dois pontos de vista. De um lado, a Academia, retratando a vida de seu próprio lugar de enunciação, de elite; de outro, os modernistas, que deslocaram sua visão para a margem, colocando-se sob o ponto de vista de uma nova cultura: a do trabalhador, do pobre, do excluído, propondo uma arte que também se confunde com a militância.

Há militâncias e militâncias, todavia. Quando Othon d'Eça, especificamente, atribui às comunidades pesqueiras a condição de fatalistas, o poder de transformação passa para as mãos do homem urbano, da elite ou do estado, e se opõe à condição de autotransformação do “homem-alga”. Como a negação dessa condição transformadora é perfeitamente condizente com a idéia de um estado forte, autoritário, não surpreende que o escritor d'Eça também tenha encontrado no pensamento e na ação integralistas, com seus esforços pela criação de um “novo homem”, um lugar de atuação política. É esse o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

O MODERNO E O ANTIMODERNO: OTHON D'EÇA E O INTEGRALISMO

Para o integralista só há três soluções – cadeia, cemitério ou Poder.

Plínio Salgado, 1936

O movimento integralista apresenta aspectos próprios do período de transição para a modernidade. A perspectiva da revolução, da construção de um novo homem, cuja transformação é interna, própria também do fascismo, o coloca na lista de projetos da modernidade, assim como o socialismo, anarquismo e todos os outros projetos que visavam a uma alternativa ao liberalismo. Na concepção integralista, ao construir uma sociedade com frágeis relações contratuais, o capitalismo liberal e seu materialismo, apoiado no cientificismo, teriam formado uma sociedade desprovida de valores fraternos. Uma sociedade individualista e competitiva, na qual as lutas entre as classes agravavam seu quadro de fragmentação.

Contra esse pano de fundo, Florianópolis não escapou à agitação política dos anos 1930, nem Othon d'Eça ficou de fora dela, como seria de se esperar de um intelectual naquele momento, em que o engajamento estava na ordem do dia – ainda mais sendo ele um intelectual pertencente a uma família tradicional da política e da cultura catarinenses:

na quadra da Praça XV de Novembro (...) existia, em tempos pretéritos, um casarão de estilo português (...) Ali, em amplos salões, costumavam acontecer reuniões que congregavam os nomes mais expressivos da sociedade local. Eram saraus de família, encontros culturais, tertúlias políticas, todo tipo de reunião, enfim, capaz de envolver, num ambiente sadio, a família, seus amigos e os demais moradores de escol da Cidade. Era o Solar dos Gama D'Eça (...).¹⁹³

Os antepassados da família Gama Lobo d'Eça pertenceram à nobreza portuguesa e foram para Santa Catarina graças à transferência do Regimento de Infantaria de Moura de Portugal, com a vinda do coronel Fernando da Gama Lobo Coelho, cavaleiro fidalgo da Casa Real e membro da Ordem de Cristo. A família se estabeleceu pelo Brasil e, em Desterro, tiveram destaque Manoel de Almeida Gama Lobo D'Eça, o Barão de Batovi, e José Maria da

¹⁹³ **O Estado**, Florianópolis, 5 de dezembro de 1999, p. 3.

Gama d'Eça, o Barão de Saicam. O Barão de Batovi, tio-avô de d'Eça, foi um nome importante na Guerra do Paraguai e participou dos eventos que marcaram o processo de consolidação da República no Sul, a Revolta da Armada e a Revolução Federalista.

Quando os integrantes da Revolta da Armada partiram do Rio de Janeiro e aportaram em Desterro, em 1893, com o objetivo de adensar as pressões pela renúncia de Floriano Peixoto, conseguiram o apoio dos moradores da cidade:

A 29 de setembro [de 1893], os oficiais revoltosos e os legalistas sediados em Desterro reuniram-se sob a direção do marechal Manoel de Almeida Gama Lobo D'Eça, barão de Batovi, destacado monarquista e agora ao lado dos revolucionários, e aprovaram a capitulação da cidade, apesar de os legalistas republicanos terem sido impedidos de se manifestarem.¹⁹⁴

Ali, os revoltosos da Marinha Brasileira e os militantes Federalistas do Rio Grande do Sul se reuniram com um objetivo comum: derrubar a presidência. Ao construir um governo provisório, os opositores de Floriano se desentenderam e

a organização do governo com um só dirigente, a acumulação de todos os ministérios nas mãos de dois militares sem a menor expressão e experiência política, além da nomeação de dois políticos como embaixadores na Argentina e Uruguai, tiraram as possibilidades dos Revolucionários de atingirem seus objetivos, gerando insatisfação entre os líderes da Armada e a revolta dos federalistas do Rio Grande do Sul. Esta situação, que permaneceu até o fim do ano, foi certamente uma das principais causas do desfecho inócuo do movimento revolucionário como um todo.¹⁹⁵

A chegada de Moreira César, em abril de 1894, para assumir o governo do Estado pôs fim ao movimento. César mandou prender, por declarações a favor dos revolucionários, o seu antecessor, Aristides Vilas Boas, que já havia dissolvido a Assembleia Legislativa, tornando nula a Constituição Estadual aprovada pela mesma e dissolvido os órgãos judiciários criados pela revolução. Também deu início às prisões de civis e militares apoiadores da oposição a Floriano, as quais se davam de forma arbitrária e violenta e culminavam de forma trágica, com o fuzilamento sem julgamento na Ilha de Anhatomirim. No caso de Manuel de Almeida Lobo Gama D'Eça,

ao ser preso na calada da noite, como se fora um criminoso, o marechal ainda disse:
–Infelizmente, é o exemplo que se dá aos moços. Entrego-me. Rendo-me à força.

¹⁹⁴ CORREA, 2005, p.261-2.

¹⁹⁵ Ibid., p. 264.

No dia seguinte, manhã cedo, aquele velho era levado pela mão dos algozes e nos braços do destino para ser protagonista do desfecho do episódio, na Ilha de Anhatomirim. Em instantes, tombou morto diante do pelotão de fuzilamento. O filho Alfredo, juiz de Direito, que conseguiu acompanhá-lo, abraçou-se ao pai e com ele foi trespassado pelas balas mortais.¹⁹⁶

Segundo o jornal *O Estado*, em matéria publicada mais de um século depois desses acontecimentos, além da execução do Barão de Batovi e de seu filho, Alfredo de Almeida Gama Lobo d'Eça, a perseguição política de Moreira César ameaçou outros integrantes da família:

Nuno [pai de Othon d'Eça] por pouco não foi preso por Moreira César, o governador militar da Província de Santa Catarina. Conseguiu fugir para a Bahia de maneira insólita: misturou-se entre os escravos e, como eles, carregou o esgoto das latrinas que era despejado no cais Rita Maria. Dali, evadiu-se com facilidade. Vasco, um outro filho do casal Joaquim e Maria Rita, na qualidade de concessionário dos serviços de iluminação pública de Desterro, mantinha uma equipe encarregada de, todos os finais de tarde, quando o sol se punha, acender os lampiões que, abastecidos com óleo de baleia, evitavam que a cidade fosse coberta pelas trevas. Por pouco também não foi uma das vítimas que Moreira Cesar, acobertado por Floriano Peixoto, mandou fuzilar em Anhatomirim. Como seu irmão, conseguiu fugir para Salvador, deixando de lado seus negócios de comerciante. Ao retornar, viu-se obrigado a refazer a vida, já que perdera praticamente tudo.¹⁹⁷

Logo após o Massacre de Anhatomirim, a cidade de Nossa Senhora do Desterro passou a chamar Florianópolis. A cidade que desafiou a “espada” da República passou a ser denominada “cidade de Floriano”. A mudança, é claro, não foi vista com bons olhos por muitos desterrenses, pois acreditavam ser uma ofensa aos opositores do presidente. A Revolução Federalista, associada à Revolta da Armada e ao apoio da elite militar de Florianópolis aliada à monarquia, e, principalmente, a condição da capital como sede do governo provisório provocaram conflitos que percorreram todo o período da Primeira República, inclusive a fase em que as disputas se encontravam dentro de um único partido, o Republicano.

Nessa época, o poder se concentrava em torno dos nomes de Lauro Severino Muller e Hercílio Pedro da Luz; em âmbito federal, era Lauro Muller quem ditava o controle do partido e, em âmbito estadual, Hercílio Luz. Indicando nomes para governador, deputados federais,

¹⁹⁶ TANCREDO, Luis Henrique. Uma família com berço na nobreza. In: **O Estado**, Florianópolis, 5 de dezembro de 1999, p. 5.

¹⁹⁷ **O Estado**. Florianópolis, 12 de dezembro de 1999, p. 5.

senadores e vices, controlaram a política catarinense por décadas, até surgirem a Reação Republicana, em 1921, e o Partido Liberal, em 1927. Embora considerado como uma fase de “harmonia política”, o período de domínio do Partido Republicano na direção do estado também teve seus conflitos e cisões políticas.¹⁹⁸ A Reação Republicana, por exemplo, foi provocada, segundo João Henrique Zanelatto, pela atitude de Hercílio Luz de centralizar o comando do partido em suas mãos, limitando o poder de Lauro Muller, que estaria pouco ligado às questões locais. Assumindo a presidência do partido, o então governador Luz tornou-se a pessoa mais importante do Partido Republicano.

Luz contava com o apoio de Othon d’Eça e Altino Flores, que usaram a revista *Terra*, lançada em 1920, como veículo de propaganda política para o governador. Ao deixar o cargo em 1924, por problemas de saúde, o domínio do partido passa para as mãos dos irmãos Victor e Adolpho Konder, que, representando a região onde predominavam os imigrantes alemães e italianos, “dominaram o cenário político do Norte do estado e controlaram o Partido Republicano e o Governo de Santa Catarina até a Revolução de 1930”.¹⁹⁹

Logo no primeiro ano de mandato de Konder, Othon d’Eça foi Delegado Auxiliar de Polícia, deixando o cargo que ocupava como Juiz de Direito em Campos Novos.²⁰⁰ Como chefe de polícia, permanece até 7 de julho de 1927,²⁰¹ e em 1929 é convidado pelo governador para relatar a sua expedição pelo interior do estado. Em função desta viagem, Othon d’Eça escreveu a obra ... *Aos espanhóis confinantes*, no formato de um diário.

A dificuldade de acesso ao interior, pela inexistência de estradas, e as tensões pela posse da terra, algumas extremas como a do Contestado (1912-1916), motivaram a viagem do governador. Não havia ligação do oeste do Estado com a capital, acessível somente pelo rio Uruguai; por conta disso, os habitantes da região de fronteira entre o Paraná, Santa Catarina e

¹⁹⁸ Um dos exemplos de conflito no estado neste período foi a Revolta da Armada dos colonos de Orleans, em 1923, que se rebelaram contra eleições fraudulentas. A revolta foi controlada com o auxílio de Hercílio Luz. É relevante mencionar a publicação de um livro, em 1924, intitulado *O dictador Catarinense*, escrito pelo jornalista João de Oliveira, que reunia artigos publicados nos jornais denunciando a postura autoritária de Hercílio Luz. Em relação à cisão do partido, após a ausência de Lauro Muller na direção, Hercílio Luz assumiu seu lugar, provocando a reação do então governador do Estado, Gustavo Richard. O resultado dessa tensão foi o apoio de Hercílio Luz, junto com os irmãos Konder, à candidatura de Rui Barbosa, enquanto o restante do partido apoiou Hermes da Fonseca, o candidato oficial. ZANELATTO, 2007, p. 46- 48.

¹⁹⁹ ZANELATTO, 2007, p. 49.

²⁰⁰ Othon d’Eça assume, primeiro com suplente e depois como oficial, o cargo de Juiz de Direito de Campos Novos em 1923. Até 1926, Othon deixa duas vezes o cargo por compromissos na capital, retornando posteriormente. O fórum da cidade de Campos Novos possui o seu nome até os dias atuais. No cargo de Delegado auxiliar de Polícia, permanece até 7 de julho de 1927. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Fichas do Tesouro do Estado.

²⁰¹ A documentação referente a este período não se encontra disponível no Arquivo Público do Estado. Apenas as referências às datas de posse e exoneração dos cargos públicos encontram-se ali, nas citadas Fichas do Tesouro do Estado.

Argentina eram assistidos pelo país vizinho em relação aos serviços públicos. A ideia da viagem, assim, era tomar contato com tais problemas, numa espécie de “bandeira de reconhecimento”, e também mostrar a presença do governo à população local e aos estados e país fronteiriços. Para isso, o governador convidou cerca de trinta integrantes de diversos setores do estado para acompanhá-lo na viagem,e

teve a feliz inspiração de integrá-la com a presença do escritor Othon d’Eça, também professor e homem público, a quem se deve sua preservação em forma vívida e cativante, como não poderiam fazer jamais os vetustos relatórios oficiais. Mais uma vez a política se valendo da pena do artista para perenizar seus atos e agora com manifesta vantagem.²⁰²

A viagem foi registrada também por fotografias, que se encontram com a família de Othon. Cedida por seu neto, a imagem abaixo retrata a chegada da comitiva em uma escolada cidade de Barracão, no extremo oeste do Estado, na divisa com a Argentina e com o Paraná.

Figura 6 – Presidente Konder saindo da escola de Barracão



Fonte: Arquivo da família, gentilmente cedida por Othon d’Eça (neto).

²⁰² ATHANÁSIO, Enéas. Vencer e voltar: prefácio da obra. In: D’EÇA, 1992c, p.12.

O encontro com o governador gaúcho, Getúlio Vargas, na cidade de Iraty – fronteira dos dois estados – era também objetivo da viagem, pois Vargas e Konder “promoveram essa entrevista para tratar da questão de limites existente entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.²⁰³ Othon D’Eça, como cronista, assim registra as suas impressões:

O desembargador José Boiteux – sob o entusiasmo de historiador – relata-me, com surpreendente minúcia, o encontro entre os dois presidentes brasileiros.

A resolução patriótica de nossas dúvidas de fronteiras – e o desembargador Boiteux acentuava a palavra “dúvidas” – era já um fato em caminho propício.

–Então – berrei eu –, então abracemo-nos e gritemos: Viva o Brasil!

Diante do meu indiscreto e clarinante entusiasmo, o desembargador Boiteux recolheu-se à sua gravidade, lembrou-me que estávamos num hotel e o presidente se encontrava num aposento perto.(..)

Ali se encontravam, sob aquele sol gaúcho que outrora aquecera os bravos de José Maria, no regimento heroico dos barrigas-verdes, os dois presidentes amigos, que haviam de assinalar, sem ruído e sem trombetas, uma nova era entre os dois Estados brasileiros.²⁰⁴

Passando pela paisagem do interior catarinense, d’Eça descreve os problemas encontrados e estabelece uma visível diferenciação entre a população da região e a do litoral. Além disso, procura expor sua posição política frente a alguns acontecimentos ainda muito presentes, como as consequências causadas pela passagem da Coluna Prestes. Além das questões ideológicas, seu contato direto com este evento decerto teve um grande peso em seu posicionamento em relação ao movimento, já que em 1926, como Juiz de Direito da Comarca de Campos Novos, vivera momentos difíceis com a passagem dos revolucionários, ali liderados por Leonel Rocha. Como a maioria das casas eram feitas de madeira, d’Eça refugiou-se em uma das poucas de alvenaria da região, junto a mulheres e crianças – era sua tarefa, inclusive, defendê-las. Pediu que os documentos oficiais fossem enterrados no jardim da casa e já tramara uma rota de fuga, caso a casa fosse invadida.²⁰⁵ As forças legalistas venceram o combate e os revolucionários, que perderam 10 militantes, seguiram para o sul do país. Não é difícil compreender, desta forma, a sua irônica aversão à Coluna, conforme narrado em *...Aos espanhóis confinantes*:

²⁰³ **O Estado**, Florianópolis, 2 de abril de 1929.

²⁰⁴ D’EÇA, Othon 1992c, p.41-42.

²⁰⁵ BLASI, Paulo. **Campos Novos: um pouco de sua história**. Florianópolis: EDEME, 1994, p. 166-168.

Rio das Antas é um dos maiores afluentes do Uruguai em terras de Santa Catarina (...) Não o registraria aqui se não fora a circunstancia sinistra de haver sido, durante vários meses, uma sementeria de morte e desolação.

Contaminaram as suas águas os cadáveres de cerca de duzentos cavalos sacrificados pela Coluna Prestes, na sua incursão através de Chapecó e da ordem.

Perseguido pelos bravos do coronel Claudino – de que a gente de José Maia foi ser a vanguarda intrépida – o general rebelde mandou matar todos os animais cansados das suas hordas – para que não os aproveitassem os gaúchos que o monteavam.

E por espaço de seis meses, batida pela febre tifoide e pelo paratifo, toda a gente daquela imensa região sofreu rudemente, pagou a grande culpa de viver em terras por onde passaram – os “patriotas e humanitários soldados da revolução...”

“Patriotas e humanitários!”

Como blague, é excelente!²⁰⁶

Mais adiante em seu relato, faz outra menção à Coluna, agora ao falar da cidade de Mondaí, localizada entre o Rio das Antas e o Rio Uruguai:

Mais de uma vez, porém, a sua vitalidade tem sofrido as consequências de invasões rebeldes, que dilaceram a sua fortuna, subverteram o seu trabalho rural, talaram as suas messes e os seus campos, semeando a miséria por todos os seus casais.

Primeiro Carlos Prestes, que lhe deixou, ainda, como um tributo macabro, latejando nas águas do rio das Antas – os germens contaminantes do tifo!

Depois, Leonel Rocha e a sua horda vandálica e maltrapilha!

Por espaço de longos meses de tristeza e luto, furando poços – que custavam economias de rudes anos – para não morrer de sede, a gente de Mondaí sentiu pesar-lhe em cima, como uma fatalidade, o guante sinistro da rebeldia desumana!

E, através da vila florescente, com as vestes em farrapos e as carabinas carregadas, montados e cavalos esqueléticos – ávidos, hirsutos e em longas filas irregulares passaram e repassaram os revoltosos!²⁰⁷

Além de d’Eça, os demais convidados da viagem do governador Konder compunham um grupo de profissionais de diversas áreas, todos parte do panorama político e cultural da capital. José Boiteux, por exemplo, foi diretor do jornal *República* e, após comprá-lo, transformou-o num dos principais porta-vozes do Partido Republicano. Boiteux também escreveu um relato da viagem do governador, mas, num tom diferente daquele de d’Eça: enquanto este apostava no “lirismo da descrição das paisagens de cada região, bem como a preocupação com as narrações locais, muitas vezes folclóricas”, os relatos de Boiteux,

²⁰⁶ D’EÇA, 1992c., p. 48-49.

²⁰⁷ Ibid., p. 50-51.

“fornecem dados mais técnicos e precisos”, inclusive “a exatidão das diversas quilometragens, por exemplo”.²⁰⁸

O quadro político começa a se transformar com a Revolução de 1930. Novos atores políticos se apresentam como oposição ao Partido Republicano. A Aliança Liberal, que surge em 1929 liderada pela família Ramos, apoiou o movimento, mas não recebeu cargos com a vitória de Vargas. E não se tratava apenas de política: se, como vimos, anos antes o governo foi ocupado pelos Konder, que representavam os imigrantes alemães e italianos ocupados da agricultura e pequenas indústrias, no quadro pós-30 a representação dos Ramos estava relacionada ao planalto catarinense, onde predominava o latifúndio.

João Henrique Zanelato divide em três as zonas de imigração e as respectivas forças políticas que delas emergiram: a “força dos luso-brasileiros”, a “força dos imigrantes europeus” e a “força do carvão”:

A primeira, a “força dos luso-brasileiros”, foi sendo engendrada com a ocupação da região a partir da fundação de Laguna, em 1678. Nesse contexto, toda a ocupação do território deu-se por meio de sesmarias, formando propriedades relativamente grandes, e tendo no trabalho escravo a força propulsora de muitas atividades.

A “força dos imigrantes europeus” se iniciou com a chegada destes, a partir de 1873, quando o “território da região foi demarcado tanto pelo governo quanto por empresas privadas que formaram companhias de colonização e, posteriormente, venderam os lotes aos colonos (...), constituindo-se desta forma dezenas de núcleos coloniais espalhados por toda região”. Esses colonos permaneceram isolados por um longo período, preservando e recriando práticas e costumes – italianos, alemães, poloneses e outros –, “conformando uma identidade própria, que os diferenciava das elites de luso-brasileiros”. Estes núcleos se encontravam extremamente ruralizados até a década de 30. E, por fim,

a “força do carvão” foi-se configurando a partir da década de 1920, com a intensificação da exploração do carvão em decorrência da Primeira Guerra Mundial. A imagem de riqueza e progresso criada em torno da exploração do carvão atraiu não somente os interesses dos grupos da região, sejam eles lusos ou imigrantes, mas especialmente empresários de outros estados, bem como o governo federal, principalmente no pós-1930. A exploração do carvão provocou significativas mudanças sócio-econômico-político-culturais em toda a região (...).²⁰⁹

²⁰⁸ CORREA, 1997, p.187.

²⁰⁹ ZANELATTO, João Henrique. **Região, etnicidade e Política: O integralismo e as lutas pelo poder político no Sul Catarinense na década de 1930**. Porto Alegre. Tese de doutorado PUC- RS, 2007, p. 104-106.

A “força do carvão” e a “força dos imigrantes”, portanto, bem definidas em relação a propostas políticas e econômicas, despontam como concorrentes no cenário de 1930.²¹⁰ Nessa transição de poder, as relações estabelecidas através de parentescos tornam-se importantes para a permanência de Othon d’Eça no cenário político. Após o falecimento de sua mãe, quando tinha dois anos de idade, Othon foi

então, criado entre os primos e primas, tendo uma delas, Irene, como irmã. Estendia o afeto por Irene ao seu marido, Ivo d’Aquino. Este, quando foi cumprir mandato de deputado federal no Rio de Janeiro, em 1945, entregou a presidência da ACL a Othon.²¹¹

Ivo d’Aquino, formado em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, assumiu durante a década de 1920 os cargos de prefeito de Canoinhas e deputado continuamente reeleito (de 1922 a 1930); além disso, foi presidenteda Academia Catarinense de Letras de 1938 a 1945 e membro do IHGSC.²¹² As redes de sociabilidade estabelecidas pelos laços familiares e, como vimos no capítulo anterior, pelos ambientes literários foram importantes nas oscilações de poder derivadas das forças políticas do estado. Mesmo com o surgimento da oposição representada pelos Ramos, a sua inserção no cenário político do Estado manteve-se. Para Correa, “o processo político catarinense foi de um continuísmo oligárquico em que as preocupações maiores estavam em deixar no poder os membros de um Partido único, unidos entre si por laços consanguíneos”.²¹³

Com a vitória de Vargas, foi nomeado o interventor gaúcho Ptolomeu de Assis Brasil para Santa Catarina. Os catarinenses reprovaram a atitude e pediram que fosse nomeado

²¹⁰ Ibid., p. 188.

²¹¹ **O Estado**. Florianópolis, 12 de dezembro de 1999.

²¹² Foi secretário da Viação, Obras Públicas e Agricultura em 1936. Durante o Estado Novo, foi Secretário do Estado da Justiça, Educação e Saúde, tendo assumido algumas vezes a interventoria, em caráter interino. Foi senador (1947-1951). Atuou ao lado de Nereu Ramos, colaborando na obra iniciada nesse governo a partir de 1938, em benefício da educação nacional. Ao término do Estado Novo, em 1945, elegeu-se simultaneamente a deputado federal e senador. Em 1942, escreveu *Nacionalização do ensino: aspectos políticos*. Obra que “é impar em considerações sobre o aspecto etnográfico do Estado, sugestões de disciplina patriótica, necessidade de intervenção nos núcleos coloniais para “conter” a língua, enfim, a todas as escolas antes chamadas de “estrangeiras” agora instilavam no corpo da Nação o veneno de um perigoso racismo, afeiçoando às mentalidades de crianças brasileiras as ideologia e mitos (...) de uma outra pátria, em competição com a que verdadeiramente deveriam sentir e amar.” D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do ensino: aspectos políticos*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942. P. 17-18 apud FÁVERI, Marlene de. **A educação entre o silêncio e a norma: tensões na escolarização durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Educacao,_cidadania_e_intercultura/Trabalho/02_19_05_t468.pdf

²¹³ CORREA, 1984, p. 25-26.

alguém da região para governar o estado, pedido duas vezes negado, pois outro interventor gaúcho, Rui Zubaran (irmão do primeiro), foi nomeado. Esse evento é importante para a análise da conjuntura, porque foi justamente nesses anos que se deu o período de maior efervescência política do estado. Como em todo o país, várias organizações e partidos políticos se mobilizaram em Santa Catarina para a retirada do interventor e para disputar as eleições de 1933, o que “representou para o Brasil, e particularmente para Santa Catarina, abertura política até então desconhecida”.²¹⁴

A década de 1930 foi marcada, portanto, por uma abertura muito importante no cenário nacional. Grupos que se encontravam fora das disputas políticas, marcadas pelo controle das oligarquias, viram no governo varguista a possibilidade de chegar ao poder ou, ao menos, disputá-lo. A criação de novos partidos e grupos foi resultado das diferentes propostas para o país, que já apontavam desde a criação da República. As críticas ao regime partiam de setores desapontados com os rumos do Brasil e influências de projetos de diferentes países passam a ser comuns.

Dentre essas propostas, o fascismo italiano da década de 1920 também se apresentava como uma alternativa. No Brasil, a Legião Cruzeiro do Sul, inspirada neste movimento, e o grupo Cravo Vermelho, formado por policiais que perseguiram líderes sindicalistas no Rio de Janeiro, foram, segundo o historiador Pedro Ernesto Fagundes, os primeiros grupos de extrema direita formados.²¹⁵ Houve ainda a criação do Partido Fascista Brasileiro, em 1930, que tinha clara influência do fascismo italiano, cujo projeto fundamental era o combate ao comunismo. No mesmo sentido, o Partido Sindicalista Brasileiro, criado em 1928, com a liderança de Olbiano de Mello, pretendia a sua organização com base nas milícias, além de optar pelo voto profissional em detrimento do sufrágio universal, estrutura que possibilitaria um “Estado Sindical com base na representação corporativista”.²¹⁶

A Ação Social Brasileira, também inspirada no fascismo italiano, chamava atenção por, além de ostentar vestimenta uniforme e o poder do líder, apresentar disciplina e modelo de organização baseado em níveis: patrícios, centúrias e legiões. A Legião 3 de Outubro, tendo Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari como principais lideranças, foi formada após a desintegração do Partido Republicano Mineiro, com o apoio de setores da

²¹⁴ Id., p. 55 – 57.

²¹⁵ FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os primeiros anos da Ação Integralista Brasileira (AIB): da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) ao I Congresso Nacional da AIB. In: VICTOR, Rogério Lustosa (org). **À Direita da direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011, p. 47.

²¹⁶ Ibid., p.48.

Igreja Católica e do Exército. Porém, “veio do nordeste do país a organização que conseguiu estruturar-se e atrair um amplo leque de filiados e militantes”: a Legião Cearense do Trabalho (LCT), idealizada em 1931 pelo tenente Severino Sombra, que uniu os sindicatos e as associações de classe do Ceará. De acordo com Fagundes, “a concepção de sua estrutura teve como guia o modelo de sindicalização traçado pelo Ministério do Trabalho da administração Vargas. Sua meta era congregar todos os trabalhadores em defesa de seus direitos por meio de uma forte organização”.²¹⁷

Baseada nas relações trabalhistas, a LCT foi renomeada, em 1932, como Legião Brasileira do Trabalho, com vistas a agregar novos estados do Nordeste. Essa organização passou a ter grande destaque em revistas e jornais e sua intensa atividade fez com que Severino Sombra buscasse contato com grupos semelhantes em outras regiões do país. Assim, “foi marcado um encontro no Rio de Janeiro em 1932, mais precisamente no dia 10 de julho, entre Sombra (Legião Cearense do Trabalho), Olbiano de Mello (Partido Nacional Sindicalista) e o jornalista Plínio Salgado”.²¹⁸ Com o afastamento de Severino Sombra, ocasionado pelo seu envolvimento na Revolução Constitucionalista de 1932, Plínio Salgado destacou-se como liderança da Ação Integralista Brasileira, apresentando, em conjunto com os primeiros integrantes, a capacidade de “fundir, em um movimento unificado em centralizado, características de cada uma das organizações que se incorporaram ao partido”.²¹⁹ Por conta disso, a AIB já surgiu com diversos núcleos espalhados por todo o país, e “a aglutinação desses vários atores políticos de diferentes regiões do país foi primordial para o crescimento do capital político dos integralistas”.²²⁰

Não existe consenso entre os pesquisadores do Integralismo em relação à sua criação em Santa Catarina;²²¹ porém, no texto de Plínio Salgado intitulado *Três gerações* (1968), o nome de D’Eça aparece como o responsável por levar o Integralismo ao Estado de Santa Catarina na primeira geração:

²¹⁷ Ibid., p.49.

²¹⁸ FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os primeiros anos da Ação Integralista Brasileira (AIB): da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) ao I Congresso Nacional da AIB. In: VICTOR, 2011, p. 50.

²¹⁹ Ibid., p. 51.

²²⁰ Ibid., p.51

²²¹ O movimento integralista é tema da historiografia brasileira desde 1940, na abordagem de âmbito nacional do movimento. Em Santa Catarina, especificamente, foi abordado recentemente pela historiografia. O trabalho de René Gertz, de 1987, parte de uma perspectiva diferente na análise do movimento integralista que, quando olhada sob o âmbito nacional, tinha a variável étnica como principal fator de aceitação. Partindo do âmbito regional, Gertz ressalta a política regional e as questões econômicas como facilitadores da expansão da doutrina no Estado. Para Luis Felipe Falcão, foi a difusão “de certa concepção nacionalista que proporcionou a singularidade mais notável do Integralismo”. ZANELATTO, 2007, p. 17-18.

O professor Gofredo da Silva Teles Junior, em discurso que certa vez pronunciou em minha presença disse, apontando para mim: “este homem veio para cansar gerações”. Até certo ponto, pois muito trabalho dei a geração sucessivas, desde 1931. Mas não foi só trabalho; era incitamento a realizações, estímulo ao poder criador dos valores que iam sugerindo e que, pelo seu próprio esforço, manifestaram-se na vida brasileira com altos padrões de cultura. A primeira geração colocarei entre 1931 e 1945. (...) No Paraná, sob a liderança de Jorge Lacerda, o verbo poderoso de Rocha Loures, a lúcida inteligência de Edgard Távora, Euro Brandão, Zagonel Passos, Linhares Lacerda, faltando-nos elementos para mais amplas citações, formou-se uma corrente de líderes do movimento renovador, abrangendo Santa Catarina, onde Oto[sic]Gama d’Eça orientava a gente nova.²²²

As fontes sobre a atuação de d’Eça na AIB são escassas: encontramos na bibliografia analisada apenas recortes de sua atuação no partido. Mesmo assim, é possível perceber que a sua atuação foi fundamental para a criação e expansão do integralismo no estado. Na imagem abaixo, por exemplo, podemos ver Othon d’Eça à esquerda de Plínio Salgado no Congresso de Blumenau, que ocorreu em 1935:

Figura 7 – Congresso de Blumenau, 1935



Fonte: Arquivo Público de Rio Claro (FPS A30, foto 217, frente)

²²² Texto escrito e publicado em 05 de Maio de 1968. SALGADO, Plínio. Três gerações. In: **Frente Integralista Brasileira**. Disponível em: <http://www.integralismo.org.br/?cont=50&ox=10>. Acesso em: 16 de agosto de 2005.

O cargo de diretor do jornal integralista *Flamma Verde* é importante para a análise de sua atuação política, uma vez que os jornais eram o principal instrumento de propagação da doutrina. Diferentemente dos outros jornais integralistas que circulavam em Santa Catarina, que tratavam de notícias locais e/ou regionais, *Flamma Verde* tinha uma “atuação estadualizada”, ou seja, veiculava notícias de todo o estado. Outra particularidade é a forte presença da questão do sindicalismo, mostrando que, apesar do discurso integralista dirigir-se à classe média, a AIB estava buscando adeptos entre os trabalhadores.²²³ Nas palavras do próprio líder Gama D’Eça:

A democracia integralista, meu caro, como a fascista, não desce a confraternizar com as massas, mas permite que ellas subam aos níveis superiores e delle façam parte os seus sindicatos e as suas corporações, órgãos de Direito Público.²²⁴

Antes mesmo da circulação deste jornal, porém, d’Eça organizou uma seção integralista no jornal *A Gazeta do Povo*, de Florianópolis:

Iniciamos hoje a secção integralista.

No intuito de acolher, nas suas columnas, todos os pensamentos e ideologias que não pretendam destruir a ordem social, *A Gazeta* franqueou também à Acção Integralista Brasileira este canto para doutrinação ou qualquer outra espécie de publicação que interesse ao integralismo.

Não é uma excepção, uma preferência ou um privilégio. O jornal, hoje em dia, tem um character informativo, mesmo que possua compromissos partidários.

Por isso deve servir também às varias correntes em que se divida a opinião publica, ainda uma fôrça ponderável nas democracias modernas, embora todas as refutações. (...) ²²⁵

A Gazeta era propriedade do jornalista Jairo Callado, que era também o seu diretor. Apesar de ceder espaço para os pronunciamentos dos integralistas, em especial d’Eça, o responsável por esta coluna,²²⁶ o jornal cedeu lugar também a críticas em diversos sentidos, inclusive ao integralismo. Na nota transcrita abaixo, por exemplo, mesmo sendo uma sátira sem autoria expressa, podemos notar a relação que alguns eleitores estabeleciam com os partidos e até mesmo alguns redutos formados pelas divisões partidárias que tornaram-se presentes pela primeira vez no Estado no pós-30:

²²³ ZANELATTO, 2007, p. 335-6.

²²⁴ Entrevista de Othon d’Eça para jornal. *A Gazeta*, Florianópolis, 26 de setembro de 1934, p.3.

²²⁵ *A Gazeta*, Florianópolis, 22 de Agosto de 1934, p.2.

²²⁶ Não há assinatura na seção da revista. Atribuímos a responsabilidade de d’Eça por conta da leitura do próprio jornal *A Gazeta*, como ficará mais claro a seguir.

As eleições de Outubro: Notas e Commentários

Hoje pela manhã, quando saboreávamos uma chicara de café, no afreguezado Rio Branco, ponto de constantes reuniões políticas, nos foi dada oportunidade de ouvir a conversa de dois eternos gozadores dos homens públicos e dos partidos políticos de nossa terra.

Dizia um delles – As sedes dos nossos partidos políticos, estão situadas em logares que bem condizem com o meio em que vivem e as situações que desfructam.

–Como assim? Indaga o outro.

– Ora, veja só. O Partido Liberal tem sua sede numa república e está cercado de dezenas de casas de famílias.

È só somaR.

A Legião Republicana vive envolvida pela fumaça das chicaras de café, cadê baixo, Esta sempre nas nuvens.

O Partido Republicano aprendeu com o visinho, o Cine Odeon, a technica de filmagem e representação.

Nas proximidades, existe a Cathedral Metropolitana, onde vão os republicanos, de vez em quando, se penitenciar dos seus pecados mortaes.

–O Evolucionista, não poderás criticar, pois não tem sede.

– Sim. É um partido volante; está na mesma situação de um recém-chegado em terra estranha, que anda só. Faltam-lhe companheiros. As reuniões dos evolucionistas, como deves saber, são na Pharmacia, talvez procurando minorar as dores e os abatimentos.

–E o Integralista? – não é partido político, portanto está a salvo das tuas apreciações.

–Os integralistas reúnem-se no Lyceu de Artes e Officios, que teve antigamente um bello museu. O d'Eça, com o seu nome fúnebre, restabeleceu o museu e está aprendendo, com arte, o officio de commandar militares.²²⁷

O conteúdo das seções dedicadas ao Integralismo variava entre questões doutrinárias e avisos de eventos, parecidos com os que seriam veiculados posteriormente, no *Flamma Verde*.²²⁸ Em entrevista para *A Gazeta*, em 1934, d'Eça mostra-se otimista em relação às eleições daquele ano:

Encontramos o dr. Othon d'Eça no café da Ilha, conversando com Alberto Stein, Chefe Municipal de Blumenau.

–Então – atiramos logo – o Integralismo se aprompta para as próximas eleições?

– Sim – respondeu-nos o Chefe Provincial – iremos às urnas: queremos o voto para destruímos o próprio voto. Quanto às chapas, já as enviei ao Chefe Nacional e ao Departamento Nacional de Organização Publica.

–Espera o Nihil obstat de S. Paulo?

– De S. Paulo não! Do chefe Nacional do Integralismo. Espero que elle aprove a composição das chapas. Si tal der, publica-la-ei immediatamente.

²²⁷ *A Gazeta*, Florianópolis, 29 de agosto de 1934, p. 3

²²⁸ Cf. PONTES, Gustavo Tiengo. *Adeptos do Sigma em Florianópolis: Estudo sobre o periódico “Flamma Verde” e a presença integralista na capital catarinense*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

Antes disso nada lhe posso dizer.

–Questão de sigilo ou disciplina?

–Ambos. Apenas posso lhe adiantar que não serei candidato. Não se justificaria que eu dirigisse, orientar, como Chefe Provincial, a minha própria candidatura.

–Mas, – insistimos – não será uma incoerência apelar para o voto, se o Integralismo combate a Democracia, de que o voto é a expressão popular?

–Em primeiro lugar, não: Mussoloni, Hitler e o próprio Lenine foram, mais de uma vez, às urnas, com o fim de exercitarem as suas hostes e de afastar, ainda, os seus companheiros das lutas dos Partidos. E elles também combatiam a Democracia-liberal. Em segundo, também não; nós não mendigamos o voto nem reconhecemos no voto essa expressão popular de Democracia, a que V. se referio.

Para nós a Democracia não se exercita através do tal suffragio universal e dos Partidos, como não pôde ser essa indecorosa mendicância de solidariedade, esse falatório demagógico, retumbante, com que cada Partido, como os camelots, apregoam a sua mercadoria política, que é sempre a melhor, a mais pura, a mais bem feita e a mais barata...(…)

Só a representação dos trabalhadores é representação popular. Não se comprehendem representações com carácter exclusivamente político-partidário; ellas tem de ser profissionais.(…) ²²⁹

No dia 2 de outubro de 1934, Othon assina a autoria do texto veiculado na seção destinada aos integralistas. Para o chefe provincial, o salário mínimo não poderia ter êxito dentro das “realidades institucionais brasileiras”, pois “o Estado liberal-democrático é anti-intervencionista; nada pode fazer em relação à economia privada burguesa”. Portanto, só haveria uma “solução: a revisão radical dos códigos individualistas, uma reforma econômica e moral completa e absoluta”. Segundo a doutrina integralista, esta revisão “só será possível dentro do regime corporativo, de uma nova estrutura orgânica do Estado”, que não esteja subordinada à lei da oferta e da procura. Segundo seu texto, caso o salário mínimo fosse implementado naquela conjuntura, o aumento dos preços que acompanharia a ampliação do salário mínimo inutilizaria a conquista adquirida:

É preciso atender-se os direitos fundamentais do homem que se não podem sugar nem ao sentido capitalista da liberal democracia, nem a ortodoxia marxista do regime soviético.(…)

O proletário brasileiro somente terá garantias eficazes, liberdade de trabalho dentro do seu sindicato e da sua corporação, quando o sindicato deixar de ser uma simples sociedade civil, para se tornar um órgão do Estado.(…)

Porque, nos regimes como o nosso, é impossível fazer prevalecer, como conseguiu Hitler na Alemanha nazista e Mussolini na Itália Fascista, sobre o direito

²²⁹ **A Gazeta**, Florianópolis, 26 de setembro de 1934, p.1.

violento do economicamente mais forte – os altos interesses da comunidade trabalhadora.²³⁰

Em 12 de março de 1935, Othon é entrevistado novamente pelo jornal *A Gazeta* para esclarecer o anúncio de despejo do Núcleo Integralista de Florianópolis. D'Eça afirma que o Estado cogitou o assunto, pois “há muito tempo que se falla em installar no prédio do antigo Lyceu uma Escola qualquer”. Em seguida, d'Eça argumenta defendendo o direito da organização existir, como qualquer outro partido registrado da cidade, e “o mandado de segurança etc. que protege as actividades pacificas desses partidos, pode ser por nós invocado a qualquer momento”.²³¹ O fechamento da sede integralista realmente aconteceu, em outubro de 1936, como veremos mais adiante.

Um evento importante ocorrido em junho de 1935 marca o fim da coluna Integralista no jornal *A Gazeta*, assim como, de acordo com muitos artigos do jornal, o início de certa hostilidade entre o diretor Jairo Callado e d'Eça. Na edição do dia 14, *A Gazeta* publicou, na capa e em letras garrafais, a seguinte noticia: “DENUNCIA contra o capitão Renato Tavares: O chefe integralista dr. Othon Gama d'Eça, apresentou denuncia ao commando da Guarnição Federal contra o vice-presidente da Alliança Nacional Libertadora, neste Estado, Sr. Capitão Renato Tavares”. Em letras menores, o jornal indica que “nessa denúncia o chefe integralista accusa aquele official de excessivo partidarismo”.²³²

Na origem desta acusação estava um texto muito enfático do capitão Tavares contra o Integralismo, publicado na edição do dia anterior do jornal *O Estado*. Ao colocar a ANL como “organização nacional, na mais legitima expressão, [que] tem um programma claro e definido que orienta esta luta, incluindo nella todos os verdadeiros patriotas, sem distincção de tendências políticas, philosophicas e religiosas”, Tavares também afirma que o Integralismo é “a politica da violencia, dos latifundiários, politica do desespero dos imperialistas na sua agonia!”.²³³

Sendo assim, no dia 15 de junho a notícia de *A Gazeta* apresentava a seguinte noticia de capa: “O capitão Renato desafia o dr. Othon d'Eça para um duelo: O chefe integralista não aceitou o desafio – É verdadeira a manchette de ontem de “A Gazeta”. A reportagem acrescenta um grande retrato de Tavares e, em seu texto, a carta intimidadora do capitão:

²³⁰ D'EÇA, Othon. Pelo salário mínimo. In: **A Gazeta**. Florianópolis, 2 de outubro de 1934, p. 2 e 6.

²³¹ **A Gazeta**, Florianópolis, 12 de março de 1935, p. 1.

²³² **A Gazeta**, Florianópolis, 14 de junho de 1935, p. 1.

²³³ **O Estado**, Florianópolis, 13 de junho de 1935, p. 3.

Florianópolis – 15 de junho de 1935 – Othon Gama d'Eça – Considerando indigno o teu acto, com quem o Sr. procedeu com deslealdade, exigo que retire imediatamente a denuncia sob pena de bater-se comigo dentro do prazo Maximo de 24 horas, em duelo. Si não acceitar o duelo dissolva o integralismo, em Santa Chatarina, para que os seus actos não sejam imitados na minha terra, ordenando antes aos integralistas, que acobertem sob a bandeira digna da A.N.L.

São portadores desta carta os senhores Alvaro Ventura e Antonio Luz minhas testemunhas.

Exijo resposta imediata sob pena de publicar a carta, considerando-o covarde. (a) Renato Tavares da Cunha Mello, vice-presidente da A.N.L em Santa Catharina.²³⁴

O duelo, como observado pelo jornal, não foi aceito. A resposta de d'Eça não deixou de ser publicada:

Sr. Capitão Renato Tavares. Acabo de ser procurado pelos srs. Alvaro Ventura e Antonio Luz, que me entregaram sua carta cujos termos não me alterariam si não fora a necessidade de restabelecer a verdade sobre o assumpto.

Em carta que será publicada pelo O Estado refuto a manchette de ontem de A Gazeta.

Autorizo o Sr. Commandante da Guarnição a dar publicidade dos termos da minha denuncia, si Ella existir.

De Facto estive com o Sr. Major Soares dos Santos na manhã do incidente entre o Sr. e o meu companheiro Luiz Medeiros.

Mas, o relato verbal dos factos, vehemente ou não via pública, não póde constituir, é lógico, uma denuncia regular.

Há formalidades que não podem ser postas de lado e eu tenho a obrigação de as conhecer.

Como sempre ao seu dispor. (a) Othon d'Eça. Florianópolis, 15 de junho de 1935.²³⁵

A carta publicada pelo jornal *O Estado* a qual d'Eça se refere reafirma que a denúncia feita ao capitão Tavares não foi formal, e explicita algumas posições importantes:

Meu caro Altino.

A GAZETA de ontem, com estardalhaço e grandes letras, lançou em manchette uma inverdade. Eu não denunciei o Sr. Capitão Renato Tavares ao Commando da Guarnição por excessivo partidarismo.

Nada tenho que ver com as reservas ou com os excessos ideológicos dos que formam sob bandeiras differentes da minha bandeira. Seria profundamente estúpido si andasse pelas ruas a fiscalizar os gestos e as atitudes de quem quer que seja.

Não compreendo a intolerância política ou religiosa, como não admitto privilégios de nenhuma espécie. Por isso, exijo que respeitem os meus pontos de

²³⁴ **A Gazeta**, Florianópolis, 15 de junho de 1935, p.1.

²³⁵ **A Gazeta**, Florianópolis, 15 de junho de 1935, p.1.

vista, revoltando-me todos os actos que importam em negar aos outros os mesmos direitos que pleiteamos em nosso benefício.

Tanto a Allainça Nacional Libertadora como a AÇÃO Integralista Brasileira têm o mesmo direito de reunião interna ou na praça pública. Nem uma nem outra organização podem impedir, sem ferir disposições constitucionais que ambas garantem, o exercício dessas actividades políticas.

No dia 11 do corrente, após o incidente entre o Capitão Tavares e o Sr. Luís de Medeiros, de facto mandei procurar o offendido para levar ao Commando da Guarnição. E só desisti desta resolução quando vim a saber que o Sr. Luís Medeiros havia partido para Blumenau, a cujo Nucleo Integralista pertence. Sei que só por meio de uma representação devidamente assignada seria possível qualquer procedimento por parte do Commando da Guarnição. Por mais vehemente que pudesse ter sido o meu protesto verbal, o Sr. Major Soares dos Santos nada poderia fazer sinão agir pelos meios regulares, ouvindo e mandando tomar por termo as declarações do offendido, etc.

Assim, a manchete de ontem, de A GAZETA, não tem nenhum fundamento e só se justifica pelo desejo do sensacional que, nos tempos que passam, desorienta os espíritos mais lúcidos.

Com um abraço muito cordial, confrade e amigo grato.

Florianópolis, 15 de Junho de 1935.

OTHON D'EÇA²³⁶

É relevante o laço de amizade que realmente existia entre Othon d'Eça e Altino Flores, editor do jornal *O Estado* – como vimos no capítulo anterior, os dois dividiam grande prestígio na literatura catarinense. Por outro lado, o laço de amizade de d'Eça com o editor do jornal *A Gazeta* parece ter se rompido com esses eventos, pois, no dia seguinte, começam a aparecer acusações a respeito de d'Eça vindas do jornal de Jairo Callado. Algumas destas acusações não fazem o menor sentido, apelando para o lado piadista de d'Eça para tentar abalar a sua imagem,²³⁷ como a nota da edição de 17 de junho de 1935:

A PEDRA QUE ARREMESSOU, BATEU-LHE NA CABEÇA...

Commentavam ontem, na Confeitaria Chiquinho dois aliancistas:

–Sabes da última mentira do recordista nesse esporte, o dr. Othon Gama d'Eça?

Há, o homem não satisfeito em mentir 20 vezes por hora, vae para frente do espelho, de vez em quando, para mentir a si mesmo. Conta lá.

–Pois escuta esta. Contou-me o Othon d'Eça que, quando garoto, praticava, com proveito, o esporte, tendo conquistado grande agilidade nas pernas... (tenha-se em vista a sua participação no combate de Campos Novos). Tornára-se tão ágil, que de uma feita – dizia-me o Gama d'Eça – jogára uma pedra com grande impulso e corrêra velozmente. No jogar que a pedra ia cahir, quando esta chegou, elle já lá

²³⁶ *O Estado*, Florianópolis, 15 de junho de 1935, p.1.

²³⁷ Na maioria dos depoimentos encontrados sobre d'Eça fica claro que ele possuía um grande senso de humor, gostando inclusive, de “pregar peças” em seus colegas mais próximos.

estava, calmamente sentado, fumando um charuto e despreocupado. A pedra, que durante este tempo estava a caminho, bateu-lhe na cabeça, para depois ir ao solo.

Veja só que prodígio, arremessou a pedra e correu indo esta bater-lhe na cabeça...²³⁸

Em resposta, *O Estado* publica um texto assinado por um certo “Dom Quixote”, que opina sobre o duelo ao qual d’Eça fora intimado. Não foi possível descobrir a identidade do autor do texto, mas ele demonstra que o jornal posicionou-se a favor de d’Eça na contenda como capitão Tavares:

A propósito de um desafio para duello, feito a uma pessoa de marcado destaque social em nosso meio, é oportuno dizer-se alguma cousa.

Cá para mim julgo que pessoas ditas communistas e que por conseguinte toda a espécie de privilegio e nobreza combatem com ardor e bellica coragem, descambam para o campo de incontestáveis incoherencias ao quererem vale-se, para se lavarem de suppostas injúrias, do duello – “instituição” eminentemente feudal e nobre. (...) ²³⁹

Os comentários, porém, passaram de simples ofensas para denúncias graves. No dia 22 de junho são publicadas n’A *Gazeta* notas do Tesouro acusando d’Eça de recebimentos indevidos decorrentes dos cargos públicos que ocupou. Segundo o jornal, a notícia dessas notas só não fora publicada antes a pedido de amigos de d’Eça, que alegavam que ele sofria de problema sério no coração. Demonstrando consideração por alguns destes amigos, Jairo Callado decidira encerrar o assunto; porém, “com imensa surpresa nossa, entretanto, appareceu ôntem no *O Estado*, com as honras de um circulado em negrito, um impagável repto, firmado pelo não menos impagável e ridículo Sr. Baby”.²⁴⁰ Após a resposta de d’Eça, A *Gazeta* publica uma serie de dados sobre os salários recebidos, datas e cargos ocupados até chegar o ano de 1927:

Para leitura dessas certidões, verifica-se que o Sr. Baby, embora exonerado a 7 de julho de 1927 do último cargo, recebeu parcelladamente, depois dessa data, a importância total de ... 6:650\$000, pela verba “eventuaes”, sem que houvesse nova nomeação ou designação para qualquer função pública estadual remunerada depois de sua exoneração da Chefia de Policia!

²³⁸ **A Gazeta**, Florianópolis, 17 de junho de 1935, p. 2.

²³⁹ **O Estado**, Florianópolis, 18 de junho de 1935, p. 3.

²⁴⁰ Baby era o apelido de d’Eça. Ele era assim chamado por muitos de seus amigos. **A Gazeta**, Florianópolis, 22 de junho de 1935, p. 2.

É também neste texto que percebemos que Othon d'Eça era o responsável pela coluna integralista no jornal:

E, a esse homem que nem soube cumprir um compromisso com a direcção de A GAZETA para a publicação da secção integralista, mesmo porque para elle compromissos, como as denúncias, não têm nenhum valor quando verbaes (...)²⁴¹

Em relação às denúncias apresentadas, d'Eça justifica os recebimentos em texto publicado n'O Estado:

Não li o que o dono de A Gazeta escreveu sabbado contra mim. Por certo, bolsou muita torpeza, muito insulto e muita sandice. Em 1930, as Comissões de Syndicancias nada encontraram contra a minha gestão na Chefia de Polícia de Santa Catharina. (...)

Todo mundo sabe que, de 1918 a 1927, fui funcionário do Estado: Official de gabinete do governador Hercilio Luz, promotor da Capital, promotor de Lages, Juiz de Direito de Campos Novos, delegado auxiliar e chefe de Polícia. Tendo sido exonerado, a pedido, deste ultimo cargo, em meados de 1927, até Dezembro desse anno estive prestando serviços à secretaria do interior. (Ver officios no Thesouro) (...)

Quanto á ajuda de custo não há quem possa, de boa fé, negar a legitimidade. Ontem, como hoje, todos os funcionários recém-nomeados a recebem.

E relativamente ás importâncias que me foram pagas, mensalmente, pela verba Eventuais ou outra qualquer, a juízo do governo, consta dos officios que estão no Thesouro do Estado o motivo: Serviços Prestados à Secretaria do Interior. O dono de "A Gazeta", criminosamente, requereu a certidão do pagamento que me foi feito totalmente!!! Por ahi se poderá avaliar o quilate do seu caráter. (...)

Enquanto estive no exercício do cargo de Chefe de Polícia, nada percebi além dos meus vencimentos; nunca ninguém me viu fazendo cursos nos automóveis officiais, nem viajando por conta do Estado, nem vivendo à custa de suor alheio! (...)

Poderia, certamente, descer ao lodo em que espadana o dono de "A Gazeta"; mas... sujaria a sola dos meus sapatos. Ellepóde continuar a aggreir-me. Não lhe darei, nunca mais, a honra de uma resposta.²⁴²

Essa contenda, que passou do desentendimento de d'Eça com o capitão Tavares ao jornal *A Gazeta* e seu diretor, se originou da disputa entre aliancistas e integralistas bastantes presentes em Florianópolis, que chegavam ao ponto de se agredirem fisicamente.²⁴³ Segundo Thiago Oliva Lima de Araújo, baseado no depoimento de Ladislau Fischer, o capitão Tavares

²⁴¹ *A Gazeta*, Florianópolis, 22 de junho de 1935, p. 1.

²⁴² *O Estado*, Florianópolis, 24 de junho de 1935, p. 1.

²⁴³ Cf. ARAÚJO, Thiago Oliva Lima de. **O café amargou: em disputa um horizonte de expectativas entre integralistas e aliancistas na cidade de Florianópolis na década de 1930**. TCC. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012.

realmente era uma “figura que empregava a política partidária um elevado grau de dedicação”,²⁴⁴ assim como d’Eça afirmara. Essa militância era tão extrema que chegou a disparar um tiro em um companheiro aliancista, em julho do mesmo ano, após a notícia de que uma assembleia seria convocada para analisar o comportamento do capitão e a decisão de mantê-lo como presidente do diretório da ANL.²⁴⁵

O jornal *O Estado* apresentou uma coluna com a visão geral das disputas entre integralistas e aliancistas afirmando que os extremismos dos grupos políticos presentes na cidade tiraram Florianópolis de sua condição de “cidade morigerada e pacata”.²⁴⁶ Também nesse texto é possível perceber como um conflito isolado pode apresentar tal repercussão:

Ha poucos dias, como um integralista quisesse arrancar da parede externa de uma casa commercial um desenho crítico, julgado injurioso ao partido de que é diretor o sr. Plínio Salgado, um capitão do exercito, prócer da ANL, não trepidou em recorrer á força física, para impedi-lo. O incidente, que parecia não ter maior importância, envolveu, a seguir, o chefe provincial integralista e conspurcou, até, a camaradagem reinante entre os profissionais da imprensa local. (...) ²⁴⁷

Podemos concluir que o ano de 1935 foi de grande agitação política na cidade. As disputas ideológicas acirravam os militantes das correntes políticas e atingiam os moradores da cidade, enquanto a imprensa retratava o infortúnio causado pelos chamados “extremistas” da política. No mesmo ano, a ANL é fechada e em novembro eclode a Intentona Comunista. Em relação à AIB, notícias são veiculadas com o anúncio de que o “governo dissolverá as milícias integralistas”, assim como as da ANL. No ano seguinte, a sede da AIB de Florianópolis recebe uma ordem de fechamento, cujos motivos estão discriminados no ofício

²⁴⁴ Ibid., p. 47.

²⁴⁵ Ibid., p. 52-57.

²⁴⁶ A fama de pacata cidade é questionada em diversos trabalhos recentes. Podemos citar como exemplo a declaração de guerra do Brasil à Alemanha: “Quando a confirmação da noticia chegou em Florianópolis, comícios e passeatas foram organizadas no centro da cidade, em meio aos quais populares, carregando bandeiras brasileiras, gritavam vivas ao Brasil e morras à Alemanha. A partir daí, tumultuos e apedrejamentos vão se suceder em diferentes locais, tendo inicio na livraria de Alberto Enters, numa das esquinas da Praça XV de Novembro, que teve as vidraças da porta e das janelas arrebentadas. Depois, foi a sede do Clube Germânia, invadida e destruída inteiramente, sendo o seu piano atirado no meio da rua. Não contentes, os manifestantes atacaram ainda o Tiro Alemão (ou mais propriamente Sociedade de Atiradores), quebrando tudo o que encontravam pela frente e posteriormente incendiando o prédio. Retornando à praça, a multidão atirou paus e pedras trazidos do Clube Germânia sobre os soldados convocados para coibir abusos, sendo também ouvidos alguns disparos que não chegaram a molestar ninguém”. *O Dia*, de 6 de novembro de 1917 apud BRANCHER, Ana (org) **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p.174.

²⁴⁷ *O Estado*, 4 de julho de 1935, p.1.

expedido pelo secretário de segurança pública Doutor Claribalto Vilarim de Vasconcelos Galvão ao governador do estado, Nereu Ramos:

Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública
Florianópolis, 5 de outubro de 1936
Exmo. Snr. Dr. Governador do Estado
NESTA

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelencia a copia da Portaria que baixei em data de 9 do corrente para o fechamento da sede da Ação Integralista Brasileira nesta capital.

Da portaria e da respectiva certidão passada no verão da mesma pelo escrivão desta Secretaria, se vê:

1º - Que antes de ser fechada a sede em questão, foi procurado nesta cidade o Chefe Provincial, Sr. Dr. Othon Gama D'Eça, o qual não foi encontrado.

2º - Que, na sua falta, foram intimados os srns. Luiz Souza, Celso Mafra Caldeira de Andrade e Hans Buendgens, membros da diretoria da referida agremiação e substitutos do chefe provincial.

No mesmo dia, às 17 horas, foi o Sr. Othon Gama D'Eça, por sua vez, notificado da resolução do Governo, conforme seu depoimento constante nos autos.

Tratando-se de um assunto que interessava á ordem política e social do paiz e de factos a serem apurados em investigações policiais, pareceu-me desnecessário a inserção da referida Portaria na imprensa, por não dever a policia tornar-se pública, visto tratar-se de uma diligencia de caráter que altamente interessava á ordem política e social do paiz.

Como Vossa Excelencia sabe, os Governos da Bahia, Alagoas e outros, baseados no estado de guerra, ordenaram dentro dos seus Estados o fechamento de todas as sedes integralistas, como medida preventiva á segurança do regime vigente no paiz, visto terem apurado que os adétos do “sigma”, planejavam um golpe, com o intuito de abalarem os alicerces das instituições.

Daqui, o ato de Vossa Excelencia, determinado a esta Secretaria o fechamento da sede provincial, ato que se acha perfeitamente apoiado na Lei de Segurança Nacional, pois não é de hoje que os integralistas vêm ameaçando as autoridades estaduais e pregando franca e abertamente a mudança de forma de Governo, o que fazem não é só em suas sedes como até em plena praça pública.

As declarações prestadas nesta Secretaria pelo Sr. Dr. Othon Gama d'Eça confirmam o teor da Portaria, pois o mesmo não negou os factos nela alegados e que determinaram o fechamento.

Para melhor justificação da Portaria, está a entrevista dada pelo snr. Plinio Salgado ao jornal “A noite”, do Rio de Janeiro, de 14 de Setembro ultimo, transcrita em o nº668 do jornal “A Gazeta” desta cidade, onde diz que o Governador catarinense deve ser preso e que não apodera de Florianópolis , à força, porque não quer.

Tal afirmação feita pelo Sr. Plínio Salgado é uma ameaça mais forte do que a que foi feita pelo Sr. Othon Gama D'Eça e vem corroborar as declarações e intenções do Chefe Provincial do Integralismo neste Estado, em querer perturbar a vida econômica e administrativa do Estado.

Não pode haver maior perigo para as instituições vigentes de um pais, do que ameaças desta natureza, onde se chega ao cúmulo de dizer-se textualmente o seguinte: “Não me apodero do Governo, porque não quero”.

Os atos de polícia mandando fechar a sede provincial da Ação Integralista Brasileira nesta cidade escapam da apreciação do juiz seccional do estado da Bahia, porque, no caso em apreço, foi baseado no estado de guerra e dele os representantes da Ação Integralista Brasileira foram notificados conforme a certidão passada no verso da Portaria, baixada por esta secretaria.

A secretaria de Segurança Pública limitou, por enquanto, a medida tomada em Florianópolis, pois os delegados de polícia dos municípios, são unânimes em afirmar telegraficamente, que nenhuma sede integralista foi fechada no interior do estado aproveito o ensejo para apresentar a vossa excelência os protestos do meu alto apreço e distinta consideração.

Tendo em vista este ato, d'Eça escreve um extenso mandado de segurança, pedindo a reabertura da sede da AIB, no qual alega que os fatos ocorridos não se enquadrariam na Lei de Segurança Nacional:

Os motivos que justificam a medida impetrada são os seguintes:

PRELIMINIMARMENTE:

O Decreto Federal que estabeleceu o Estado de Guerra em todo o território nacional frizou quais as garantias constitucionais que ficavam suspensas desde que interessassem, direta ou indiretamente, a ordem política e social do país ou à sua segurança.

Em face desse Decreto, portanto, não poderá ser concedido o remédio jurídico do habeas corpus ou do Mandado de Segurança apenas esta hipótese: quando a lesão que se deseja reparar for produzida para manter a ordem institucional perturbada ou ameaçada por elementos nitidamente subversivos, subordinados a interesses de potencias estrangeiras.

Na ultima mensagem endereçada ao Legislativo Federal pedindo a prorrogação do Estado de Guerra, o Sr. Presidente da República acentuou que tal medida se tornava necessária em virtude de se acharem as instituições “ainda ameaçadas por atividades subversivas sujeitas á orientação e a soldo de organizações internacionais.

O Sr. Ministro da Justiça, na exposição do motivos justificativos de Decreto n.º702, de 21 de março deste ano, acentuou bem que ficariam suspensas algumas das garantias consignadas no artigo 113 da constituição de Julho e expressamente enumeradas nesse Decreto, quando assim exigissem a ordem pública interessando direta ou indiretamente, as instituições políticas e sociais e à segurança nacional.

Quer dizer, diante dos fatos nitidamente subversivos, ou de inequívocas ameaças caracterizadas por atos preparatórios de insurreição convenientemente provados ou, ainda, por atos que tenham ligação direta com as ameaças e assim possam ser considerados como um começo de execução não poderão ser concedidos nenhuma das garantias suspensas, porque tais fatos interessam á ordem institucional etc.

II- Aliás, a Côrte Suprema, julgando, de Meritis, os recursos interpostos a favor dos parlamentares presos, confirmou este raciocínio quando disse que nenhuma duvida poderia haver quanto á alegação de que as prisões se verificaram por motivo de subversão da ordem política e social em vista das provas fornecidas pelo ministério da Justiça (Doc. N.2)

Com essa decisão da Corte Suprema, temos;

Que, embora a informação de que a prisão ou o ato da autoridade se tenha verificado por motivo de subversão ou tentativa de ordem pública, pode o judiciário

entrar no mérito do pedido e, assim, examinar o alegado e as provas que o inserirem. Aliás, não se compreenderia o julgamento pelo mérito sem esse exame;

Que a “ordem pública” a que se faz menção é a ordem política e social” estabelecida pela constituição e não a relativa à tranquilidade nas vias publicas;

Que deve a autoridade co atora, portanto, explicar qual a ordem pública a que se refere e, finalmente,

Que é necessária a prova do motivo que determinou a prisão ou a resolução da autoridade publica para que o judiciário examine si houve, ou não, atos inequívocos de subversão ou tentativa de subversão da ordem política e social, ou si eles interessavam á segurança nacional.

2- Porque a autoridade só é dado prender o cidadão ou ter a iniciativa de qualquer ato autorizado pelo Estado de Guerra, quando se tratar de perturbação da ordem pública por subversão ou tentativa de subversão das instituições políticas e sociais do pais.

Seria ilógico e absurdo que uma simples ameaça, digo arruaça ou um pugilato na via publica (que, todavia, não deixa de ser uma perturbação da ordem pública, mas que não pode se enquadrar, porém, nos dispositivos da Lei de Segurança ou do Estado de Guerra) justificasse a prisão, por tempo indeterminado, do arruaçeiro ou o seu processo como incurso nas leis n. 38 e 136, respectivamente, de Abril de 1935 e Dezembro de 1935!

(...)

E onde a prova ou mesmo alegação de que a AIB estava articulando movimentos subversivos em Santa Catarina?

Será que este movimento contra as instituições políticas e sociais do pais visavam apenas Florianópolis, como se a tomada de Florianópolis determinava a queda de toda a estrutura constitucional do Brasil?

Seria pueril que o impetrante assim pensasse.²⁴⁸

D’Eça alega que, no depoimento, o impetrante usa a palavra “transparecer” ao denunciar a ameaça à ordem; ao explicar o significado de transparecer, afirma que não pode haver condenação baseando-se em “aparecer incompletamente”. Além disso, argumenta que a ação não poderia ser movida contra a AIB, e sim que “a pena cabia individualmente ao impetrante” e não a “toda agremiação de que ele tem as responsabilidades de direção no Estado e que é um Partido de âmbito nacional como permite a lei eleitoral em vigor”.²⁴⁹

Em relação à sede do Integralismo em Santa Catarina, especificamente, d’Eça afirma que lá não foi encontrado nada que relatasse ações subversivas dos membros do partido, nem suas relações com organizações internacionais. Sobre este assunto, devolve as suspeitas levantadas, usando o próprio governador como exemplo:

²⁴⁸ Arquivo público do Estado de Santa Catarina, ofícios recebidos da Secretaria de Segurança Pública de 1936 a 1939, pag. 57 a 65.

²⁴⁹ Id.

Sente-se por mim, o impetrante, no dever de confessar que não cometeria a injustiça de nivelar o Governador de sua terra a qualquer agente mais ou menos disfarçado do Komintern, seja ele um simples deflagrador de greves, seja ele um homem público governando um Estado da Federação Brasileira, como no caso do Ceará ao tempo do coronel Moreira Lima.

S. exa. Deixou-se, certamente, arrastar por delações partidas de pessoas que lhe mereciam absoluto credito.²⁵⁰

D'Eça afirma que a AIB de Santa Catarina nunca promoveu desordens, greves ou movimentos insurrecionais. Sobre o fechamento da sede, ainda alega que não foram cumpridas as medidas previstas em lei, pois o governador “deveria ter comunicado o fato ao Juízo Seccional” para que “o Juízo competente apreciasse o ato e dissesse si era, ou não, da alçada do Governador, o fechamento da sede de um partido de âmbito nacional” – e que não o fizeram porque sabiam que não era competência dos governadores esses poderes.²⁵¹

É importante ressaltar que, segundo Othon d'Eça neto, seu avô foi um grande amigo de Nereu Ramos, tendo inclusive estudado juntos no Rio de Janeiro. Divergências políticas acabaram afastando-os, uma vez que D'Eça fazia discursos contra Vargas da sacada da sua residência, de frente para a Praça XV, onde também se situava o palácio do governo, em rua perpendicular e igualmente defronte à praça. Ainda segundo seu neto, d'Eça foi preso por causa desses discursos e, em razão de tantas confusões, sua tia, herdeira do Solar, optou por vender a casa.²⁵²

Todas essas situações revelam um clima de tensão política, acompanhado de perto pela imprensa local. Em agosto de 1937, um evento em particular envolve a participação de Othon d'Eça: a denúncia das “arbitrariedades da polícia” do estado de Santa Catarina em relação aos integralistas, que começa com um telegrama de João Goés Cardoso, chefe municipal integralista, ao presidente Getúlio Vargas:

Integralistas S. Francisco protestamos vossência contra mais este massacre levado efeito policia catarinense pessoa integralista Ricardo Grunewaldt presidente Camara Jaraguá. Mais outros atos barbaria premeditam nossos inimigos major Trogilio Melo o celebre matador de mulheres crianças e homens indefesos, nomeado

²⁵⁰ Filipe Moreira Lima foi um militar interventor do Ceará de setembro de 1934 a maio de 1935. Arquivo público do Estado de Santa Catarina, ofícios recebidos da Secretaria de Segurança Pública de 1936 a 1939, pag. 57 a 65.

²⁵¹ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, ofícios recebidos da Secretaria de Segurança Pública de 1936 a 1939, pag. 57 a 65. Segundo Zanellato, após o fechamento da sede integralista, que funcionava em espaço público, a administração do partido foi transferida para o casarão da família d'Eça, na praça XV de Novembro. ZANELATO, 2007, p. 88.

²⁵² D'EÇA, Othon (neto). Entrevista concedida a Tamires Quesada Furtado. Florianópolis, 21 de fevereiro de 2014.

delegado especial Joinville, São Francisco. Pedimos proteção vossênciam afim evitar premeditados massacres.

João Góes Cardoso
Chefe Municipal.²⁵³

Pouco depois, em carta também endereçada ao presidente, o governador Nereu Ramos afirmou que o telegrama enviado pelo líder integralista não expressava a verdade. Em documento anexado ao processo, Nereu Ramos afirma que “a Ação Integralista quis transformar em crime político, um assassinio que encontra sua explicação em motivos meramente pessoais”:

O jornal de Jaraguá estampou em suas colunas uma noticia acerca de relações do sargento Eucário de Almeida com pessoa chegada aos integralistas.

Esse fato, que em nenhuma maneira devia ter sido levada para a imprensa, no interesse mesmo do lar que se procurava resguardar, foi a causa do crime.

Praticado este, o sargento, temendo represálias, fugiu para esta capital. Antes de atingi-la, entregou-se à autoridade policial de município próximo dela. (...)

O chefe provincial do integralismo apelou para a Associação Catarinense de Imprensa e esta, em reunião da sua diretoria, em com a participação de graduado membro do sigma, deliberou da maneira por que expressa a nota que também submeto à sua consideração.

Vê, portanto, v. exa. Que não poudes a Ação Integralista explorar politicamente o caso, porque a verdade desde logo se tornou translúcida.²⁵⁴

No recorte de jornal anexado ao processo, a imprensa esclarece que a notícia foi publicada no editorial do jornal e que o caso não era político, mas pessoal, como afirmou o governador.²⁵⁵

A visão dos outros estados em relação aos eventos da AIB de Santa Catarina demonstra também a preocupação dos governadores com a força do movimento. Em entrevista ao *Correio paranaense*, republicada por *O Estado*, de Florianópolis, o governador do estado do Paraná Manoel Ribas explica porque mandara fechar as sedes integralistas do Estado:

—Como os “porta vozes” integralistas prosseguissem a insistir, repelli suas ameaças para evitar a repetição dos factos ocorridos em Santa Catharina. No Estado

²⁵³ Arquivo Nacional, Diversos, Secretaria de Segurança Pública, 1937.

²⁵⁴ Arquivo Nacional, Diversos, Secretaria de Segurança Pública, 1937.

²⁵⁵ **República: órgão do Partido Liberal Catarinense**, Florianópolis, 19 de agosto de 1937.

vizinho, como todos bem se lembram, elles chegaram ao auge, tendo se apossado de algumas municipalidades. Eu, como governador do Paraná, tinha sobre mim a guarda de um Estado e a obrigação de fazer cumprir as leis do país. Nada mais poderia fazer, do que cortar o mal, isso com o fechamento da AIB. Cessados os focos das agitações, eu poderia impedir seus feitos.²⁵⁶

Nesse momento de perseguição e fechamento de sedes, o movimento integralista já sofre da crise que se inicia no ano anterior, 1936, quando Gustavo Barroso rompe com Plínio Salgado. A notícia veiculada n’*O Estado* conclui que “é a opinião geral de que o integralismo entra, agora numa phase perigosa, da qual poderá sair scindido e enfraquecido”.²⁵⁷ Para o integralista Ovidio Gouvea, analisando o momento, essa crise era fruto da divergência no “seio da Ação Integralista” e “datam do momento em que se formaram nella duas correntes: Judaica e Anti-judaica. Desta ultima fazíamos parte eu, Barroso e Oswaldo Gouveia, já afastado, pertencendo o chefe nacional à outra corrente”.²⁵⁸

Segundo seu neto, Othon rompeu com o Integralismo após discordar de Plínio Salgado a respeito de suas relações com Getúlio Vargas. Não foi encontrado, até o momento, fontes que expliquem este rompimento, nem há indícios da participação de d’Eça no PRP, Partido de Representação Popular, criado por Plínio Salgado em 1945. De todo modo, o fechamento do partido, o Estado Novo, e, posteriormente, a entrada do Brasil na Segunda Guerra trouxeram novos elementos que acabaram interferindo na opinião publica a respeito do Integralismo. Nas palavras de Adolpho Konder,

É possível que, antes do Brasil aceitar o estado de beligerância imposta pelas potências totalitárias, esses senhores tenham demonstrado simpatias pela causa contrária à das democracias, erro em que muita gente boa e influente incorreu, sem que nem porisso tenha sido castigada.

Até esse momento, o que hoje é crime, não passava de simples erro de apreciação.²⁵⁹

O que o ex-governador chamou de “erro de apreciação” transformou-se na razão de inúmeros atentados e perseguições. No ano de 1942, por exemplo, o ofício do governo da

²⁵⁶ *O Estado*, Florianópolis, 9 de junho de 1936, p.1.

²⁵⁷ *O Estado*, Florianópolis, 16 de junho de 1936, p. 1.

²⁵⁸ *O Estado*, Florianópolis, 19 de junho de 1936, p.1.

²⁵⁹ Arquivo Publico do Estado de Santa Catarina, Ofícios do governo, Secretaria de Segurança Pública, 1 de janeiro de 1942, p. 275.

Secretaria de Segurança Pública notificou pichações nas casas de alemães e ex-integralistas.²⁶⁰

Após o fechamento da AIB não foram encontrados outros registros da atuação política de d'Eça dentro da doutrina integralista. Esse vazio na documentação é rompido com o registro da volta de Othon d'Eça ao Conselho Penitenciário, posição que já havia ocupado em 1930. E em 1948 torna-se Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, durante o governo de Aderbal Ramos da Silva, ocupando o cargo até 1950:

O Sr, Governador do Estado, em exercício, Dr. José Boabaid, assinou, ontem ato nomeando o nosso distinto conterrâneo e valoroso possedista, Dr. Othon da Gama Lobo d'Eça, expressão de cultura que honra a terra catarinense para o elevado cargo de Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública.²⁶¹

É curiosa a maneira como o jornal narra a fala de improvisado de d'Eça em relação à assunção ao cargo:

sentia também, na demonstração de confiança que lhe fora dada pelo Governador do Estado, uma homenagem que, no poder e no prestígio de sua força renovadora prestava à geração a que pertencia, geração que fôra postergada, exilada da vida pública de Santa Catarina, e que somente tinha vindo para o poder e representação política com o advento de Nereu Ramos à suprema direção da vida política do Estado.²⁶²

Os ofícios expedidos durante a atuação de d'Eça neste cargo são escassos. Os jornais da época, porém, associavam a sua atuação a seu passado político. A oposição ao governo, representada pelo jornal *Diário da Tarde* (sob a direção de Adolfo Konder e udenistas), apresentou denúncias sobre as atitudes de Othon em sua função, principalmente num episódio no carnaval, que rendeu vários artigos nesse jornal e, em resposta, n'*O Estado*. Na primeira dessas denúncias, o *Diário* anunciou na primeira página, em letras garrafais: “A Polícia, como no tempo do Estado Novo, praticou revoltantes violências contra o Povo, durante o carnaval, nesta Capital”. No corpo do artigo, acrescentava: “Não resta dúvida de que a estrela, aos moldes de Berlim e Roma, dos quais o sr. Dr. Othon Lobo da Gama D'Eça foi admirador, realizou-se otimamente”.²⁶³ A polêmica seria porque um grupo de “indivíduos destituídos de

²⁶⁰ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Ofícios do governo, Secretaria de Segurança Pública, 16 de outubro de 1942, p.21.

²⁶¹ *O Estado*, Florianópolis, 29 de janeiro de 1948, p.1.

²⁶² *O Estado*, Florianópolis, 29 de janeiro de 1948, p.1.

²⁶³ *Diário da tarde*, Florianópolis, 11 de fevereiro de 1948, p. 1.

moral, que não souberam respeitar um centro de diversões familiares” arrumou uma briga e após discussões a polícia foi chamada e, segundo a resposta d’*O Estado*, foi recebida a cadeiradas.²⁶⁴

Ao longo de 1948, diversas denúncias foram feitas contra a polícia militar, com ênfase em seu abuso de autoridade e com ataques pessoais ao Secretário de Segurança Pública:

A democracia no Brasil está sendo, cada vez mais, uma democracia de polícia. A polícia faz o que quer, tem inteira liberdade para isso.

No Rio, organiza-se a Rádio Patrulha, um substituto da famigerada polícia especial e aqui, em nossa pacata Florianópolis, fala-se em Polícia de Choque ou coisa semelhante. O povo está enojado de tantas organizações de opressão. Uma polícia de Choque, ou seja uma polícia de elite. Tal organização é incoerente em um regime democrático.

Uma polícia de força, armada e sem princípios só serve para intimidar a população e estabelecer o regime de força. O povo não deve aceitar as brutalidades policiais como partindo de autoridades. Onde termina a justiça, termina, também, a autoridade. Outro facto como o do carnaval deve ser revidado a altura, pois não há lei, nem princípio algum que o fundamente, só os princípios do Sr. Othon d’Eça, mas estes já caíram com o golpe de 29 de outubro. O povo deve protestar contra a organização de uma polícia especial. Os cofres do Estado estão minguidos e uma organização desta natureza custa dinheiro, muito dinheiro. Unamo-nos contra a organização de um regime de força e façamos uma voz contra o poder entregue às mãos de fascistas. Abaixo a opressão!²⁶⁵

No *Diário da Tarde* de 29 de março, há na primeira página uma denúncia contra Othon D’Eça sobre algumas práticas, pois, após ter sido avisado da brincadeira do boi na vara,²⁶⁶ o Secretário não se manifestara:

Saibam todos que no ano de 1948, no Governo de sr. Dr. Aderbal Ramos da Silva, sendo secretário de Segurança o sr. Dr. Othon da Gama D’Eça, na capital do Estado de Santa Catarina ainda se usa colocar o boi na vara, sujeitando aos maiores tormentos e as mais inauditas torturas, sem que aos autores de tão bestial brincadeira aconteça a maior contrariedade.²⁶⁷

²⁶⁴ *O Estado*, Florianópolis 14 de fevereiro de 1948, p. 2.

²⁶⁵ *Diário da Tarde*, Florianópolis, 13 de fevereiro de 1948, p. 2

²⁶⁶ Boi na vara, segundo Othon D’Eça, é “uma diversão antiga, muito querida na ilha e em alguns pontos praiheiros do continente”. Coloca-se uma vara fincada no chão e na extremidade amarra-se uma corda com um boi. No meio da vara, coloca-se um boneco vestido de vermelho, quando o boi se afasta do boneco, este desce perto do chão, pois a vara fica envergada, quando o boi se aproxima o boneco sobe. Esta descrição encontra-se no glossário de *Vindita Braba* (D’Eça, 1992c, p. 78).

²⁶⁷ *Diário da Tarde*, Florianópolis, 29 de março de 1948, p. 1.

Em 1950, Othon d'Eça deixa o cargo de Secretário de Segurança Pública para se candidatar a Deputado Federal pelo Partido Social Democrático.²⁶⁸ Suas participações efetivas em partidos e candidaturas parecem terminar nessa data. Percebemos que, por mais que d'Eça não tenha assumido integralmente cargo político, permaneceu exercendo efetiva intervenção na cidade de Florianópolis, graças aos laços constituídos pelos grupos os quais pertencera. As parcerias e cisões políticas apresentadas também indicam que os laços que sustentavam as alianças políticas eram dinâmicos: laços consanguíneos e interesses partidários davam o tom das publicações dos jornais e revistas, demonstrando que as divergências eram pretextos para ataques pessoais, na tentativa explícita de desqualificar moralmente os opositores.

Toda a efervescência política da década de 1930 demonstra um novo tempo na política do estado e do Brasil. A abertura política apresentada e interrompida pelo Estado Novo, justamente pelas incertezas que representava, fez emergir diversos projetos políticos para o país. Pautados em ideologias importadas ou não, tais projetos demonstravam o desagrado desses setores a respeito da República e os rumos da política. Nesse contexto, percebemos que o projeto da Ação Integralista Brasileira, mesmo que não tenha sido assumido integralmente pelos grupos políticos e econômicos dominantes, “teve efetiva e proeminente intervenção, condicionando fortemente os rumos do processo político brasileiro, ao mesmo tempo em que era instrumental a esses setores pelo seu caráter anticomunista e antioperário policialesco, de modo a reforçar a ordem vigente”.²⁶⁹

A adesão dos catarinenses ao Integralismo, colocando o estado como o terceiro mais numeroso do Brasil nesse movimento, deve-se à forte oposição às lideranças locais; a proposta de renovação política que o partido apresentava alimentava a esperança de uma transformação efetiva nos grupos políticos que vigoravam na política até a década de 1930, pois, como vimos, os membros do Partido Republicano governaram o estado por décadas.

A perspectiva de modernização apresentada pelas elites de Santa Catarina, nas quais Othon d'Eça estava inserido, reflete a idéia de Arno Mayer no que diz respeito à permanência da tradição ou da que idéia de que foram os elementos “pré-modernos” que foram a “própria essência das sociedades civis e políticas”.²⁷⁰ O “fortalecimento das linguagens, convenções e símbolos clássicos e acadêmicos nas artes e letras” e na arquitetura, atribuído ao papel da elite

²⁶⁸ **O Estado**, Florianópolis, 3 de outubro de 1950, pag. 4.

²⁶⁹ CALIL, Gilberto. Apresentação. In: VICTOR, Rogério Lustosa (org). **Á Direita da direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011, p.8.

²⁷⁰ MAYER, Arno. **A força da tradição: a persistência do antigo regime**. São Paulo: Companhia das letras, 1987, p.15.

local na modernidade, esteve associado a um conjunto de valores aristocráticos, ou nobiliárquicos, no termo usado por Mayer. Assim, essas classes dominantes estavam em conflito com uma sociedade liberal e democrática, pois tendiam a uma sociedade autoritária e hierárquica.²⁷¹

Construída sobre essa base, a modernidade reflete esses elementos de resistência da tradição. No caso do discurso integralista, ele contém elementos extremamente conservadores, como a concepção de uma sociedade hierarquizada e religiosa; ao mesmo tempo, o movimento se insere na modernidade por conceber uma revolução, ou seja, a criação de uma nova sociedade, construída através da colaboração de todas as classes:

tal colaboração exige a liquidação da sociedade liberal e do homem liberal, o “indivíduo”. Este deve ser substituído pelo “novo homem”, desprovido de interesses particulares, solidário ao próximo e identificado com a doutrina”.²⁷²

A crítica do Integralismo ao materialismo, em defesa do espiritualismo, é clara na concepção deste novo homem. Para d’Eça,

As condições econômicas predominantes não podem presidir, sempre e absolutamente, o curso da História, os costumes, as formas de organização social, as idéias, os gestos de abnegação e altruísmo, a vida, enfim, da sociedade humana.

As causas determinantes das metamorfoses sociais, ou como se exprime Engels, “das revoluções sociais” não derivam, inevitavelmente, dos modos de produção e de troca.(...)

Os rumos dos acontecimentos sociais escapam aos rigorismos da ciência econômica ou da psicanálise.

Nem o raciocínio dedutivo, ou o agnosticismo racionalista, ou a dialética generalizante, esclarecem ou têm o poder de revelar a natureza intrínseca de certos fenômenos sociais.

Há, acima das doutrinas, das teses, dos doutrinadores e dos exegetas, uma vontade e uma força mais poderosa: um determinismo que escapa à miséria da inteligência humana, porque é delineado no alto e revela a sua existência.(...)

Porque na verdade, em todos os tempos a até a consumação dos séculos – Deus dirigirá os destinos dos povos.²⁷³

Podemos notar no discurso de d’Eça, consoante com a doutrina integralista, que é justamente o elemento antimoderno, a religião (e, mais especificamente, os valores cristãos),

²⁷¹ Ibid., p. 23-24.

²⁷² CRUZ, Natalia. O diálogo entre o moderno e o antimoderno no discurso da Ação Integralista Brasileira. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 196-214, jul./dez. 2011, p. 201.

²⁷³ D’EÇA, Othon Gama. Discurso de recepção de Oswaldo R. Cabral (1938). In: **Signo: Revista da Academia Catarinense de Letras**, Florianópolis, n. 3, 1970, p. 82-3.

que libertará o homem da ganância da modernidade, possibilitando o “controle consciente de seu destino”.²⁷⁴

Entre os ímpios e os iconoclastas que vociferam nos escuros antros da sociedade capitalista, no Brasil ou no estrangeiro, vivem também, os silenciosos e humildes, os justos e os santos, os que têm ainda a capacidade da renúncia e morrerão um dia, se for preciso, por um alto ideal de amor e fraternidade cristã.²⁷⁵

Para Natália Cruz, Plínio Salgado propunha, através da doutrina integralista, um modelo medieval de sociedade, baseado na moral religiosa, pois o “livre arbítrio, o relativismo e a experimentação teriam abalado o caráter absoluto e invariável do cristianismo medieval, festando o mundo moderno”.²⁷⁶ Porém, não estaria propondo o retorno a um antigo modo de vida, e sim associando os antigos valores à sociedade moderna com a sua industrialização e desenvolvimento econômico. Nas palavras da autora, “a restauração que defendiam não era de um tipo de sociedade anterior, mas dos princípios que a regiam. Por isso, eram ao mesmo tempo modernos e antimodernos”.²⁷⁷

Ao analisarmos *Vindita Braba*, por exemplo, conseguimos perceber, anos antes do surgimento do movimento Integralista, a concepção de que, para d’Eça, elementos fundamentais para conceber uma sociedade moderna justa encontravam-se em processo de serem extintos pelo liberalismo. As comunidades pesqueiras, detentoras dessas qualidades, tornavam visível a oposição entre “campo” e “cidade”, ou “modernidade” e “tradição”. Mesmo em *Homens e Algas* (1957), essa relação continua sendo estabelecida por Othon d’Eça: abordando temas contemporâneos à obra, como a tentativa de concorrer com as grandes companhias de pesca ou com a especulação imobiliária, continuou a afirmar essas comunidades como detentoras dos valores que a modernidade estava deixando para trás.

²⁷⁴ CRUZ, 2011, p.202

²⁷⁵ D’EÇA, op.cit., p. 87

²⁷⁶ CRUZ, op.cit., p.202.

²⁷⁷ Ibid p. 204.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“EU VOLTEI-ME PARA TRAZ E FIQUEI PARADO”

A *ex-libris* de Othon d’Eça, escolhida como epígrafe desta dissertação, consegue traduzir perfeitamente a angústia de viver em um mundo de profundas incertezas, como o moderno: num presente em profunda transformação, o futuro parece ameaçador e o passado, por mais idealizado que seja, não oferece mais muita coisa além da sensação de que algo se perdeu.

Concretamente, muitas foram as contradições a envolver d’Eça na pequena Florianópolis da primeira metade do século XX. A fascinação em observar as inovações tecnológicas, por exemplo, contrastava com catástrofes em escala mundial, como a Primeira Grande Guerra, cujo sentimento de tristeza o inspirou a escrever *Cinza e Bruma*. Ao mesmo tempo, a percepção de que uma cultura preciosa estava sendo abafada pelos sons dos martelos que derrubam, edificam e transformam, foi o grande motivo para que procurasse retratá-la da maneira exata como – pretensamente – a observara: *Vindita Braba* é o retrato do que d’Eça queria guardar, como uma imagem congelada daquilo que estava ameaçado de extinção. Mantendo o linguajar, a descrição dos sítios e indicando o perigo que se aproximava (a própria modernidade), *Vindita Braba* anuncia a sua tragédia.

Com as transformações inevitáveis (im)postas pela modernização, o Estado se faz cada vez mais presente, até para se assumir como condutor dessas transformações. Mas, no caso catarinense, da capital até os “*espanhóis confinantes*”, o caminho foi árduo para os políticos do estado, que pretendiam assegurar suas fronteiras mapeando os problemas que as populações enfrentavam e expandindo seus domínios. Da mesma forma, em Florianópolis especificamente, as mudanças urbanas atingiram de maneira mais dura as populações menos abastadas, que, ao contrário das classes dominantes, não recebiam, nem sentiam, os benefícios das novas edificações, do calçamento e alinhamento das ruas, dos códigos de postura... Como se não fosse suficiente, perderam ainda seu próprio espaço de atuação, pois suas práticas não condiziam mais com a nova cidade que se erguia.

A relação do homem com a terra e, no caso da antiga Desterro, com o mar se modificou. Os lugares de trabalho tornaram-se lugares de lazer, e o que antes era responsável por trazer o sustento da família tornou-se lugar de descanso daqueles que podiam descansar. O homem-alga, representado pelos personagens de d’Eça em *Homens e Algas*, é mais um produto indesejável da modernidade: aquilo que não foi aproveitado por ela.

Implícita a crítica ao sistema, *Homens e Algas* ainda expressa em si a busca de uma identidade. Associar a origem do catarinense ao açoriano, ao ilhéu que foi, no início das transformações, vítima da e na construção de uma diferenciação social da elite urbana que se formava, tornava-se oportuno. Nas disputas entre descendentes lusitanos ou alemães pela identidade, o nazismo deu pontos favoráveis aos portugueses.

A grande pergunta que permeia esta sua principal obra, porém, é bem clara: depois de superadas as tradições e a subjugação do homem pela natureza, sob quais princípios o homem vai reger a sua existência?

A grande resposta, não é difícil imaginar, Othon busca no passado. Para ele, as comunidades tradicionais, as comunidades pesqueiras, a população dos sítios, ainda possuíam os elementos que a modernidade destruiu com a transformação das relações sociais, que passaram a ser cada vez mais impessoais e regidas por interesses econômicos. A reconstrução dos laços de afeto, de solidariedade e fraternidade de outrora, por sua vez, d'Eça encontra na doutrina integralista. Para ele, a sociedade ideal seria aquela que combinasse os valores tradicionais – religiosos – como grande avanço tecnológico e econômico, gerando um novo homem, cujo espírito de fraternidade seria capaz de abafar as disputas individuais e sacrificar privilégios em nome do coletivo. Associado à hierarquia e ao autoritarismo, o movimento demonstra nestes aspectos a sua face mais perigosa.

Para a historiografia, a obra de d'Eça é uma fonte de crítica à modernidade, em todos os âmbitos de sua atuação, a qual revela um personagem decisivo na vida e na história florianopolitanas. Talvez consciente disso e, sobretudo, do peso que traz consigo, o anonimato parece lhe causar alívio quando se afasta da cidade:

Tenho vontade de correr, gritar, subir às árvores, gozar desta liberdade que me dá um ambiente estrangeiro, numa terra estrangeira em que eu sou apenas um homem sem nome, sem profissão, sem conhecidos, sem conveniências, porque tudo isso ficou, dentro de uma carteira, com retratos e estampilhas, na gendarmeria argentina.²⁷⁸

²⁷⁸ D'EÇA, Othon. **Nuestra Señora de L'Asunción**. Florianópolis: FCC: Fundação do Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992, p. 21. Livro pouco comentado nesta dissertação mas não por isso menos importante, *Nuestra Señora de Assuncion* é parte um diário, e neste ponto retrata a viagem de d'Eça para o Paraguai. Os motivos da viagem são incertos. O neto de Othon afirmou que teve o intuito de resolver um problema de divórcio. Na própria fonte, encontramos menções ao “caso do alemão” que parece envolver um “médico, [que] foi S.S. e esteve na Polônia, num hospital ao pé da fronteira russa. Com a grande débâcle, num rolo de refugiados, conseguiu agasalho e sossego na Zona Americana, onde havia, com abundância, carne, toucinho e jaz...(...) Amanhã irá com o Max ao cartório. Após, certamente, teremos de entregar o caso a qualquer advogado

Na trajetória de Othon d'Eça, podemos aglutinar as diversas faces que fizeram parte de um mesmo processo, o de sua inserção e atuação na modernidade periférica de Florianópolis. Cabe, por fim, informar que, como em qualquer pesquisa, muitas perguntas ficaram sem resposta; no entanto, se a partir daqui abrirem-se vias para novos trabalhos, talvez não tenhamos ficado parados ao voltarmos-nos para trás.

paraguaio, porque é possível que algum ácido nos estrague o leite”(D'EÇA, 1992e, p. 117). Mas o importante é que, na comparação com o outro país, d'Eça vai revelando as suas considerações sobre o Brasil.

REFERÊNCIAS

a) Fontes:

D'EÇA, Othon. **Cinza e Bruma e poemas dispersos**. FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992a.

_____. **...Aos espanhóis confinantes**. FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992c .

_____. **Homens e Algas**. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992d.

_____. **Vindita Brava**. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992b.

_____. **Nuestra Señora de L'Asunción**. Florianópolis: FCC: Fundação do Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992e.

D'EÇA, Othon (neto). Entrevista concedida a Tamires Quesada Furtado. Florianópolis, 21 de fevereiro de 2014.

MCDONALD, Maria Izabel. Entrevista concedida a Tamires Quesada Furtado. Florianópolis, 15 de fevereiro de 2014.

Revistas:

Revista **Terra**

Revista do **Brasil**

Revista **Signo** (Revista da Academia Catarinense de Letras)

Revista **Sul**

Jornais:

Jornal **O Estado** – Florianópolis

Jornal **Diário da Tarde** – Florianópolis

Jornal **Flamma Verde** - Florianópolis

Arquivos:

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

Arquivo Público de Rio Claro (SP) – Acervo Plínio Salgado

Arquivo Público do Estado do Paraná

Bibliotecas:

Biblioteca Pública de Santa Catarina

Biblioteca Nacional

Biblioteca da Academia Brasileira de Letras

Biblioteca da Academia Catarinense de Letras

Fontes digitais:

Macdonald, Isabel. **Meu avô Othon.** 23 ago. 2009. Disponível em: <http://belmacdonald.blogspot.com.br/2009/08/meu-avo-othon.html>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

Florianópolis ontem e hoje. Disponível em: <http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>. Acesso em 4 de julho de 2014.

Dados estatísticos:

Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1908-1912. Volumes 1 e 2.

b) Bibliografia:

ANDERSON, Perry. **Modernidade e Revolução**. In: New LeftReview, 144, Março-Abril, 1984, Disponível em: http://www.iiep.org.br/livros/modernidade_e_revolucao.pdf.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. 1989.216f. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

ARAÚJO, Thiago Oliva Lima de. **O café amargou: em disputa um horizonte de expectativas entre integralistas e aliancistas na cidade de Florianópolis na década de 1930**. TCC. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLASI, Paulo. **Campos Novos: um pouco de sua história**. Florianópolis: EDEME, 1994, p. 166-168.

BRANCHER, Ana (org) **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999

BRUCHARD, Dorothee. **Memória do Editor: com Salim Miguel e Eglê Malheiros**. Florianópolis: Escritório do Livro, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002

BOURDIEU. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs). **Usos e Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006

CALIL, Gilberto. Apresentação. In: VICTOR, Rogério Lustosa (org). **À Direita da direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011

CAMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. Separata da **Revista de Imigração e Colonização**, ano 1, número 4, outubro de 1940.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a república e o entusiasmo pela educação. In: DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Wilma Peres. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. SP: UNESP, 1997, p. 117-132.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

CHARTIER, Roger. **Literatura e cultura escrita: estabilidade das obras, mobilidade dos textos, pluralidade das leituras**. (Apresentação de Conferência), Brasil/Português; Local: CCH/UEM; Cidade: Maringá-PR; Evento: 2º CIELLI – Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Um estado entre duas repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35**. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1984.

_____. **Lições de Política e Cultura: A Academia Catarinense de Letras, sua criação e as relações com o poder**. Florianópolis: Edições A.C.L., 1996.

_____. **História da Cultura Catarinense. Volume 1: O Estado e as Ideias**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p. 49

_____. **Historia de Florianópolis ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2005, 3ed.

CORRÊA, Nereu. **O canto do cisne e outros estudos**. 2 ed. Florianópolis: FCC, 1981

COSTA, Sandro da Silva. **Santa Catarina: História, Geografia, Meio Ambiente, Turismo e Atualidades**. Florianópolis: Postmix, 2011.

CRUZ, Heloísa F. & PEIXOTO, Maria do Rosário. “Na Oficina do Historiador: Conversa sobre a imprensa”. In: **Projeto História**, nº 35, São Paulo: PUC/SP, dezembro, 2007.

CRUZ, Natalia. O diálogo entre o moderno e o antimoderno no discurso da Ação Integralista Brasileira. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 196-214, jul./dez. 2011

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura. Política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Unesp, 2006.

DONADEL, Beatriz D’; FLORES, e Maria Bernadete Ramos. Lições de Modernidade: americanismo, eugenia e antifeminismo na literatura de Monteiro Lobato. In: SOUZA, Rogério Luiz de; KLANOVICS, Jô.(orgs). **Anais do X Encontro Estadual de História – ANPUH/SC**, III Reunião Nacional do GT Estudos de Gênero e II Jornada Nacional de História do Trabalho realizados em Florianópolis de 30/08 a 02/09 de 2004.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: Escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2009

FÁVERI, Marlene de. **A educação entre o silêncio e a norma: tensões na escolarização durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Educacao,_cidadania_e_intercultura/Trabalho/02_19_05_t468.pdf

FLORES, Altino. **Textos Críticos**, organização e atualização ortográfica Lauro Junkes. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2006.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Teatros da Vida, Cenários da História: A farra do boi e outras festas na ilha de Santa Catarina**. São Paulo: PUC, 1991. 341p.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi: palavras, sentidos, ficções**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997

FURTADO, Tamires Quesada. **Homens e Algas: Uma reflexão sobre a modernidade através de Othon D'Eça**. 2006. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GARCIA JUNIOR, Edgar. **Práticas Regionalizadoras e o Mosaico Cultural Catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2002

_____. **Tempo Narrado: Romances e modernidade em Santa Catarina**. 2008. 200f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.

GARCIA, Edgar Junior. **O nacional-popular no romance regionalista catarinense das décadas de 1950 e 1960**. In: X Encontro Estadual de História: Trabalho, Cultura e Poder. 01 setembro de 2004. Palestra

GODOY, Alexandre P. **Imagens Veladas: a sociedade carioca entre o texto e o visor (1952-1957)**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC/SP, 2000 (dissertação de Mestrado).

GOMES, Ângela de Castro. Escritas de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____ (org.). **Escrita de si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

JUNKES, Lauro. **A literatura de Santa Catarina: síntese informativa**. Florianópolis: Ed. Autor/UFSC, 1992.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 35-62, set/dez. 1998.]

LUCA, Tania Regina de. **Revistas e escrita da história: alguns desafios interpretativos**. Campinas, 2012.

_____. **Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Guerra do Contestado – 100 anos (1912/16 – 2012)** CPdoc. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/contestado/ecos/paulo-pinheiro-machado>>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.

MATOS, Felipe. **Sob os auspícios da Livraria Rosa: Redutos literários e circulação de cultura letrada em Florianópolis**. Dissertação Mestrado, Florianópolis, UFSC, 2008, p. 40-41.

MAYER, Arno. **A força da tradição: a persistência do antigo regime**. São Paulo: Companhia das letras, 1987

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sergio. O enigma portenho. In: SARLO, Beatriz. **Modernidade Periférica: Buenos Aires 1920 e 1930**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

MORAES, Marcos Juvencio de. A construção da identidade catarinense e a formação do litoral açoriano. In: **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.2, n.1, dezembro-2010.

MOREL, Marcos. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tânia R. de; MARTINS, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012

NECKEL, Roselane. **A república em Santa Catarina: Modernidade e exclusão (1889-1920)** Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

NOVAIS, Fernando e SEVCENKO, Nicolau (org). **História da Vida privada no Brasil. Volume 3**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira; COSTA, Gláucia Dias da; BOPPRÉ, Fernando Chíquio. **Protótipo para uma Série de Vídeos: Produção Cultural e Transformações Urbanas em Florianópolis na Segunda Metade Do Século XX**. Mimeo.2004.

PALMA, Gisele Bochi. **A colcha de retalhos do espaço urbano: sociabilidades, transformações e revitalização na criação da Beira-mar continental – Florianópolis (1926-2008)**. 2010. 132f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.8, n. 16, 1995, p.279-290.

PÍTSICA, Paschoal Apostolo. **Academia Catarinense de Letras: Á altura de seu passado. As nove idades da Academia Catarinense de Letras**. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2002.

PONTES, Gustavo Tiengo. **Adeptos do Sigma em Florianópolis: Estudo sobre o periódico “Flamma Verde” e a presença integralista na capital catarinense**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013

RAMOS, Maria Bernadete. **A autoridade do passado. In: Teatros da vida, cenários da história: a farra do boi e outras festas da Ilha de Santa Catarina – leitura e interpretação**. São Paulo, PUC, 1991. Tese de doutorado em História. p. 140-161.

REMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SABINO Lina Leal. Grupo Sul: **O modernismo em Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio. **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Editora Contexto.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais in: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SOLOMON, Marlon. **O Saber do espaço: ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX**. 2002. 209f. Tese (Pós graduação História Cultural) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

TEIXEIRA, Luis Eduardo Fontoura. **Arquitetura e cidade: a modernidade (possível) em Florianópolis – (1930-1960)**. Tese doutorado, São Carlos, 2009

VICTOR, Rogério Lustosa (org). **À Direita da direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011

WILLAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

ZANELATTO, João Henrique. **Região, etnicidade e Política: O integralismo e as lutas pelo poder político no Sul Catarinense na década de 1930**. Porto Alegre. Tese de doutorado PUC- RS, 2007.